



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

HELÉM NILMA RODRIGUES VALADARES

**IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS DA MINERAÇÃO NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA SÃO JOAQUIM, PORTO ALEGRE DO TOCANTINS - TO**

**Porto Nacional, TO
2025**

Helém Nilma Rodrigues Valadares

**Implicações territoriais da mineração na comunidade quilombola São Joaquim, porto
alegre do tocantins - to**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal do Tocantins
(UFT), como requisito à obtenção do grau de Mestre (a)
em Geografia.

Orientador (a): Profº. Drº. Ricardo de Assis Fernandes
Gonçalves

Coorientador(a): Profº. Drº. Elizeu Ribeiro Lira

**Porto Nacional, TO
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- V136i Valadares, Helém Nilma Rodrigues.
Implicações territoriais da mineração na comunidade quilombola São Joaquim, porto alegre do tocantins - to. / Helém Nilma Rodrigues Valadares. – Porto Nacional, TO, 2025.
123 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia, 2025.
Orientador: Ricardo de Assis Fernandes Gonçalves
Coorientador: Elizeu Ribeiro Lira
1. Mineração. 2. Comunidade Quilombola. 3. Cerrado. 4. Impactos Socioambientais. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Helém Nilma Rodrigues Valadares

**Implicações territoriais da mineração na comunidade quilombola São Joaquim, porto
alegre do tocantins - to**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia Foi avaliado para a obtenção do título de
Mestre (a) em Geografia e aprovada (o) em sua forma
final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Profº. Drº. Ricardo de Assis Fernandes Gonçalves (PPGG/UFT)
(Orientador)

Profº. Drº. Elizeu Ribeiro Lira (PPGG/UFT)
(Coorientador)

Profª. Drª Marcileia Oliveira Bispo (PPGG/UFT)
(Banca Interna)

Profº. Drº. Murilo Mendonça Oliveira de Sousa (UEG)
(Banca Externa)

Profº. Drª Ana Carolina de Oliveira Marques (UFPB)
(Banca externa -Suplente)

Dedico esta dissertação à Comunidade Quilombola São Joaquim, raiz que me sustenta, solo fértil onde minha história floresce. A cada mulher, homem, criança e ancião que, com passos firmes e memórias vivas, mantêm acesa a chama da ancestralidade, da luta e da esperança. Aos que vieram antes de nós, com mãos calejadas e corações valentes, que abriram caminhos em meio às matas do Cerrado, deixando heranças de dignidade, resistência e amor à terra. Aos que estão fortalecendo o presente com sua sabedoria cotidiana, suas vozes firmes e seus silêncios que também falam. E aos que virão, para que encontrem em cada palavra aqui escrita uma semente de luta, um canto de liberdade e a certeza de que resistir também é um modo de amar. Que este trabalho seja um gesto de gratidão e retribuição à Comunidade Quilombola São Joaquim — lugar de pertencimento, memória e força ancestral. Axé.

AGRADECIMENTOS

Não somos folhas soltas ao vento, somos raízes fincadas na memória dos nossos, e é dessa terra molhada de luta que brota a nossa existência coletiva.”(Negro Bispo)

Agradecer é reconhecer que nenhum caminho é trilhado sozinho. Por isso, este trabalho é também fruto das muitas mãos, saberes, afetos e ancestralidades que caminharam comigo. A Deus, fonte de força, sabedoria e amparo nos momentos de silêncio, incerteza e esperança. A Ele, minha gratidão por sustentar meus passos e iluminar os caminhos que me trouxeram até aqui.

À Comunidade Quilombola São Joaquim, minha eterna gratidão pela acolhida generosa, pelos ensinamentos partilhados e pela resistência viva que inspira cada linha desta dissertação. É no chão dessa comunidade que minha escuta se fez mais atenta e meu compromisso mais profundo. À minha ancestralidade, por ser raiz, força e direção. Em especial, às minhas avós Ananias e Joanna, cujas memórias e exemplos de coragem, dignidade e amor seguem vivos em mim. A cada passo, sinto o sopro daqueles e daquelas que vieram antes, sustentando a luta, a memória e o pertencimento.

Às minhas filhas, Maria Fernanda e Helena, razão maior do meu caminhar. Que este trabalho se some às heranças de dignidade, coragem e amor que desejo legar a vocês. Aos meus pais, pela base sólida e amor incondicional que sempre me sustentaram. Aos meus irmãos e sobrinhos, por todo o apoio, carinho e incentivo nos momentos de cansaço e nas alegrias celebradas. Aos meus tios, tias e primos, por fazerem parte dessa grande rede de afeto e memória que me fortalece desde as origens. Aos colegas do mestrado, pela convivência enriquecedora, pelas trocas de saberes e pelo companheirismo que tornou esta jornada mais leve e significativa.

Agradeço imensamente ao meu orientador Ricardo de Assis Fernandes Gonçalves e a meu co-orientador Elizeu Ribeiro Lira, meus sinceros agradecimentos pelas escutas atentas, pelas orientações comprometidas e pelo respeito às minhas escolhas de pesquisa e de vida. Aos colegas da Escola Estadual Deoclides Muniz, por compreenderem minhas ausências e torcerem pela realização deste sonho. E aos estudantes, que me motivam diariamente a seguir acreditando na educação como caminho de transformação. Aos moradores das cidades de Almas e Porto Alegre, por contribuírem, direta ou indiretamente, para a construção deste percurso de pesquisa,

convivência e aprendizado. A cada pessoa que fez parte deste processo, deixo aqui meu muito obrigada. Este trabalho é também de vocês.

RESUMO

Esta dissertação analisa os impactos socioambientais da mineração na comunidade quilombola São Joaquim, em Porto Alegre do Tocantins (TO), interpretando como a atividade mineradora afeta seu território tradicional, modos de vida e organização social. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa que combina revisão bibliográfica, análise documental, pesquisa de campo com observação participante e entrevistas com moradores da comunidade quilombola. Isso permitiu ao estudo compreender tanto os processos de degradação ambiental quanto as estratégias de resistência adotadas pela comunidade. A pesquisa contribui para a compreensão das dinâmicas entre mineração e comunidades tradicionais, ressaltando a importância da resistência quilombola diante dos avanços do setor minerário nos territórios do Cerrado. Os resultados apontam para a necessidade de políticas públicas que garantam os direitos territoriais quilombolas e alternativas ao modelo extrativista predatório, contribuindo para o debate sobre justiça ambiental e sustentabilidade no contexto tocantinense. Os resultados destacam a degradação ambiental, a pressão sobre os modos de vida tradicionais e a luta da comunidade pela garantia de seus direitos territoriais.

Palavras-chaves: Mineração; Comunidade Quilombola; Cerrado; Impactos Socioambientais; Resistência.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the socio-environmental impacts of mining on the São Joaquim quilombola community in Porto Alegre do Tocantins (TO), interpreting how mining activities affect their traditional territory, ways of life, and social organization. The research was developed using a qualitative approach that combines a literature review, document analysis, field research with participant observation, and interviews with residents of the quilombola community. This allowed the study to understand both the processes of environmental degradation and the resistance strategies adopted by the community. The research contributes to the understanding of the dynamics between mining and traditional communities, highlighting the importance of Quilombola resistance in the face of the advances of the mining sector in the Cerrado territories. The findings point to the need for public policies that guarantee Quilombola territorial rights and alternatives to the predatory extractive model, contributing to the debate on environmental justice and sustainability in the context of Tocantins. The results highlight the environmental degradation, the pressure on traditional ways of life, and the community's struggle to secure their territorial rights.

Key-words: Mining; Quilombola Community; Cerrado; Socio-environmental Impacts; Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Mapa das cidades formadas pelo garimpo de ouro	35
Figura 2 - Mapa do polígono aurífero no Tocantins no período colonial	39
Figura 3 - Templo construído pelos escravizados em Almas, TO no Século XIX	41
Figura 4 - População Residente em Almas - TO (2000 a 2022)	45
Figura 5 - Localização do município de Almas-TO	46
Figura 6 - População Residente em Porto Alegre do Tocantins (2000 a 2022)	47
Figura 7 - Localização da comunidade quilombola São Joaquim em Porto Alegre do Tocantins	48
Figura 8 - Polígono do ouro e cidades nascidas da extração aurífera nos séculos XVIII e XIX em Goiás, Tocantins	51
Figura 9 - Localização do município de Almas-TO. Mina de ouro em Almas-TO	65
Figura 10 - Visão aérea do local do projeto Aura Minerals Inc. em Almas, TO	66
Figura 11 - Localizadas das três áreas de exploração da mineradora Aura Minerals Inc. em Almas, TO	68
Figura 12 - Barragem de Rejeito e Contenção de Água da Mineradora Aura Minerals Inc. em Almas, Tocantins	70
Figura 13 - Residência na Comunidade Quilombola Poço D'Antas, Almas, TO	75
Figura 14 - Mapa da distribuição do bioma Cerrado no Brasil	77
Figura 15 –Rio Manoel Alves e Roça de Toco no quintal de D. Joana, Comunidade Quilombola São Joaquim	82
Figura 16 - Convite para comemoração do Dia das Crianças, divulgado pela mineradora Aura via WhatsApp em Almas, TO	86
Figura 17 - Reportagem sobre a exportação de ouro no Tocantins e seus impactos socioambientais	88
Figura 18 - Cultivo Manual: A Conexão entre Práticas Tradicionais e o Crescimento Sustentável	92
Figura 19 - Diversidade de Cultivos: Cebolinhas e Mandioca em Harmonia	93
Figura 20 - Riqueza de Sabores: Taioba e Banana na Agricultura Quilombola	94
Figura 21 - Festejos de Santos Reis	95

Figura 22 - estruturas habitacionais no quilombo	96
Figura 23 - Casarão de D. Joana no quilombola São Joaquim	97
Figura 24 - Forno caseiro de barro e placa de identificação da Comunidade Quilombola São Joaquim	97
Figura 25- Exemplo de quintal presente na comunidade	98
Figura 26 - Casas de adobe, palha e madeira	98
Figura 27 - Foto da Escola Municipal São Joaquim no município de Porto Alegre do Tocantins	100
Figura 28 - Área de mineração da comunidade quilombola São Joaquim de Porto Alegre do Tocantins	103
Figura 29 - Ocorrências minerais nos municípios de Almas e Porto Alegre do Tocantins	104
Figura 30 - Cobertura e uso da terra em Porto Alegre no ano de 2007	105
Figura 31- Processos Minerários dos municípios de Almas e Porto Alegre do Tocantins	106
Figura32 – Sede da Associação da Comunidade Quilombola São Joaquim em Porto Alegre do Tocantins	111
Figura 33– Balsa artesanal construída pela comunidade quilombola São Joaquim	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANM	Agência Nacional de Mineração
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ISS	Imposto Sobre Serviço
METAGO	Metais de Goiás
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Planos Nacionais de Desenvolvimento
TF	Taxa de Fiscalização

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A MINERAÇÃO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS	21
2.1 Contexto histórico e legislação da mineração no Brasil.....	21
2.2 Mineração e comunidades tradicionais do norte goiano (atual tocantins).....	31
2.3 Bernardo homem	40
2.4 Contextos histórico-geográficos dos municípios de almas e porto alegre do tocantins.....	41
2.4.1 O município de Almas, Tocantins	44
2.4.2 O município de Porto Alegre do Tocantins	46
2.5 História da Comunidade São Joaquim.....	48
3. A MINERAÇÃO EM ALMAS: HISTÓRIA, IMPACTOS E RESISTÊNCIA	57
3.1 A exploração aurífera em almas no século xx: o papel da empresa metais de goiás..	57
3.2 A influência da empresa vale na mineração de ouro em almas no século xx.....	59
3.3 A atuação da aura minerals inc. na mineração de ouro em almas no século xxi.....	63
3.4 A resistência das comunidades quilombolas do cerrado contra a mineração em almas, to.....	73
4. A COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO JOAQUIM EM PORTO ALEGRE DO TOCANTINS: AMEAÇAS DA MINERAÇÃO	90
4.1 A comunidade são joaquim.....	90
4.2 A Ameaça da Mineração.....	101
4.3 Análise das Perspectivas sobre a mineração na Comunidade Quilombola São Joaquim	107
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS	119

1. INTRODUÇÃO

O avanço da mineração próximo à comunidade quilombola São Joaquim, localizada em Porto Alegre do Tocantins, tem gerado preocupações significativas quanto aos seus impactos socioambientais. Embora o desenvolvimento econômico seja frequentemente citado como um benefício dessas atividades, há evidências de que tais empreendimentos podem causar degradação ambiental, deslocamento compulsório de comunidades e fratura de saberes da cultura tradicional. No caso específico da comunidade São Joaquim, há uma lacuna de conhecimento sobre a extensão desses impactos e as estratégias de resistência e adaptação que estão sendo desenvolvidas pelos moradores.

A presente pesquisa objetivou analisar o impacto da mineração na comunidade quilombola São Joaquim, localizada em Porto Alegre do Tocantins. Para tanto, buscou-se responder à questão central: Quais são os efeitos da mineração na comunidade e como ela está preservando seu modo de vida diante desse desafio? Este estudo pretende oferecer uma análise abrangente dos efeitos da mineração, destacando não apenas os impactos negativos, mas também as formas de resistência e as alternativas que a comunidade têm desenvolvido para manter sua identidade cultural e proteger o ambiente de vida e trabalho.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica, análise documental, pesquisa de campo com observação participante e realização de entrevistas semiestruturadas com moradores da Comunidade Quilombola São Joaquim. Foram realizadas entrevistas com quatro moradores, incluindo homens e mulheres com idades entre 18 e 69 anos, abrangendo diferentes perspectivas geracionais e experiências de vida. As entrevistas, conduzidas em 2024, buscaram compreender os impactos da mineração no território, nas práticas culturais e no cotidiano da comunidade, além de registrar as estratégias de resistência adotadas. A observação participante permitiu ainda o registro fotográfico de aspectos materiais, culturais e ambientais, enriquecendo a análise com elementos visuais e contextuais.

A abordagem qualitativa permitiu uma imersão no cotidiano da comunidade, com visitas in loco realizadas entre 2024 e 2025, que incluíram o registro fotográfico de estruturas habitacionais, áreas de cultivo, práticas religiosas e elementos simbólicos do território, como o forno de barro, a balsa artesanal e o Casarão de D. Joana. A análise documental abrangeu relatórios técnicos de mineradoras, legislação ambiental e minerária, além de dados secundários

do IBGE e da Agência Nacional de Mineração (ANM). A triangulação de métodos (entrevistas, observação e análise documental) garantiu uma compreensão multidimensional dos impactos da mineração, valorizando tanto as narrativas dos moradores quanto a contextualização histórica e legal do conflito socioambiental.

A pesquisa visa contribuir para uma compreensão ampla das dinâmicas socioambientais quilombolas no Tocantins, promovendo um diálogo sobre a necessidade de políticas públicas que respeitem os direitos das comunidades tradicionais e garantam a sustentabilidade ambiental e social da região. A realização desta pesquisa se justifica pela necessidade urgente de compreender os impactos socioambientais que grandes projetos de mineração impõem sobre comunidades tradicionais, como a comunidade quilombola São Joaquim.

Em um contexto onde o desenvolvimento econômico frequentemente se sobrepõe à preservação cultural e ambiental, é fundamental analisar como essas práticas afetam diretamente a vida e a subsistência dessas populações. Além disso, a pesquisa busca documentar e valorizar as estratégias de resistência e as alternativas sustentáveis que a comunidade quilombola tem implementado para proteger seu território e preservar sua identidade cultural. Compreender esses processos é essencial para promover políticas públicas mais justas e equitativas, que respeitem os direitos dessas comunidades e contribuam para a sustentabilidade ambiental e social no Tocantins.

É fundamental apresentar o contexto histórico e geográfico dos municípios de Almas e Porto Alegre do Tocantins, pois, embora o megaprojeto de mineração esteja instalado em Almas, a comunidade quilombola São Joaquim, foco deste estudo, localiza-se no território de Porto Alegre do Tocantins (IBGE, 2022). Esta proximidade geográfica (cerca de 20 km entre a comunidade e o empreendimento minerador) evidencia como os impactos da mineração transcendem os limites municipais, afetando diretamente o território, os recursos hídricos compartilhados e o modo de vida da população quilombola, mesmo estando formalmente em outra unidade administrativa. Tal configuração territorial reforça a necessidade de uma análise integrada que considere as dinâmicas intermunicipais nos conflitos socioambientais decorrentes da atividade extrativa.

A escolha de estudar os impactos da mineração na Comunidade Quilombola São Joaquim é motivada pela minha própria história e conexão com o território. Como quilombola, tenho uma compreensão profunda dos desafios enfrentados pela comunidade diante da expansão das atividades mineradoras no Cerrado. Este trabalho é, portanto, não apenas uma análise acadêmica, mas também uma contribuição pessoal e coletiva para a preservação do território e dos direitos quilombolas.

São vários os elementos que me trouxeram até a pesquisa: podemos começar com o fato de eu ser professora da Educação Básica de Geografia na Escola Estadual Deoclides Muniz, em Almas-TO, mas isto não bastaria sem a compreensão do sentido político de ser mulher, negra, quilombola, filha de lavradores e neta de garimpadeira e quilombola. Trago comigo a memória das mulheres que me antecederam, suas lutas cotidianas pela sobrevivência e pela preservação da vida, sendo elas referências de resistência e de saberes que atravessam gerações. Essa trajetória pessoal e coletiva não apenas fundamenta minha identidade, mas também orienta minha prática docente e minha escolha de pesquisar a força ancestral e a agência política das mulheres quilombolas, que, em sua tessitura de experiências, revelam caminhos para a preservação ambiental e para a construção de uma educação comprometida com a justiça social.

Sendo assim, minha história de vida revela que venho do campo, do antigo Norte Goiano, hoje Estado do Tocantins. Sou oriunda da comunidade quilombola Poço Dantas, em Almas-TO, um território marcado pela presença de portugueses e de negros escravizados que foram trazidos à região durante a corrida do ouro no final do século XIX. Essa herança histórica se entrelaça com minha trajetória familiar e com a luta de um povo que resiste desde então.

Meus pais, um casal de lavradores, construíram a vida no ritmo da terra e do gado, trabalhando durante muito tempo como vaqueiros. Sem acesso à escola, carregaram o peso da exclusão social no campo, mas também a sabedoria ancestral que se expressa no trabalho coletivo, na fé e no amor pela terra. Criaram oito filhos em meio às dificuldades, e foi com eles que aprendi que a resistência não é apenas luta, mas também esperança, raiz e legado. Dessa vivência brota a força que sustenta minha caminhada como mulher, negra, quilombola e professora, sempre guiada pelas memórias e ensinamentos que me foram deixados.

Concluir minha cartografia existencial é reafirmar que minha história não se limita ao passado, mas se projeta no presente como continuidade de uma memória coletiva. Ser filha de lavradores quilombolas, herdeira de saberes ancestrais e testemunha da luta de minha comunidade significa carregar em mim as marcas da resistência e da esperança. Minha trajetória revela que o território não é apenas espaço geográfico, mas também lugar de pertencimento, identidade e construção de sentidos. Assim, sigo adiante com a convicção de que minha vida, como tantas outras vidas quilombolas, é mapa e memória, raiz e caminho, reafirmando a força de um povo que persiste em existir e resistir.

A mineração em Almas (TO), a 26 km do quilombo de São Joaquim, trouxe uma série de impactos ambientais e socioeconômicos, comprometendo a sustentabilidade e a qualidade

de vida da comunidade. Minha conexão com este território e minha herança familiar de resistência frente à exploração mineral me posicionaram de forma crítica para compreender e discutir os efeitos dessas atividades. Além disso, este estudo se justifica pela necessidade urgente de dar visibilidade às vozes quilombolas, que muitas vezes são silenciadas nos debates sobre desenvolvimento e preservação ambiental. A pesquisa não só se debruça sobre os impactos diretos da mineração, como também destaca a resistência da comunidade de São Joaquim em proteger seu modo de vida e preservar suas tradições.

Este trabalho é, portanto, uma tentativa de articulação sobre questões pessoais, históricas e coletivas, de modo a contribuir para o fortalecimento da luta por direitos territoriais e ambientais das comunidades quilombolas, bem como para a formulação de políticas públicas que assegurem a proteção do Cerrado e de suas tradições ancestrais. Desse modo, a dissertação começa com uma análise aprofundada da era do ouro no norte goiano, atualmente Tocantins, com foco no município de Almas e na comunidade quilombola São Joaquim.

O primeiro capítulo busca lançar luz sobre as complexidades desse período crucial da história regional, abordando as dinâmicas da extração do ouro, os fluxos migratórios, a importância da mão de obra escrava, e as relações sociais e econômicas que culminaram na formação do quilombo São Joaquim.

O segundo capítulo analisa as dinâmicas de exploração dos recursos naturais na região e os impactos socioambientais decorrentes da atuação das mineradoras. Através de uma abordagem crítica, este capítulo discute como a atividade extrativa tem reconfigurado territórios tradicionais, ameaçando modos de vida e intensificando conflitos entre comunidades quilombolas e grandes corporações. Este processo se inseriu em uma lógica de colonialismo interno, onde a exploração dos bens naturais e a apropriação dos territórios seguem a mesma matriz histórica de espoliação que marcou a colonização. Assim, o avanço da mineração sobre o Cerrado não representa apenas uma disputa econômica, mas também uma continuidade da violência colonial, que transforma territórios tradicionais em meros espaços de extração, negando a centralidade das populações quilombolas como guardiãs ancestrais desses ecossistemas.

O terceiro capítulo focaliza as fraturas no território causadas pela mineração, enfatizando a comunidade quilombola São Joaquim. São discutidos os impactos da exploração mineral sobre os saberes e fazeres dessa população, que mantém uma relação ancestral e intrínseca com a terra e seus recursos naturais. O capítulo também analisa os impactos ambientais da atividade mineradora, como o desmatamento, a contaminação dos recursos hídricos e a degradação do solo, fatores que comprometem a subsistência da população

quilombola, que depende da terra para a agricultura familiar, a coleta de frutos nativos e outras práticas tradicionais de sustento.

Outro ponto central da dissertação é a investigação das estratégias de resistência empregadas pela comunidade frente à mineração. São interpretadas as formas de organização social, as mobilizações políticas e jurídicas, bem como os saberes tradicionais que se configuram como instrumentos de luta na defesa do território. A atuação das lideranças locais, das associações quilombolas e dos movimentos sociais será evidenciada no contexto das disputas territoriais e da busca pelo reconhecimento e proteção dos direitos da comunidade.

Assim, esta pesquisa não se limita a um mero levantamento de dados, mas busca incorporar as vozes e experiências da comunidade quilombola São Joaquim, destacando sua luta por direitos territoriais e sua resistência frente aos desafios impostos pela mineração. Ao iluminar essas questões, esta pesquisa pretende contribuir para a construção de um futuro mais justo e sustentável, no qual o respeito às tradições e a proteção dos ecossistemas sejam prioritários nas políticas públicas e nas práticas empresariais.

Como quilombola, trago uma perspectiva pessoal e de vivência profundamente enraizada na vivência dos desafios enfrentados pela minha comunidade. Essa conexão íntima com a história e a cultura quilombola não apenas enriquece a análise, mas também reforça a importância de assegurar que as vozes das comunidades tradicionais sejam ouvidas e respeitadas. A luta pela preservação do território e a valorização dos saberes ancestrais são fundamentais para a manutenção da identidade cultural e da sustentabilidade ambiental.

De acordo com Souza (2012), a identidade de uma comunidade quilombola é construída mediante uma correlação profunda com seu território. Essa construção baseia-se nos saberes e tradições presentes no modo de vida, nas crenças, na cosmovisão, nas manifestações artísticas e culturais. Estes estão entre alguns saberes preservados, tornando um território impregnado de significações relacionadas à resistência cultural. Segundo Halbwachs (2006), somente quando a tradição se reinventa ela pode perdurar e a memória tem um papel fundamental nesse processo de reafirmação identitária.

Os direitos das comunidades quilombolas estão assegurados tanto pela Constituição Federal quanto por legislação específica que reconhece e protege suas terras e modos de vida. A Constituição Federal de 1988 reconhece e protege suas terras e modos de vida. A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, garantindo-lhes o direito à posse permanente e à proteção jurídica de seus territórios. Além da Constituição, a Lei nº 12.288/2010, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial, reforça os direitos das comunidades quilombolas ao

estabelecer políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e o reconhecimento e a garantia dos direitos territoriais e culturais dessas comunidades (Aráoz, 2020).

2. A MINERAÇÃO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Neste capítulo, abordaremos o contexto histórico da mineração no Brasil, destacando como essa atividade, que remonta ao período colonial, moldou as dinâmicas sociais e econômicas do país. Focaremos nas legislações que regulam a mineração e sua evolução ao longo do tempo, especialmente no que diz respeito aos direitos das comunidades tradicionais.

Analisaremos os impactos socioambientais da mineração nas comunidades quilombolas, com ênfase nas experiências da comunidade São Joaquim em Porto Alegre do Tocantins. Este capítulo explora como a exploração mineral afeta não apenas o meio ambiente, mas também os modos de vida e a organização social dessas comunidades, além de discutir as estratégias de resistência que estão sendo desenvolvidas para enfrentar os desafios impostos por esse setor.

2.1 Contexto histórico e legislação da mineração no Brasil

A mineração no Brasil tem origens profundas que se iniciaram desde o começo do processo de colonização, tornando-se uma das principais atividades econômicas do século XVI. A exploração de recursos minerais foi crucial para a formação territorial e o desenvolvimento da economia colonial, influenciando diretamente a estrutura social e política do país. O ouro e as pedras preciosas, especialmente os diamantes, capturaram a atenção dos colonizadores e estimularam expedições ao interior, promovendo a ocupação de áreas que antes estavam fora do controle direto da Coroa portuguesa. O auge do ciclo do ouro, entre os séculos XVII e XVIII, marcou o início de uma era de extração mineral em larga escala, que moldaria o futuro econômico e social do Brasil (Lopes, 2020).

Desde os primórdios da colonização portuguesa, a mineração no Brasil se tornou uma força motriz na exploração e ocupação do território. A extração de ouro de aluvião no século XVIII emergiu como um marco crucial, especialmente em áreas como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Nesse contexto, a atividade mineradora não apenas fomentou a interiorização do país, mas também intensificou a dependência econômica em relação à metrópole. Esse modelo extrativista, que priorizou a exploração intensiva de recursos, resultou em um desenvolvimento desigual, marcado por profundas disparidades sociais e regionais, consolidando uma lógica predatória que ainda se faz presente nos dias de hoje (Parente, 2007).

Com a criação do estado do Tocantins em 1988, a mineração ganhou novos contornos

no cenário nacional. Localizado em uma região estratégica, entre o Cerrado e a Amazônia, o Tocantins possui um território rico em recursos minerais, como ouro, níquel e calcário. A exploração mineral na região tornou-se um dos pilares do desenvolvimento econômico local, atraindo empresas transnacionais e fomentando investimentos em infraestrutura. No entanto, essa expansão colide frequentemente com os direitos e os interesses das comunidades tradicionais, como os quilombolas e indígenas, que habitam a região há séculos. Para essas populações, a mineração não é somente uma atividade econômica, mas também uma ameaça ao seu modo de vida, à sua cultura e ao meio ambiente (Silva, 2014).

A legislação da mineração brasileira é complexa e engloba desde a Constituição de 1988, o *Código de Mineração* e leis ambientais. Contudo, a aplicação dessas normas tem sido frequentemente questionada devido a conflitos de interesses e falhas na fiscalização. A legislação busca equilibrar a exploração econômica com a preservação ambiental e a proteção dos direitos de trabalhadores e das comunidades impactadas. No entanto, em muitos casos, prevalece a lógica do lucro em detrimento da justiça social e ambiental. Um exemplo emblemático é o MATOPIBA, região que engloba partes do Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia, onde grandes projetos minerários têm avançado agressivamente, comprometendo ecossistemas e comunidades locais (Santos, 2023).

A mineração no Tocantins, em particular, reflete as tensões históricas e econômicas que caracterizam o setor no Brasil. A produção da primeira barra de ouro em Almas (TO), no ano de 2023, simboliza tanto os avanços tecnológicos quanto os desafios sociais associados à atividade mineradora. Esse evento foi amplamente divulgado como um marco de desenvolvimento, mas também revisitou questões relacionadas ao impacto ambiental e ao deslocamento forçado de populações. A comunidade quilombola São Joaquim, em Porto Alegre do Tocantins, é um exemplo concreto dessas dinâmicas. Assim como outros territórios tradicionais, São Joaquim enfrenta pressões intensas devido à exploração mineral, que compromete suas terras, recursos hídricos e cultura (Brasil Mineral, 2023).

Historicamente, o modelo de desenvolvimento baseado na mineração tem gerado ciclos de dependência econômica e exclusão social no Brasil. Desde o período colonial, a extração de recursos naturais tem sido orientada por interesses externos, resultando em uma economia primário-exportadora e na perpetuação de desigualdades. Essa lógica foi criticada por estudiosos como Santos (2001), que destaca a necessidade de uma nova abordagem para o desenvolvimento, capaz de romper com o pensamento único e promover uma globalização mais inclusiva e consciente. No Tocantins, essa crítica é particularmente relevante, dado o impacto desproporcional da mineração sobre as populações mais vulneráveis (Santos, 2022).

A mineração também desempenha um papel central na dinâmica econômica global, com grandes corporações transnacionais influenciando diretamente políticas públicas e decisões governamentais. No Tocantins, essa influência é evidente nos projetos de mineração que recebem apoio estatal e financiamento internacional. Entretanto, as comunidades tradicionais, como os quilombolas, têm resistido a essas iniciativas, reivindicando seus direitos e denunciando as violações sofridas. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Cerrado destaca os conflitos socioambientais e as lutas ecoterritoriais como elementos centrais dessa resistência, apontando para a necessidade de um modelo de desenvolvimento que respeite a diversidade cultural e ambiental do país (CPT, 2019).

Durante a exploração aurífera, as regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso tornaram-se os principais polos de exploração. A mineração colonial, baseada no trabalho escravo, transformou radicalmente a paisagem e a sociedade. Os escravizados africanos eram submetidos a condições de trabalho extremas, sendo responsáveis por toda a produção mineral que sustentava a economia da colônia. A extração de ouro foi acompanhada pela cobrança de tributos como o quinto, que destinava 20% do total extraído para a Coroa portuguesa. Esse sistema contribuiu para o enriquecimento da metrópole, ao mesmo tempo em que impôs um pesado ônus às colônias, fomentando tensões sociais que culminaram, em parte, nos movimentos de independência (Silveira, 2023).

Com a exaustão do ouro em muitas áreas e a diminuição da produção, a mineração perdeu força como principal atividade econômica no século XIX, cedendo espaço à agropecuária e ao crescimento do café. Contudo, a descoberta de novos depósitos minerais, como ferro e manganês, a partir do final do século XIX e início do XX, reconfigurou o cenário da mineração no Brasil. Esses recursos foram fundamentais para a industrialização do país e sua inserção no mercado global. O desenvolvimento da siderurgia e a expansão das ferrovias aumentaram a demanda por minérios, especialmente ferro e carvão, consolidando a mineração como um pilar da economia brasileira moderna (Nascimento, 2023).

No plano legal, a mineração brasileira passou por importantes transformações ao longo do tempo. Durante o período colonial, todo o subsolo e seus recursos pertenciam à Coroa portuguesa. Esse regime de propriedade foi mantido após a independência, com o Código de Minas de 1934 estabelecendo o monopólio estatal sobre os recursos minerais, mas permitindo sua exploração por particulares mediante concessão. A promulgação da Constituição de 1988 trouxe novas perspectivas, incluindo a preservação ambiental e os direitos das populações tradicionais, embora mantendo a prerrogativa estatal sobre os recursos minerais. O marco regulatório mais recente, o Código de Mineração de 2017 (Lei nº 13.575, de 26 de dezembro

de 2017), busca modernizar a gestão do setor, com foco em sustentabilidade e maior controle estatal sobre as atividades minerárias (Borges, 2023).

Do ponto de vista econômico, a mineração continua sendo uma das atividades mais lucrativas do Brasil, contribuindo com o Produto Interno Bruto (PIB) e as exportações. O país é um dos maiores exportadores de minério de ferro, bauxita, manganês e ouro, com destaque para a produção nas regiões Norte e Sudeste. Minas Gerais, Pará e Mato Grosso são estados que concentram grande parte da exploração mineral, abrigando gigantes do setor, como a Vale S.A., uma das maiores mineradoras do mundo. A demanda internacional, especialmente da China, impulsionou o crescimento do setor nas últimas décadas, consolidando a mineração como um dos motores da economia brasileira (Silveira, 2023).

No entanto, o crescimento econômico proporcionado pela mineração não vem sem custos sociais e ambientais significativos. A exploração mineral tem historicamente causado impactos negativos, como o desmatamento, a contaminação de rios e solos, e a poluição atmosférica. Além disso, o setor é frequentemente associado a desastres ambientais de grandes proporções, como os rompimentos das barragens de Mariana, em 2015, e Brumadinho, em 2019. Esses episódios evidenciaram falhas graves na fiscalização e na adoção de medidas preventivas, além de exporem as populações locais a riscos severos, incluindo perda de vidas, deslocamento forçado e destruição de meios de subsistência (Miranda *et al.*, 2022).

Além dos impactos ambientais, há também questões relacionadas à territorialidade e aos direitos das populações tradicionais. O avanço da mineração frequentemente entra em conflito com comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência. Essas comunidades possuem uma relação simbólica e material com a terra, o que as torna particularmente vulneráveis à expropriação e à degradação ambiental. No caso das comunidades quilombolas, como a de São Joaquim, a mineração não só ameaça a integridade de seus territórios, mas também coloca em risco sua cultura e identidade, construídas ao longo de séculos em harmonia com o meio ambiente (Lopes, 2020).

O arcabouço legal que busca proteger essas populações inclui a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil, que garante o direito de consulta prévia, livre e informada sobre projetos que afetem territórios de povos e comunidades tradicionais. Contudo, a aplicação prática dessa legislação enfrenta diversos obstáculos, incluindo a resistência de grandes corporações e a falta de comprometimento de alguns órgãos governamentais. Em muitos casos, as consultas realizadas são meramente formais, sem garantir uma participação efetiva das comunidades na tomada de decisões (Nascimento, 2023).

Do ponto de vista econômico, o discurso predominante é o de que a mineração promove

desenvolvimento e gera emprego. No entanto, estudos indicam que os benefícios econômicos são frequentemente concentrados, beneficiando principalmente grandes empresas e investidores, enquanto as populações locais arcam com os custos sociais e ambientais. Em áreas de mineração intensiva, é comum observar um paradoxo: apesar da riqueza gerada, os municípios apresentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e alta dependência da renda proporcionada pelo setor mineral, o que os torna vulneráveis às oscilações do mercado global (Silveira, 2023).

Outro desafio importante é o da sustentabilidade. A exploração mineral, por sua natureza, é uma atividade finita e de alto impacto ambiental. A transição para um modelo de mineração mais sustentável implica não apenas a adoção de tecnologias menos poluentes, mas também a implementação de políticas que garantam a recuperação ambiental e a diversificação econômica das regiões mineradoras. A ideia de “mineração sustentável” ainda enfrenta resistência no setor, que tradicionalmente prioriza o lucro imediato em detrimento de considerações ambientais e sociais de longo prazo (Pires, 2021).

Diante desse cenário, é imprescindível que o Estado desempenhe um papel ativo na regulação e fiscalização da mineração, garantindo que os interesses econômicos não se sobreponham aos direitos humanos e à preservação ambiental. Isso inclui fortalecer órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a ANM, além de assegurar que as comunidades afetadas tenham voz e participação nos processos decisórios. A implementação de políticas públicas voltadas para a compensação e mitigação dos impactos da mineração é fundamental para equilibrar os benefícios econômicos com os custos socioambientais (Borges, 2023).

A mineração está presente no território brasileiro desde a colonização portuguesa e se encontra nas raízes da espoliação combinada e permanente que continua, ainda que repleta de atualizações e particularidades, até os dias atuais. Ao contrário de outras atividades econômicas inseridas no campo da agrossilvicultura e no modelo de plantation, que foram estabelecidas desde o início da invasão, o modelo minerador consolidou-se somente a partir do século XVII, após expedições de entradas e bandeiras no interior do território brasileiro (Santo, 2022).

A descoberta de ouro nas primeiras expedições, principalmente em aluviões, desencadeou um grande movimento migratório de portugueses e de outros povos em direção ao interior do Brasil Colônia, todos em busca de enriquecimento. Isso gerou um aumento brusco na densidade populacional nessas regiões, não apenas devido às ondas migratórias, mas também ao aumento da força de trabalho dos escravizados, que se tornaram essenciais para o trabalho pesado nas minas e garimpos, estabelecendo um modo de produção escravista em torno do ouro.

O Brasil chegou a produzir cerca de 50% do total mundial de ouro, aproximadamente mil toneladas, e 3 milhões de quilates de pedras preciosas (Figueirôa, 1994).

Contemporaneamente, a Coroa Portuguesa implementou um novo sistema de fiscalização para fortalecer a atividade mineradora no Brasil Colônia. O Regime dos Superintendentes, Guardas-Mores e Oficiais Deputados para as Minas de Ouro, estabelecido em 1702, autorizou cada arrendatário de um lote a explorar as jazidas em sua propriedade. A Intendência das Minas surgiu a partir dessa legislação, constituindo um governo especial diretamente vinculado a Lisboa (Figueirôa, 1994).

Outras medidas importantes incluíram a instituição do “quinto”, um tributo equivalente a 20% do ouro produzido remetido à Coroa, o sistema da finta, que exigia o envio de 30 arrobas de ouro anualmente, e a criação das Casas de Fundição, responsáveis por transformar o ouro em barras na própria colônia. Esse sistema de controle e produção foi essencial para a consolidação da economia mineradora, sendo reconhecido como parte do sistema colonial na América Portuguesa (Figueirôa, 1994).

Conforme estudos conduzidos por Santos (2022), é crucial reiterar a compreensão desse sistema para entender a atividade mineradora no Brasil e o papel de controle exercido pelo Estado Português. Isso não apenas nos permite compreender suas bases iniciais, mas também como esses processos econômicos se entrelaçaram com o contexto social e político da época. É importante destacar que o Brasil não passou por nenhuma ruptura institucional ou econômica que levasse à sua independência durante esse período, apesar das tentativas, como as revoltas emancipacionistas, incluindo a Conjuração Mineira, a Baiana e a Revolução Pernambucana.

Ademais, Santos (2022) aponta que a ascensão de Dom Pedro I ao trono foi condicionada à volta da corte real para Portugal após o fim do bloqueio continental de Napoleão. No período do Império (1822-1888), as minas foram abertas à iniciativa privada, principalmente para a extração de ferro e ouro, o que atraiu investidores ingleses, belgas e franceses. Isso resultou na reativação de minas anteriormente abandonadas devido à falta de tecnologia.

Posteriormente, a partir da “revolução” de 1930 e da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a Constituição de 1934 foi promulgada, estabelecendo controle nacional sobre as jazidas e a exploração mineral, assim como a separação da propriedade do solo e do subsolo. Esse marco legislativo pavimentou o caminho para a aprovação, em 1940, do Decreto-lei n.º 1.985, conhecido como Código de Minas, que se tornou a primeira legislação nacional abrangente sobre o tema. Sob a égide de políticas econômicas desenvolvimentistas, visando à substituição de importações, o Código de Minas inaugurou um período de consideráveis investimentos

nacionais no setor. Isso culminou na criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e, logo em seguida, da Companhia Vale do Rio Doce (Bittencourt, 2014).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve um forte avanço das forças nacionalistas e populares, e até mesmo um aumento significativo da representação parlamentar do Partido Comunista, que foi o exército que antecedeu o golpe de 1964. Durante o regime autocrático, elaboraram-se os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), que transformavam a mineração em um setor estratégico; de forma que, em 1967, foi promulgado o Decreto 227 de 28 de fevereiro, que constituiu o Código de Mineração, mesmo ano em que foram descobertas as gigantes jazidas de ferro da Serra de Carajás, no Pará (Bittencourt, 2014).

Posteriormente surgiu a possibilidade de desenvolver um novo código da mineração, no qual o governo buscava modificar a regulação do setor para obter maior controle sobre as concessões minerais e a pesquisa geológica no país, ao mesmo tempo em que visava aumentar a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Por outro lado, o setor privado almejava flexibilizar a legislação para garantir a expansão de seus lucros e competitividade. Esses interesses foram considerados na proposta do novo Código da Mineração, embora isso não eliminasse os conflitos de interesses no processo (Bittencourt, 2014).

Conforme Bittencourt (2014) aponta, a proposta do novo código da mineração se baseou em três eixos principais em relação ao Código de 1967: uma mudança processual no método de solicitação de concessões de pesquisa e lavra; uma mudança fiscal, alterando a alíquota, a fonte de incidência da CFEM e criando a Taxa de Fiscalização (TF); e uma mudança organizativa, com alterações na institucionalidade que fiscaliza e regula a mineração no Brasil.

É importante salientar que o processo de licenciamento para a instalação, operacionalização e produção de atividades de mineração no Brasil foi criado para favorecer os empreendedores do setor, reduzindo a possibilidade de oposição das populações e comunidades que habitam esses territórios. No Brasil, o subsolo é definido pela Constituição Federal de 1988 como uma realidade jurídica distinta da do solo para fins de aproveitamento mineral (pesquisa e lavra) e pertencente à União, a quem cabe a concessão do direito de pesquisa e exploração (Brasil, 1988).

É fundamental mencionar que o Brasil é um dos cinco maiores produtores e exportadores de metais, materiais e minérios do mundo, exportando 85% de tudo o que produz e gerando um considerável e indispensável montante de divisas. No entanto, os minérios são explorados sem agregação de valor, e a maior parte do que é comercializado (89%) é uma única *commodity*: o minério de ferro (DNPM, 2024).

A mineração tem sido uma atividade central na história do Brasil desde os primeiros anos da colonização portuguesa. Durante o período colonial, a busca por ouro e pedras preciosas tornou-se um dos principais motores da expansão territorial e da exploração econômica. As bandeiras e entradas organizadas pelos colonizadores adentraram as regiões interiores, descobrindo vastas jazidas que, por sua vez, impulsionaram a ocupação de áreas como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Esse período, conhecido como o ciclo do ouro, entre os séculos XVII e XVIII, marcou o apogeu da mineração colonial, com profundas consequências econômicas e sociais para o Brasil (Silveira, 2023).

A mineração colonial foi caracterizada pelo uso extensivo de mão de obra escravizada. Os africanos, trazidos à força para o Brasil, eram submetidos a condições extremas de trabalho nas minas, enquanto os lucros da atividade eram majoritariamente destinados à Coroa portuguesa, por meio do sistema de tributação conhecido como quinto. A exploração mineral foi fundamental para o enriquecimento da metrópole e ajudou a consolidar o modelo econômico extrativista que predominou no Brasil durante séculos. Entretanto, os custos sociais e ambientais desse modelo foram elevados, incluindo o extermínio de populações indígenas e o esgotamento de recursos naturais (Marques e Morales, 2021).

A mineração perdeu relevância como principal atividade econômica, mas sua importância ressurgiu no século XX, impulsionada pela demanda por minerais estratégicos, como ferro, manganês e bauxita. A industrialização do Brasil, iniciada nos anos 1930 e intensificada nas décadas seguintes, dependeu fortemente da mineração. Grandes projetos, como a Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale S.A.), criada em 1942, foram fundamentais para o desenvolvimento do setor. O ferro, em particular, tornou-se um dos principais produtos de exportação, posicionando o Brasil como um dos maiores fornecedores globais (Nascimento, 2023).

O marco regulatório da mineração no Brasil passou por diversas mudanças ao longo da história, refletindo as transformações econômicas e políticas do país. Durante o período colonial e imperial, os recursos minerais eram considerados propriedade da Coroa, e sua exploração estava subordinada aos interesses metropolitanos. Com a Proclamação da República, em 1889, e especialmente com a Constituição de 1934, o Brasil começou a consolidar um arcabouço legal que visava regular a exploração mineral e garantir maior controle estatal sobre os recursos naturais (Lopes, 2020).

A Constituição de 1934 representou um avanço importante ao estabelecer que os recursos minerais pertenciam à União, mas poderiam ser explorados por empresas privadas mediante concessão. Essa lógica foi mantida nas constituições subsequentes e foi ampliada pela

criação de códigos específicos, como o Código de Mineração de 1967, que estabeleceu diretrizes para a exploração mineral no país. A Constituição de 1988 introduziu um novo paradigma, ao integrar a proteção ambiental e os direitos das populações tradicionais ao contexto regulatório, embora mantendo o monopólio estatal sobre os recursos minerais (Borges, 2023).

Nos anos recentes, o Código de Mineração de 2017 representou uma tentativa de modernizar o setor, promovendo maior transparência e sustentabilidade. Entre as mudanças implementadas, destaca-se a criação da ANM e a ampliação das exigências ambientais para a obtenção de licenças. No entanto, a aplicação dessas normas enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à fiscalização e à efetiva proteção das comunidades afetadas pela mineração, como os povos indígenas e quilombolas (Nascimento, 2023).

A mineração é um dos pilares da economia brasileira, representando uma parte significativa das exportações e contribuindo substancialmente para o Produto Interno Bruto (PIB). O Brasil é líder global na produção de minério de ferro, e o estado do Pará, por exemplo, abriga o maior projeto de mineração do mundo, a mina de Carajás. A demanda internacional, especialmente da China, principal compradora de minério de ferro brasileiro, impulsiona o crescimento do setor nas últimas décadas, tornando-o um dos motores da economia nacional (Pires, 2021).

Embora os benefícios econômicos sejam evidentes, eles são distribuídos desigualmente. As regiões mineradoras frequentemente enfrentam problemas sociais significativos, como baixos IDH, infraestrutura precária e alta dependência econômica da mineração. Esse cenário cria um paradoxo: apesar da riqueza gerada pela exploração mineral, muitas comunidades locais vivem em condições de pobreza, com acesso limitado a serviços básicos, como saúde e educação (Miranda *et al.*, 2022).

Além disso, os impactos ambientais são uma preocupação crescente. A mineração é responsável por uma série de problemas ecológicos, incluindo desmatamento, poluição de rios e solos, e emissão de gases poluentes. Desastres recentes, como os rompimentos das barragens em Mariana, em 2015, e Brumadinho, em 2019, evidenciam os riscos associados à mineração e os custos socioambientais que ela impõe. Esses eventos não apenas resultaram em perda de vidas humanas, mas também devastaram ecossistemas inteiros e comprometeram a segurança hídrica de milhões de pessoas (Marques e Morales, 2021).

Um dos aspectos mais delicados da mineração no Brasil é o impacto sobre as populações tradicionais, incluindo comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Essas comunidades possuem uma relação intrínseca com o território, que vai além do aspecto econômico. O

território é visto como um elemento central de sua identidade cultural e espiritual. A atividade mineradora, ao avançar sobre essas áreas, não apenas ameaça o meio ambiente, mas também o modo de vida dessas populações (Lopes, 2020).

A Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil, garante o direito à consulta prévia, livre e informada para as comunidades tradicionais afetadas por projetos de desenvolvimento, incluindo a mineração. No entanto, a implementação desse direito tem sido problemática. Muitas vezes, as consultas são realizadas de maneira superficial, sem garantir a participação efetiva das comunidades no processo decisório. Em alguns casos, há denúncias de que empresas mineradoras manipulam as consultas para legitimar seus projetos, ignorando os impactos sociais e ambientais (Silveira, 2023).

No caso das comunidades quilombolas, como a de São Joaquim, a mineração representa uma ameaça direta à preservação de sua cultura e território. Além do impacto ambiental, a exploração mineral intensifica os conflitos fundiários, já que muitas dessas comunidades ainda lutam pelo reconhecimento oficial de suas terras. O processo de regularização fundiária é frequentemente lento e burocrático, deixando as comunidades vulneráveis à invasão e exploração por parte de empresas e até de garimpeiros ilegais (Marques e Morales, 2021).

No próximo tópico, exploraremos os impactos da mineração no contexto histórico, econômico e social da região norte de Goiás. Bem como será investigado como a mineração influencia o desenvolvimento da área, especialmente no que diz respeito às comunidades tradicionais, como as quilombolas, e sua conexão com o território. Além disso, discutiremos os desafios enfrentados por essas comunidades em decorrência da expansão das atividades mineradoras e as formas de resistência que estão emergindo nesse cenário.

2.2 Mineração e comunidades tradicionais do norte goiano (atual tocantins)

O antigo Norte Goiano (atual estado do Tocantins), uma região de grande diversidade cultural e ambiental, tem enfrentado profundas transformações em decorrência da expansão da mineração. Este território, caracterizado por sua vasta biodiversidade e por abrigar inúmeras comunidades tradicionais, incluindo quilombolas, sofrem impactos significativos da exploração mineral. Embora a mineração seja vista por muitos como um motor de desenvolvimento econômico, ela traz consigo desafios que afetam diretamente o meio ambiente e as condições de vida dessas populações, especialmente em comunidades historicamente marginalizadas, como a quilombola São Joaquim, localizada em Porto Alegre do Tocantins (Marques e Morales, 2021).

Nesse contexto, é imprescindível compreender como a exploração mineral influencia não apenas o ecossistema, mas também as relações sociais, culturais e econômicas das comunidades locais (Marques e Morales, 2021). A atividade mineradora no Norte Goiano consolidou-se como uma das principais forças econômicas da região, atraindo investimentos e gerando empregos. Contudo, essa expansão ocorre de maneira desordenada, muitas vezes sem considerar os impactos socioambientais (Silveira, 2023).

As comunidades quilombolas, que possuem uma relação íntima e ancestral com a terra, são particularmente vulneráveis a essas mudanças. A destruição de áreas de mata nativa, a contaminação de rios e a poluição atmosférica estão entre as consequências mais visíveis. Esses fatores comprometem não apenas os recursos naturais essenciais para a sobrevivência das comunidades, mas também afetam a saúde e o bem-estar de seus habitantes, criando um cenário de insegurança e desamparo (Silveira, 2023).

Além dos impactos ambientais, a mineração influencia diretamente a organização social das comunidades quilombolas. Frequentemente, a chegada de empresas mineradoras promove um processo de desestruturação comunitária. O modo de vida tradicional, baseado em práticas agrícolas sustentáveis e na gestão comunitária dos recursos naturais, é substituído por um modelo de desenvolvimento centrado no lucro e na exploração intensiva. Isso gera conflitos internos e externos, pois nem todos os moradores concordam com a exploração mineral em seus territórios. A promessa de empregos e melhorias na infraestrutura local é frequentemente utilizada como estratégia para dividir a comunidade, enfraquecendo sua resistência e coesão (Lopes, 2020).

Outro aspecto crítico é a questão da territorialidade. A delimitação e o reconhecimento formal dos territórios quilombolas são frequentemente ignorados ou desrespeitados pelas empresas mineradoras e pelo próprio Estado. Essa negligência agrava a vulnerabilidade dessas comunidades, que enfrentam dificuldades para reivindicar seus direitos territoriais. A luta pelo território é, portanto, uma das principais frentes de resistência dos quilombolas contra os impactos da mineração. O território não é apenas um espaço físico, mas um elemento central da identidade cultural e da continuidade histórica dessas comunidades, sendo fundamental para a manutenção de suas práticas e saberes tradicionais (Nascimento, 2023).

A exploração mineral também afeta as dinâmicas culturais das comunidades quilombolas. A oralidade, um dos pilares da transmissão de conhecimento tradicional, pode ser prejudicada pela fragmentação comunitária e pela migração de jovens em busca de oportunidades fora do território quilombola. A entrada de novas tecnologias e mídias digitais, embora possa contribuir para a preservação e disseminação do conhecimento, também impõe

desafios, como a perda de elementos culturais autênticos e a adaptação às novas formas de comunicação e interação social. Nesse sentido, a preservação da cultura quilombola torna-se uma tarefa cada vez mais complexa, demandando estratégias inovadoras e integradas (Pires, 2021).

Do ponto de vista econômico, os benefícios trazidos pela mineração para as comunidades locais são frequentemente questionáveis. Embora as empresas mineradoras gerem empregos e contribuam para o aumento da receita municipal, esses ganhos econômicos raramente são distribuídos de maneira equitativa. Os quilombolas, historicamente excluídos das principais esferas econômicas, continuam a enfrentar dificuldades para acessar os benefícios prometidos pela exploração mineral. Além disso, os empregos gerados são, em sua maioria, temporários e precários, não garantindo estabilidade econômica a longo prazo. Esse cenário contrasta com o discurso de progresso frequentemente associado à mineração (Miranda *et al.*, 2022).

A saúde das populações quilombolas também é impactada de maneira significativa. A exposição a substâncias tóxicas, como metais pesados e poeira resultante da extração mineral, eleva o risco de doenças respiratórias, dermatológicas e neurológicas. Além disso, o acesso aos serviços de saúde continua sendo limitado, especialmente em regiões mais isoladas. A precariedade no atendimento médico e a falta de políticas públicas específicas agravam a situação, deixando essas comunidades em uma posição ainda mais vulnerável. Estudos têm demonstrado que a saúde dos trabalhadores quilombolas é particularmente afetada, destacando a necessidade de intervenções mais eficazes e direcionadas (Miranda *et al.*, 2022).

Por fim, a resistência das comunidades quilombolas frente à mineração no antigo Norte Goiano deve ser reconhecida e fortalecida. Movimentos sociais e organizações locais desempenham um papel crucial na defesa dos direitos dessas populações, buscando alternativas de desenvolvimento que respeitem suas tradições e promovam a sustentabilidade. A educação também surge como um instrumento poderoso de empoderamento, contribuindo para a conscientização e a mobilização comunitária. Escolas quilombolas desempenham um papel fundamental nesse processo, ao incorporar conteúdos que valorizam a identidade e a história dessas comunidades, ao mesmo tempo em que promovem uma reflexão crítica sobre os impactos da mineração e as possibilidades de resistência (Borges, 2023).

Diante desse panorama, é essencial que políticas públicas mais eficazes sejam implementadas, assegurando o respeito aos direitos territoriais e culturais das comunidades quilombolas. O desenvolvimento sustentável deve ser buscado de maneira inclusiva e participativa, reconhecendo o valor intrínseco das tradições e saberes quilombolas. Somente

assim será possível construir um futuro no qual a mineração não represente uma ameaça aos territórios, populações locais e trabalhadores (Nascimento, 2022).

É importante entender o contexto histórico da exploração mineral em Goiás. Durante o ciclo do ouro, no final do século XVII e início do século XVIII, o estado experimentou uma verdadeira corrida pelo metal precioso, com a descoberta de ricas jazidas auríferas em seus rios e córregos. No entanto, a extração do ouro não ocorria de maneira sofisticada, como em outras regiões mineradoras do Brasil, mas de forma rudimentar e adaptada às condições locais. O trabalho era basicamente manual, dependente de técnicas simples e da habilidade dos mineradores em lidar com as dificuldades naturais do terreno. Conforme aponta Palacin (1980, p. 18), é possível compreender que:

As jazidas sedimentares davam lugar ao que se chamava mineração de cascalho. O ouro, lavado pelas chuvas, fica depositado no cascalho, no fundo das correntes de água: córregos e rios, ou antigos rios. O trabalho do mineiro consiste em arrancar o cascalho e peneira-lo, para que o ouro, mais pesado do que a areia, fique depositado no fundo. Para retirar o cascalho aurífero, às vezes recoberto por outras camadas sedimentares, costuma-se cercar e secar uma parte do rio, ou desviar a corrente, ou, em formas mais elementares, retirar o cascalho do fundo da água. Maior era a dificuldade quanto o cascalho se encontrava acima do nível da água: às vezes até 12- 14 metros. Havia, então, que trazer água de longe, até de várias léguas, pois sem uma corrente de água era impossível a operação de retirada e lavagem. A operação de lavagem fazia-se ou simplesmente na mão, agitando o cascalho na bateia, ou em recipientes com água corrente, chamados “canoas”. Este tipo de mineração, a mais simples, foi quase a única praticada em Goiás. E sempre de uma forma empírica e rudimentar, pois nunca foram contratados técnicos em geologia, nem em mineração.

Conforme aponta Porto-Gonçalves (2016), a era do ouro representa um capítulo significativo na história brasileira, sendo caracterizado pela predominância da mineração de ouro como atividade econômica central. Este período, abrangendo a maior parte do século XVIII, desdobrou-se nas vastas extensões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, o que marcou distintamente a fase colonial do país.

Conforme Gonçalves (2016), a exploração dos territórios que constituíam as Minas do Goyazes no século XVIII estava fundamentada na ilusão de encontrar filões e pepitas de ouro nas barrancas e cursos dos rios, bem como nas matas, vales e serras. Essa experiência, que inclui as paisagens e o ambiente da mineração, foi narrada por aventureiros, garimpeiros, poetas, literatos e historiadores. O caráter invasivo e violento da empresa colonial, que não respeitava as terras dos povos originários e se utilizava da escravidão, nem sempre foi devidamente registrado, muitas vezes transformando a invasão e o saque em coragem e aventura, características dos desbravadores a serviço da coroa imperial portuguesa.

Ao longo do Ciclo do Ouro, o Brasil chegou como detentor de metade da produção

mundial desse precioso minério. Essa abundância de riqueza atraiu um considerável número de imigrantes portugueses para o território brasileiro, resultando em um crescimento exponencial da população colonial nesse período específico. Nessa perspectiva, a mineração é um elemento central para entender a formação social e econômica do território goiano, integrando distintos momentos da ocupação e constituição de Goiás (Gonçalves, 2016).

Com isso, é possível estabelecer uma periodização da atividade mineral e da formação socioespacial do estado em três fases distintas, todas relacionadas à divisão territorial e internacional do trabalho, além de revelarem o modelo de acumulação de capital em diferentes escalas, ou seja, de maneira interescalar. O ouro no norte goiano foi uma fase marcante na história da região e representou um período em que a mineração de ouro desempenhou um papel crucial na economia local. Este ciclo, que se desdobrou principalmente durante o século XVIII, contribuiu significativamente para a transformação socioeconômica da área que compreende o norte de Goiás (Gonçalves, 2016).

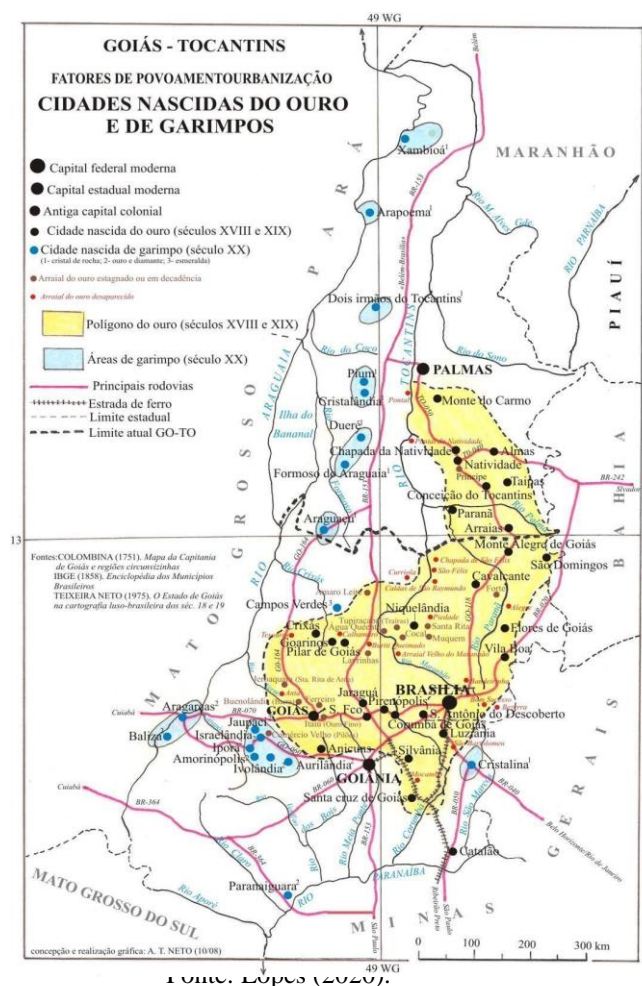
No norte da capitania, a mineração se concentrava na exploração do ouro de aluvião, levando a população a se deslocar para as margens dos rios em busca de novas jazidas auríferas. Esse movimento constante dos mineradores era uma característica marcante dessa atividade, que não permitia uma relação com a terra semelhante àquela que prevalecia nas regiões açucareiras, onde havia uma maior fixação da mão de obra. Ademais, na mineração, era possível observar a presença tanto de mineradores que contavam com plantéis de escravos quanto de exploradores individuais, conhecidos como faiscadores, que não dispunham de grandes recursos (Palacín e Moraes, 1989).

A exploração aurífera nos séculos XVIII, XIX e XX transformou profundamente as regiões de Goiás e Tocantins. O intenso fluxo de migrantes em busca de ouro resultou na formação de novos núcleos urbanos, que se estabeleceram próximos aos garimpos. Essa dinâmica não apenas acelerou o povoamento da região, mas também contribuiu para a urbanização, moldando a identidade e a estrutura social do território. Por isso, na figura a seguir será apresentado a distribuição geográfica das cidades que surgiram em decorrência da exploração aurífera nas regiões de Goiás e Tocantins, nos séculos XVIII, XIX e XX. O mapa destaca a formação de núcleos urbanos ao longo dos principais garimpos, evidenciando como a atividade mineradora não apenas impulsionou o povoamento, mas também promoveu a urbanização da região.

A seguir, apresentaremos um mapa que aborda o Polígono do Ouro nos séculos XVIII e XIX, bem como as cidades nascidas do garimpo no século XX no estado do Tocantins. O mapa também destaca as principais rodovias que contribuíram para o povoamento e a

estruturação regional. Trata-se da Figura 1 – Mapa das cidades formadas pelo garimpo de ouro, que ilustra os fatores de povoamento e urbanização associados à exploração aurífera, evidenciando como a atividade mineradora foi determinante para a formação e consolidação de núcleos urbanos na região.

Figura 1 - Mapa das cidades formadas pelo garimpo de ouro



O contexto histórico desse território é essencial para compreender os desafios e as dinâmicas atuais, especialmente no que diz respeito às comunidades quilombolas, como a de São Joaquim, e à expansão da atividade mineradora. Desde os primeiros registros de ocupação, essa região se destacou pela presença de povos indígenas e pela formação de comunidades afrodescendentes em áreas isoladas, além de um contínuo processo de luta por direitos e reconhecimento (Marques e Morales, 2021).

A história do Norte Goiano remonta ao período colonial, quando o território fazia parte da Capitania de Goiás. Durante essa época, a região era marcada pela incessante busca por

riquezas minerais, especialmente o ouro. Bandeirantes e sertanistas desbravaram os sertões em expedições que resultaram na descoberta de jazidas e na fundação de povoados. Essa exploração trouxe consigo um modelo econômico baseado na extração mineral e no trabalho escravizado, tendo como principal força motriz a mão de obra africana. Os quilombos surgiram como espaços de resistência, constituídos por negros fugitivos das minas e fazendas que buscavam refúgio e liberdade nas áreas mais remotas (Nascimento, 2023).

Com o esgotamento do ouro e o declínio das atividades mineradoras no final do século XVIII, o Norte Goiano passou por um período de relativa estagnação econômica. Contudo, as comunidades quilombolas mantiveram-se resilientes, preservando suas práticas culturais e modos de subsistência. O isolamento geográfico contribuiu para a manutenção de um modo de vida autônomo, baseado na agricultura de subsistência, na coleta de frutos nativos e na pesca. Ao longo dos anos, essas comunidades desenvolveram um profundo vínculo com o território, estabelecendo uma relação de respeito e equilíbrio com o meio ambiente (Lopes, 2020).

No século XIX, o Norte Goiano tornou-se palco de disputas políticas e econômicas, especialmente no contexto das lutas pela independência e posterior consolidação do Império Brasileiro. A região, com sua vasta extensão territorial e riqueza natural, passou a ser vista como um potencial estratégico. Com isso, os quilombolas enfrentaram novos desafios, incluindo tentativas de expulsão de suas terras e a intensificação do controle estatal sobre os recursos naturais. Apesar disso, essas comunidades continuaram a se organizar, resistindo às pressões externas e afirmando sua identidade cultural (Silveira, 2023).

Com a Proclamação da República, em 1889, o Norte Goiano iniciou uma nova fase de sua história. O governo republicano buscava integrar regiões mais distantes ao restante do país, promovendo políticas de colonização e desenvolvimento. No entanto, essas iniciativas frequentemente ignoravam os direitos e as necessidades das populações tradicionais. No início do século XX, a expansão das fronteiras agrícolas e a introdução de novas tecnologias trouxeram transformações significativas. As comunidades quilombolas, antes relativamente isoladas, começaram a sentir os impactos das mudanças econômicas e sociais, enfrentando novos desafios relacionados à terra e à manutenção de suas tradições (Pires, 2021).

O processo de industrialização e modernização do Brasil, acelerado a partir da década de 1930, trouxe mudanças ainda mais profundas para o Norte Goiano. A criação de rodovias e a expansão das áreas urbanas facilitaram o acesso à região, promovendo um fluxo migratório crescente. Paralelamente, o governo federal implementou políticas de incentivo à exploração de recursos minerais e ao agronegócio. Essas iniciativas, embora apresentadas como oportunidades de desenvolvimento, frequentemente resultaram em conflitos territoriais e

degradação ambiental. As comunidades quilombolas, com sua forte ligação à terra, tornaram-se um dos principais alvos dessas disputas, lutando para proteger seus territórios e modos de vida (Miranda *et al.*, 2022).

A criação do estado do Tocantins, em 1988, representou um marco importante na história do Norte Goiano. Com a nova divisão territorial, a região ganhou maior autonomia administrativa e política, abrindo espaço para a formulação de políticas públicas específicas. No entanto, a mineração continuou a crescer, incentivada por investidores e pelo próprio governo. O discurso oficial frequentemente apresentava a atividade mineradora como uma solução para os problemas econômicos da região, prometendo geração de empregos, aumento da arrecadação fiscal e melhoria da infraestrutura local (Nascimento, 2022).

Nesse contexto, o impacto sobre as comunidades quilombolas tornou-se ainda mais evidente. Os projetos mineradores, muitas vezes implantados sem consulta ou consentimento prévio, afetaram diretamente o modo de vida dessas populações. Além da degradação ambiental, a mineração trouxe mudanças socioculturais profundas, alterando as dinâmicas comunitárias e os sistemas tradicionais de governança. Apesar disso, os quilombolas mostraram grande capacidade de resistência, mobilizando-se em defesa de seus direitos e buscando formas alternativas de desenvolvimento que respeitassem sua identidade cultural e os limites do ecossistema local (Borges, 2023).

Ao longo das últimas décadas, a luta pelo reconhecimento e pela regularização dos territórios quilombolas no Norte Goiano ganhou destaque. A Constituição Federal de 1988 representou um avanço significativo ao garantir o direito à propriedade das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. No entanto, a implementação prática desse direito enfrentou inúmeros obstáculos, incluindo a resistência de setores econômicos e a lentidão dos processos burocráticos. Ainda assim, a mobilização das comunidades quilombolas e o apoio de organizações não governamentais e movimentos sociais têm sido fundamentais para a conquista de avanços importantes (Santos, 2022).

Atualmente, a questão da mineração no Norte Goiano continua a gerar debates acalorados. De um lado, há aqueles que defendem a exploração mineral como um caminho indispensável para o desenvolvimento econômico da região. Do outro, as comunidades quilombolas e seus aliados argumentam que é possível buscar alternativas mais sustentáveis, que não comprometam o meio ambiente nem a identidade cultural dessas populações. Nesse sentido, a história do Norte Goiano oferece lições valiosas sobre a importância da resistência e da resiliência diante das adversidades, destacando a necessidade de um modelo de desenvolvimento que seja inclusivo e respeitoso com as tradições locais (Lagoa *et al.*, 2021).

A herança histórica do Norte Goiano, marcada por séculos de resistência e luta por autonomia, continua a inspirar as comunidades quilombolas em sua busca por justiça e sustentabilidade. Compreender esse contexto é fundamental para enfrentar os desafios atuais, especialmente em um momento em que a mineração e outras atividades econômicas ameaçam transformar irreversivelmente o território e o modo de vida dessas populações. A valorização da história e da cultura quilombola, assim como a implementação de políticas públicas eficazes, são passos essenciais para garantir um futuro em que o desenvolvimento econômico possa coexistir com a preservação ambiental e cultural (Nascimento, 2023).

Durante o auge do ciclo do ouro, a região experimentou um aumento expressivo na atividade mineradora, com a descoberta e exploração de depósitos auríferos. Isso atraiu um considerável contingente de pessoas em busca de riqueza, incluindo mineradores, comerciantes e imigrantes em geral. O desenvolvimento de povoados e vilas, muitos dos quais surgiram em torno das minas de ouro, contribuiu para a expansão demográfica e a urbanização da região (Apolinário, 2002).

Segundo Apolinário (2002), a exploração do ouro no norte de Goiás começou simultaneamente à importação de mão de obra africana. Embora tenham ocorrido tentativas de adaptar os indígenas ao trabalho nas minas, estudos indicam que essas iniciativas foram pouco exitosas. Diante disso, africanos, divididos em dois grupos linguísticos — sudaneses e bantos — foram trazidos para o Tocantins como escravos, tornando-se a principal força de trabalho nas atividades de garimpagem do ouro. A riqueza gerada pela extração do ouro teve um impacto profundo na economia e na sociedade local. Contudo, assim como em outras regiões do Brasil, o ciclo do ouro no norte goiano teve uma duração limitada, devido à exaustão gradual dos depósitos auríferos e à consequente mudança econômica.

De acordo com Brito (2016), o sudeste do Tocantins abriga casarões, ruínas e ruas estreitas que remontam ao período colonial. Cidades como Natividade, Almas, Chapada da Natividade, Paranã, Arraias, Taguatinga e Conceição do Tocantins preservam, em suas igrejas católicas, um rico patrimônio arquitetônico colonial, testemunhando a história e a cultura da região. Embora tenha sido uma fase transitória, o ciclo do ouro deixou marcas históricas profundas.

A seguir, apresentaremos um mapa que aborda o Polígono do Ouro no Tocantins, destacando as cidades históricas que surgiram e se consolidaram a partir da exploração aurífera durante o período colonial. Entre os núcleos urbanos representados, encontram-se localidades como Almas, Peixe, Porto Imperial (Atualmente Porto Nacional), entre outras, que tiveram sua formação e desenvolvimento intimamente ligados à atividade mineradora. A Figura 2 – Mapa

do polígono aurífero no Tocantins no período colonial ilustra a distribuição geográfica dessas cidades, permitindo visualizar a influência do ouro na organização do território tocantinense naquele contexto histórico.

Figura 2 - Mapa do polígono aurífero no Tocantins no período colonial



Fonte: Brito (2016).

É crucial destacar a significativa presença dos africanos nos territórios minerários e na formação das arraías, que se originaram a partir dessa atividade econômica. Ao adentrar na sociedade escravista do norte goiano durante o século XVIII, depara-se com um período marcado por dinâmicas complexas e impactos profundos na vida das pessoas. Nesse contexto, a economia era fortemente impulsionada pela atividade mineradora, sendo a extração de ouro um elemento central nesse cenário (Brito, 2016). Isso ocorreu em um contexto de intensa mobilidade de aventureiros, bandeirantes e mineiros à procura de ouro nos sertões do Brasil, como o caso de Bernardo Homem.

2.3 Bernardo homem

O processo de ocupação do território que hoje corresponde ao município de Almas

iniciou-se com uma pequena povoação denominada Arraial de São Miguel. Este núcleo, que ainda não configurava uma cidade, mas sim um local com reduzido contingente populacional, um pequeno povoado, recebeu essa denominação em função da forte influência católica característica das localidades que surgiam no Tocantins à época, sendo São Miguel Arcanjo o santo padroeiro trazido pelos colonizadores. A fundação deste arraial é tradicionalmente atribuída ao minerador português Bernardo Homem, um dos primeiros bandeirantes que chegaram à região visando explorar as minas de ouro.

Tradicionalmente, a fundação do Arraial de São Miguel que é atribuída ao minerador português Bernardo Homem, um dos primeiros bandeirantes que chegaram à região visando explorar as minas de ouro. O esgotamento da exploração deste minério no século XIX, a assinatura da Lei Áurea em 1888, que determinou o fim da escravidão e as constantes fugas, fomentaram a formação de núcleos que originaram as comunidades quilombolas. A comunidade Quilombola São Joaquim provavelmente se formou a partir da mineração, por estar localizada a 05 km dos principais garimpos. Para compreender um determinado período da história de uma cidade, necessário se faz mostrar em que condições esta cidade surgiu (Oliveira,2002).

Com o tempo, o local(onde atualmente está o município de Almas, TO) passou a ser conhecido como Arraial de São Miguel e Almas, em homenagem ao padroeiro da igreja, São Miguel Arcanjo, e sua devoção às almas. As ruínas das antigas minas, escavadas pelos escravos ao redor da cidade de Almas, ainda testemunham o trabalho árduo realizado por Bernardo Homem e seus seguidores. Esses vestígios históricos nos incentivam a preservar esse legado significativo para as gerações futuras.

Assim, é possível perceber como a trajetória da chegada de Bernardo Homem se entrelaça com os movimentos históricos mais amplos, desde os tempos da exploração mineral até a formação de comunidades quilombolas, evidenciando a complexidade e a riqueza da sua história. A seguir, apresentaremos a Figura 3, que retrata o templo construído pelos escravizados em Almas, TO, no século XIX. É inegável que a construção e a resistência da comunidade refletem a importância da cultura na vida dessa parcela da população, representando um marco histórico e simbólico de sua trajetória.

Figura 3 - Templo construído pelos escravizados em Almas, TO no Século XIX



Fonte: Nóbrega (2017).

A população negra desempenhou um papel fundamental nas atividades mineradoras, constituindo a força de trabalho predominante desde a extração do ouro até o transporte nos portos. Esses trabalhadores não apenas representavam uma valiosa “mercadoria”, crucial para a concessão de lavras, mas também se tornaram referência para o pagamento de impostos à Coroa com a introdução da capitação, em substituição ao quinto. No entanto, a condição dos escravizados era desoladora, marcada por maus-tratos e pelo árduo labor nas minas, o que resultava em fugas frequentes. Com efeito, esse contexto histórico-geográfico está implicado na formação social e econômica de Almas e Porto Alegre do Tocantins.

2.4 Contextos histórico-geográficos dos municípios de almas e porto alegre do tocantins

A análise dos aspectos histórico-geográficos das cidades de Almas e Porto Alegre do Tocantins, ambas situadas no estado do Tocantins, permite compreender a complexa interação entre os elementos naturais e culturais que moldaram a trajetória dessas localidades. Almas, um dos municípios mais antigos da região, é marcada por sua formação histórica vinculada à expansão das atividades mineradoras no Brasil colonial. Fundada no contexto da exploração aurífera, a cidade desenvolveu-se como um importante centro de extração, com sua economia fortemente atrelada aos ciclos econômicos da mineração (Marques e Morales, 2021).

Esse processo resultou em transformações sociais significativas, que impactaram as populações indígenas e, posteriormente, as comunidades quilombolas que se estabeleceram na

região. As áreas de refúgio, como a comunidade São Joaquim, surgiram em decorrência da busca por autonomia e preservação cultural diante da exploração territorial e econômica imposta pelo modelo colonial (Marques e Morales, 2021).

Porto Alegre do Tocantins, por sua vez, compartilha um percurso histórico semelhante. A região, inicialmente ocupada por povos indígenas, também foi alvo da expansão colonizadora, especialmente no século XVIII. A formação da cidade está diretamente associada à abertura de rotas de exploração mineral e ao estabelecimento de povoados ao longo de rios e áreas de fácil acesso. Assim como Almas, Porto Alegre do Tocantins foi palco de movimentos de resistência e do estabelecimento de comunidades tradicionais, que buscavam formas de convivência em harmonia com a natureza, em contraposição ao modelo predatório das atividades mineradoras (Lopes, 2020).

Do ponto de vista geográfico, as cidades estão localizadas em áreas de transição entre o Cerrado e a Amazônia, regiões ricas em biodiversidade e fundamentais para a manutenção dos ciclos hidrológicos e climáticos. Essa localização estratégica garante a diversidade de recursos naturais, que historicamente serviu de base para a subsistência das comunidades locais. No entanto, a ocupação desordenada e a exploração intensiva de recursos têm gerado impactos ambientais significativos, como desmatamento, degradação do solo e contaminação de cursos d'água. Esses processos afetam diretamente as comunidades quilombolas, que dependem desses recursos para suas práticas tradicionais e sustento (Pires, 2021).

O contexto histórico e geográfico dessas localidades reflete a resistência e a adaptação das comunidades quilombolas nestes territórios. A comunidade São Joaquim, em Porto Alegre do Tocantins, é um testemunho vivo da resistência cultural e social dos povos afrodescendentes que, ao longo de séculos, enfrentaram as imposições externas e mantiveram vivas suas tradições. A relação intrínseca com o território é um elemento central para essas comunidades, sendo o espaço não apenas um meio de subsistência, mas também um elemento de identidade e coesão social (Silveira, 2023).

Apesar das riquezas naturais e culturais, a presença de grandes projetos mineradores próximos aos municípios de Almas e Porto Alegre do Tocantins trouxe novos desafios para as comunidades tradicionais. As atividades de mineração em larga escala geram uma série de conflitos socioambientais, evidenciando a vulnerabilidade dessas populações frente aos interesses econômicos externos. Os impactos incluem a perda de terras, a contaminação ambiental e o comprometimento da saúde das populações locais, que sofrem com doenças relacionadas à poluição e à precarização das condições de vida (Miranda *et al.*, 2022).

Além disso, os processos de exploração mineral têm implicações diretas na organização

territorial das comunidades quilombolas. A dinâmica de expropriação de terras e a alteração dos recursos naturais comprometem a sustentabilidade das práticas tradicionais, como a agricultura de subsistência, a pesca e o extrativismo vegetal. Essas práticas são fundamentais para a manutenção da economia local e para a preservação das culturas tradicionais, baseadas em um profundo conhecimento dos ciclos naturais e das potencialidades do território (Nascimento, 2023).

Nesse contexto, Almas, fundada no final do século XVIII, e Porto Alegre do Tocantins, surgida no final do século XIX, compartilham uma história profundamente marcada pela atividade mineradora no norte de Goiás. É importante ressaltar que, em tempos passados, o território de Porto Alegre do Tocantins integrava o município de Almas. Esse período de prosperidade, impulsionado pela busca por riquezas minerais, atraiu uma diversidade de pessoas em busca de oportunidades, transformando o cenário social e econômico da região (IBGE, 2022).

Atualmente, os municípios de Almas e Porto Alegre do Tocantins abrigam quatro comunidades quilombolas e uma população com um alto índice de afrodescendentes. Essa realidade pode ser atribuída às atividades de mineração ocorrida no século XVIII e XIX quando os negros escravizados foram utilizados na exploração aurífera. Com a criação do estado do Tocantins em 1988 e, posteriormente, a instauração da capital, Palmas, muitas transformações ocorreram em sua dinâmica populacional do Tocantins. Diversos municípios experimentaram uma redução no número de habitantes, seja pela migração para uma nova capital em busca de melhores oportunidades ou pelo enfraquecimento econômico decorrente da reestruturação administrativa do estado.

Por outro lado, Porto Alegre do Tocantins apresentou uma trajetória diferente, apresentando um crescimento populacional específico. Esse aumento esteve diretamente relacionado à implantação do Projeto Manuel Alves, um empreendimento voltado para o desenvolvimento da agricultura irrigada, que atraiu trabalhadores de diversas regiões do Brasil. A chegada desses migrantes, em busca de emprego e melhores condições de vida, impulsionou mudanças socioeconômicas na região, impactando setores como a agricultura, o comércio e os serviços.

Os aspectos histórico-geográficos de Almas e Porto Alegre do Tocantins revelam a interconexão entre a exploração mineral, a formação das comunidades quilombolas e as transformações socioeconômicas na região. A análise dessas dinâmicas é fundamental para entender como a história e a geografia moldaram as identidades locais, além de destacar os

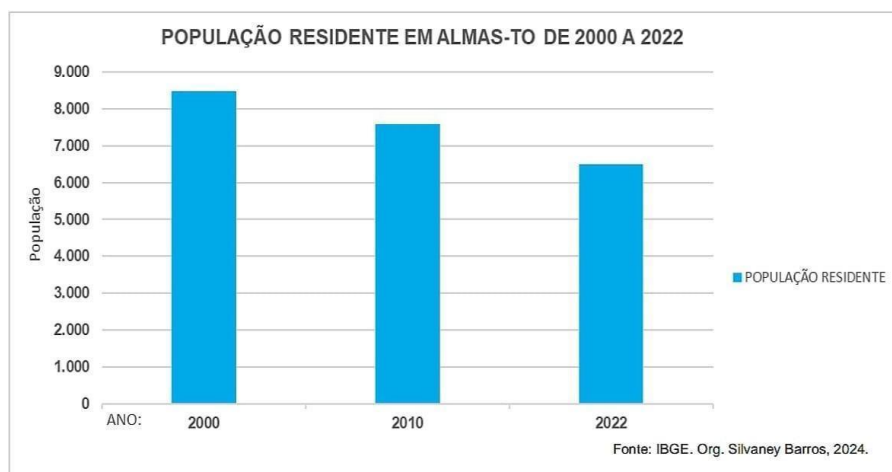
desafios enfrentados por essas comunidades na preservação de seus modos de vida diante das pressões da mineração e do desenvolvimento econômico.

2.4.1 O município de Almas, Tocantins

O município de Almas, localizado no sudeste do estado do Tocantins, apresenta uma posição estratégica a aproximadamente 276 km da capital, principalmente em função da atividade mineradora que historicamente caracteriza a região. Seu território faz divisa com vários municípios: Porto Alegre do Tocantins a leste, Natividade a oeste, Dianópolis a sudeste, Conceição do Tocantins a sul, Pindorama do Tocantins a noroeste e Ponte Alta do Tocantins ao norte, além de Rio da Conceição e Mateiros ao nordeste. Com uma população de 6.499 habitantes e uma área total de 4.007,152 km², Almas foi emancipada em 14 de novembro de 1958. O clima da região é predominantemente tropical úmido, e o bioma que a caracteriza é o Cerrado (IBGE, 2022).

Nos anos de 2000 a 2022 ocorreu uma grande variação da população residente em Almas, revelando uma significativa redução no número de habitantes ao longo desse período. Em 2000, o município apresentava uma população maior, refletindo um contexto histórico de migração e desenvolvimento econômico. O município de Almas, por exemplo, registrou uma expressiva diminuição populacional, refletindo esse processo de redistribuição territorial, como será possível ver no decorrer da pesquisa. Esta tendência demográfica é ilustrada pela Figura 4 - População Residente em Almas - TO (2000 a 2022).

Figura 4 - População Residente em Almas - TO (2000 a 2022)

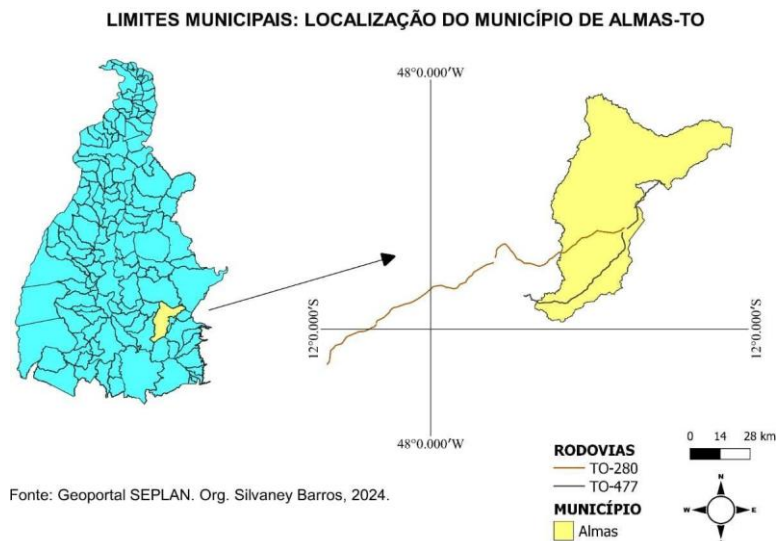


Fonte: Barros(2024).

No entanto, ao longo dos anos, Almas enfrentou desafios que resultaram em uma diminuição populacional, culminando em 2022 com um número inferior de residentes. Essa tendência pode ser atribuída à busca por melhores oportunidades em outras localidades, bem como ao impacto das transformações sociais e econômicas na região, que influenciaram a dinâmica demográfica e a estrutura da comunidade local.

A história de Almas remonta à sua descoberta por Manoel Ferraz de Araújo em 29 de setembro de 1734. A formação da primeira povoação na área ocorreu com a chegada de milhares de escravos africanos, trazidos sob a liderança do bandeirante português Bernardo Homem, durante o período em que o Brasil ainda era colônia de Portugal. Inicialmente denominado Arraial de São Miguel e Almas, o local teve seu nome simplificado para “Almas”, mantendo “São Miguel” como padroeiro da cidade. Essa evolução histórica reflete a rica cultura e as complexas interações sociais que moldaram a identidade do município ao longo do tempo (IBGE, 2022).

Almas, portanto, é uma cidade com uma carga cultural muito rica que vem sendo construída desde o século XVIII, a mineração se tornou precursora na atração de pessoas que estavam em busca de ouro, sua posição geográfica situada no sudeste tocantinense foi outro aspecto de fundamental importância para seu desenvolvimento e para o fluxo de conexões entre municípios próximos. Na Figura 5 - Localização do município de Almas-TO a seguir, será possível observar a posição geográfica de Almas em relação aos municípios vizinhos. O mapa ilustra detalhadamente os limites municipais de Almas, destacando sua localização estratégica no sudeste do estado do Tocantins.

Figura 5 - Localização do município de Almas-TO

Fonte: Barros (2024).

Na figura acima, é possível observar o mapa que destaca as rodovias TO-280 e TO-477, que cortam o município de Almas, localizado no sudeste do estado do Tocantins. Essas rodovias desempenham um papel estratégico no contexto da mineração, facilitando o transporte de insumos e o escoamento de minérios extraídos pelas empresas mineradoras. A presença dessas vias reflete a infraestrutura necessária para a operação de grandes empreendimentos minerários na região, mas também evidencia os impactos socioambientais gerados por essa atividade, como o aumento do tráfego pesado, a degradação das estradas e a pressão sobre as comunidades locais, incluindo a quilombola São Joaquim.

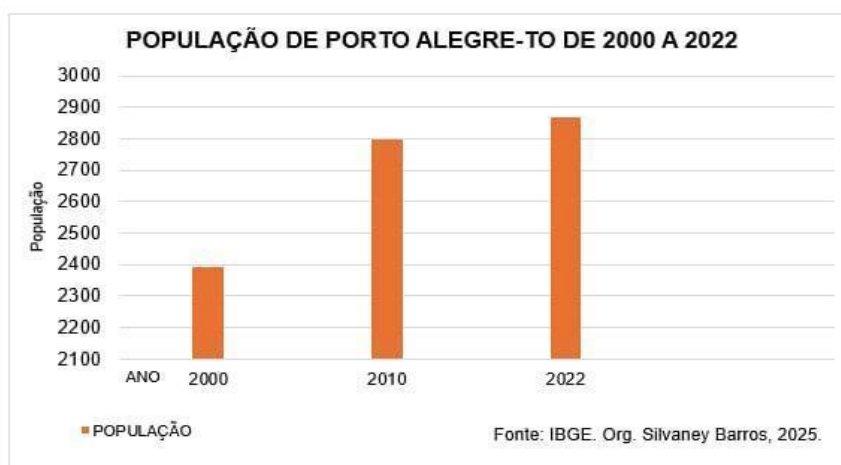
2.4.2 O município de Porto Alegre do Tocantins

O município de Porto Alegre do Tocantins, situado na região sudeste do estado, a aproximadamente 315 km da capital, Palmas. Faz divisa com os municípios de Ponte Alta do Tocantins, Conceição do Tocantins, Rio da Conceição, Dianópolis, Almas, Natividade e Pindorama. A comunidade quilombola São Joaquim localiza-se no território de Porto Alegre do Tocantins, a cerca de 20 km da sede municipal, sendo o acesso feito por uma estrada vicinal. É fundamental apresentar o contexto histórico e geográfico desses dois municípios, pois,

embora o megaprojeto de mineração esteja instalado em Almas, TO, a comunidade quilombola em estudo encontra-se no município de Porto Alegre do Tocantins (IBGE, 2022).

Conforme é possível observar na imagem abaixo, ocorreu um aumento da população residente em Porto Alegre do Tocantins, entre 2000 e 2022, evidenciando um crescimento populacional significativo durante esse período. Diferentemente de Almas, que enfrentou uma diminuição no número de habitantes devido a fatores como migração e reestruturação econômica, Porto Alegre do Tocantins experimentou uma trajetória de expansão demográfica. Esse aumento pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo a urbanização e o desenvolvimento de infraestrutura na região.

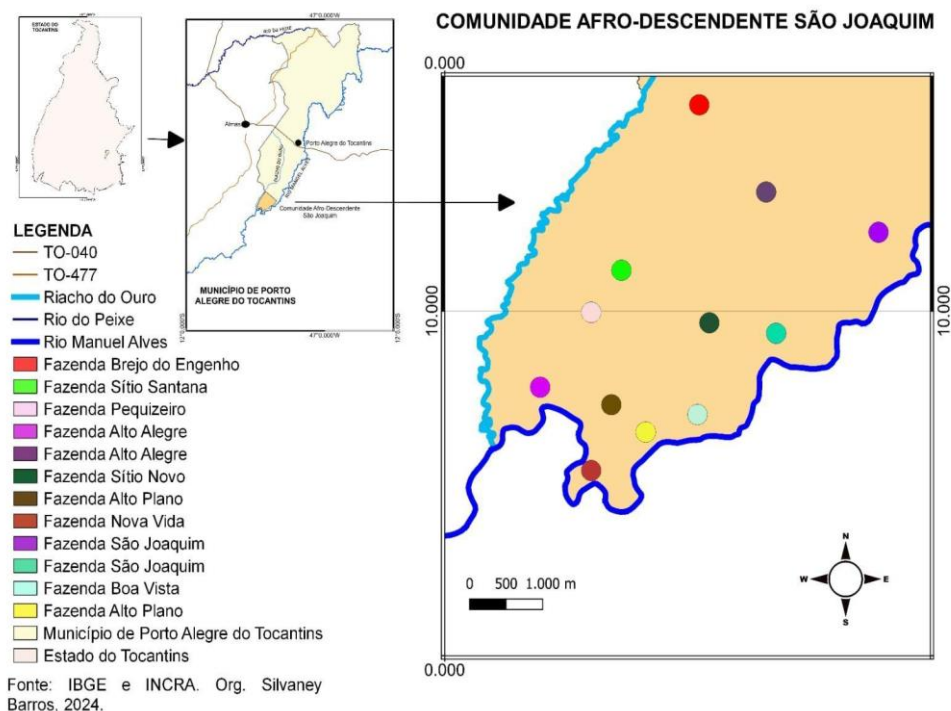
Figura 6 - População Residente em Porto Alegre do Tocantins (2000 a 2022)



Fonte: Barros (2024).

A proximidade geográfica entre a comunidade alvo da pesquisa e o projeto de mineração em Almas evidencia os impactos diretos e indiretos que a atividade mineradora exerce sobre o território quilombola, afetando não apenas o meio ambiente, mas também as práticas culturais e a subsistência da comunidade. Tal relação reforça a necessidade de uma análise integral dos efeitos da mineração sobre as populações tradicionais e seus modos de vida.

Figura 7 - Localização da comunidade quilombola São Joaquim em Porto Alegre do Tocantins



Fonte: Barros (2024).

A Comunidade Quilombola São Joaquim, situada em Porto Alegre do Tocantins, possui uma história rica, marcada por lutas e resistências. Assim como outras comunidades quilombolas no Brasil, São Joaquim foi estabelecida por descendentes de africanos escravizados que, ao escaparem de fazendas e engenhos, buscaram abrigo em locais isolados, distantes do controle das autoridades coloniais. Esses grupos se instalaram em áreas de difícil acesso, onde puderam viver autonomamente e preservar suas tradições culturais.

2. 5 História da Comunidade São Joaquim

A busca pelo ouro estimulou o crescimento populacional e a formação de novas redes comerciais, mas também aprofundou disparidades sociais, impactando especialmente as comunidades tradicionais, como os quilombolas. Esses grupos, frequentemente marginalizados, enfrentam desafios para garantir seus territórios e modos de vida diante da expansão da mineração. Portanto, a história de Almas e Porto Alegre do Tocantins está intimamente ligada aos impactos ambientais, às disputas por terra e à resistência das populações que lutam pela permanência e valorização de suas culturas (Batista, 2019).

Nesse cenário, a formação de São Joaquim remonta ao final do século XIX, um período de profundas transformações econômicas e sociais com a abolição da escravidão. A liberdade, conquistada em 1888, não garantiu imediatamente a plena emancipação aos ex-escravizados, que enfrentaram dificuldades para se integrar à sociedade livre. Em resposta a esses desafios, muitos decidiram formar comunidades isoladas, como os fundadores de São Joaquim, que se uniram em torno de valores de solidariedade e coletividade (Batista, 2019).

Inicialmente, a comunidade era formada por um número reduzido de famílias que dependiam da agricultura de subsistência, da pesca e do extrativismo. Esses primeiros habitantes enfrentaram diversos desafios, incluindo a falta de acesso a terras regularizadas, perseguições por parte de fazendeiros e autoridades locais, além do isolamento geográfico. Entretanto, a união e uma forte identidade cultural foram fundamentais para a sobrevivência e o desenvolvimento da comunidade (Xavier, 2019).

Com o passar das décadas, São Joaquim se consolidou como um espaço de resistência cultural e social. A manutenção das tradições africanas, expressas por meio da música, dança, culinária e religiosidade, foi fundamental para a coesão da comunidade. Festas tradicionais, como o congado e a festa do divino, tornaram-se centrais na preservação da identidade quilombola e no fortalecimento dos laços comunitários (Santos; Silva; Coelho, 2019).

A luta pela terra sempre foi um aspecto central na história da comunidade. Durante grande parte do século XX, os habitantes de São Joaquim enfrentaram tentativas de expulsão por parte de fazendeiros e grileiros interessados nas terras férteis da região. Esses conflitos agrários foram marcados por episódios de violência, mas também pela resistência organizada da comunidade, que utilizou estratégias legais e mobilizações sociais para garantir seus direitos (Carvalho, 2022).

Além disso, a resistência culminou em vitórias significativas nas últimas décadas. No final dos anos 1990, São Joaquim foi oficialmente reconhecida como uma comunidade quilombola pelo governo brasileiro, assegurando o direito à posse coletiva das terras. Esse reconhecimento foi fruto de um longo processo de articulação política e jurídica, apoiado por organizações de direitos humanos e movimentos sociais (Santos, 2020).

Além disso, o reconhecimento territorial proporcionou a São Joaquim acesso a políticas públicas específicas voltadas para a melhoria das condições de vida da comunidade. Programas nas áreas de educação, saúde e infraestrutura foram implementados, embora ainda enfrentam desafios em sua execução e alcance. Assim, a

luta pela efetivação desses direitos permanece uma realidade para os moradores de São Joaquim (De Mello, 2014).

Nesse contexto, a comunidade também busca se inserir em uma economia mais ampla, sem abrir mão de sua identidade cultural. A agricultura familiar, por exemplo, tem se diversificado, adotando práticas sustentáveis e produtos orgânicos, com foco tanto na subsistência quanto na geração de renda. Iniciativas de turismo comunitário também começaram a ser desenvolvidas, valorizando a cultura quilombola e atraindo visitantes interessados em conhecer essa rica história (Viana, 2020).

Outro aspecto importante da história de São Joaquim é a resistência cultural. Mesmo diante de pressões externas, a comunidade tem mantido suas tradições vivas, transmitindo-as de geração em geração. Nesse processo, a oralidade desempenha um papel fundamental, com os mais velhos ensinando aos jovens as histórias, cantos e práticas que constituem a base da identidade quilombola (Bonilla, 2023).

Atualmente, São Joaquim enfrenta novos desafios que ameaçam sua continuidade, incluindo a pressão de grandes empreendimentos, como a mineração, o agronegócio e projetos de fruticultura irrigada. Essas atividades representam uma ameaça ao modo de vida tradicional e ao meio ambiente da região, e têm sido alvo de resistência por parte da comunidade, que busca preservar suas terras e recursos naturais (Pereira; Pimenta; Pereira, 2017).

Apesar dessas ameaças, a comunidade de São Joaquim continua a se mobilizar, fortalecendo suas alianças com outras comunidades quilombolas, movimentos sociais e organizações não governamentais. Essa rede de solidariedade tem sido essencial para enfrentar os desafios impostos pelo desenvolvimento econômico e garantir a continuidade da luta pela terra e pelos direitos quilombolas (Zukowski *et al.*, 2008).

Por conseguinte, a identidade quilombola, marcada pela luta e pela resistência, é uma característica central na vida dos moradores de São Joaquim. A comunidade tem demonstrado que, mesmo diante das adversidades, é possível manter viva uma cultura que valoriza a coletividade, a solidariedade e o respeito ao meio ambiente (Guglielmi, 2019). O reconhecimento legal da comunidade como quilombola foi um marco significativo, mas a luta por direitos plenos continua. São Joaquim segue enfrentando desafios relacionados à posse da terra, à preservação ambiental e à manutenção de suas tradições culturais em um contexto de crescente pressão externa (Pizzio e Lopes, 2016).

A comunidade faz divisa com os municípios de Rio da Conceição, Dianópolis e Almas, e está a somente 1 km do megaprojeto de mineração situado em Almas- TO. Essa

região foi uma das primeiras porções do território norte goiano a ser explorada na corrida pelo ouro no século XVIII. A mineração está profundamente entrelaçada à história e à formação do Arraial de São Miguel Arcanjo e a comunidade quilombola de São Joaquim, situadas na região sudeste do Tocantins. Durante o período colonial, a partir de 1730, a exploração aurífera nesta região ocorria por meio de técnicas rudimentares, com centenas de lavas de ouro aluvionar(Pizzio e Lopes, 2016).

Figura 8 - Polígono do ouro e cidades nascidas da extração aurífera nos séculos XVIII e XIX em Goiás, Tocantins



Fonte: Gonçalves (2016).

A figura 8 acima, apresenta o Polígono do Ouro, um espaço de intensa atividade mineradora nos séculos XVIII e XIX, que abrange parte dos estados de Goiás e Tocantins.

As cidades representadas no mapa surgiram em decorrência da exploração aurífera, evidenciando a expansão territorial e a importância econômica dessa atividade na região. As linhas delimitam o polígono onde foram encontradas grandes quantidades de ouro, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico dessas localidades durante o período colonial. Conforme aponta Gonçalves (2016, p. 296):

As cidades coloniais do período da mineração, muito encravadas nos arredores de canais e cercadas de serras, tinham a sua vida guiada pela atividade mineradora, inclusive a partir de sua ligação política com a coroa portuguesa. No entanto, viram crescer uma elite que, posteriormente, irradiava-se como proprietária de terras dos arredores ou noutros horizontes dos sertões de Goiás.

Com as transformações técnicas e tecnológicas, o trabalho rudimentar e individual, o uso das peneiras e outros instrumentos como pá, carrinho de mão e enxada, têm sido paulatinamente substituídos pelo processo mecanizado, conforme a lógica empresarial, centrada nas estratégias de controle social do trabalho. A territorialização desses elementos revela rebatimentos nos territórios e no trabalho dos garimpeiros (Brito, 2016).

Por outro lado, a contribuição da mão-de-obra indígena para a produção destinada à exportação foi significativamente menor devido à falta de adaptação dos povos originários às exigências rigorosas do trabalho impostas pelos colonizadores brancos. Isso resultou em uma produção de baixa rentabilidade, contrastando com a presença robusta e crucial dos afrodescendentes nas atividades mineradoras (Brito, 2016). É possível compreender também que:

No período da mineração, a busca pela escravidão do índio como a alternativa para o trabalho foi uma experiência pouco exitosa, pois os nativos não aceitaram o julgo, sendo necessário buscar alternativas na importação de mão de obra africana, com a compra de vários sujeitos para um trabalho exaustivo na busca do ouro de aluvião (Brito, 2016, p. 26).

É bom constatar que o início da exploração do ouro no norte de Goiás se deu concomitantemente à importação da mão de obra dos africanos. Nesse sentido, encontramos em vários estudiosos dos povos originários no território base para afirmar que houve a busca por indígenas na tentativa de adaptá-los ao trabalho exaustivo das minas. Porém, os estudos são quase unânimes em defender que houve pouco êxito nas empreitadas. Os africanos foram introduzidos no Tocantins como mão de obra escrava para atender às atividades de garimpagem do ouro. Pertenciam a dois grupos linguísticos: sudaneses e bantos (Apolinário, 2002).

A exploração de ouro no norte de Goiás não apenas marcou o início de uma economia dependente da extração mineral, mas também introduziu um sistema de trabalho

forçado que moldou as estruturas sociais e culturais da região. A mão de obra africana, formada por povos de diferentes origens linguísticas e culturais, foi brutalmente inserida nesse contexto de exploração, adaptando-se e resistindo às adversidades impostas pela mineração (Apolinário, 2002).

Com a chegada dos africanos, formaram-se novas dinâmicas sociais e culturais que influenciaram profundamente o território, deixando um legado de resiliência e identidade que persiste até hoje entre as comunidades quilombolas. Assim, o território do atual Tocantins carrega em sua história marcas profundas de luta e resistência, simbolizando a força de um povo que, mesmo diante das condições adversas, preservou aspectos fundamentais de sua cultura e encontrou formas de resistência e sobrevivência (Apolinário, 2002).

Conforme apontam Barbosa, Gomes e Teixeira Neto (2005), embora o povoamento do território tocantinense não tenha tido início com a mineração, está marcou um ponto crucial na história da região. Antes da chegada dos colonizadores em busca de ouro, já havia povos que habitavam essas terras, estabelecendo seus territórios. Entre esses povos estão os antigos habitantes da fase Pindorama, um grupo ceramista e agrícola que se estabeleceu na porção central do Tocantins há cerca de 4.000 anos antes do presente. A composição étnica da região, com 11% de brancos, 22% de pardos e 67% de pretos, reflete a diversidade cultural e histórica que moldou o Tocantins ao longo dos séculos.

Ao estudarmos o território, é fundamental compreendê-lo não apenas como uma extensão física, mas também como uma construção complexa que envolve tanto elementos materiais quanto simbólicos. Cada região carrega consigo uma história, uma cultura e uma identidade própria, moldada ao longo do tempo pelas interações entre os seres humanos e o ambiente ao seu redor. Essa interação resulta em paisagens físicas transformadas pelas atividades humanas, mas também em significados, memórias e representações que atribuímos a esses lugares (Haesbaert, 2004).

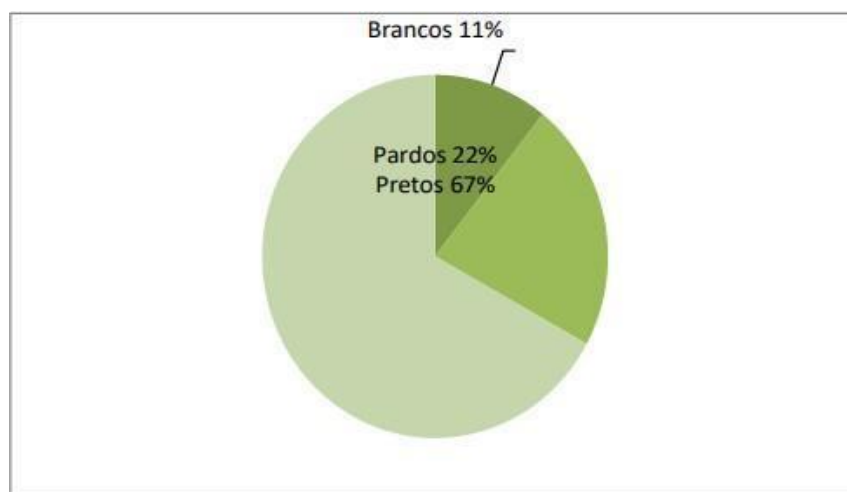
Portanto, o território não pode ser reduzido apenas à sua dimensão material, nem dissociado de seu contexto simbólico. Nesse contexto, ele é uma síntese dinâmica de elementos tangíveis e intangíveis que refletem as relações sociais, culturais, políticas e econômicas que o permeiam. Nesse sentido, compreender o território como uma construção material-simbólica permite uma análise mais abrangente e profunda das dinâmicas espaciais e das relações de poder que o moldam e o transformam ao longo do tempo. Para tanto, não entendemos o território somente como material, sem a significação simbólica, ou, ainda, como simbólico, sem a materialidade, mas sim como uma construção

material-simbólica (Haesbaert, 2004).

O território também pode ser construído sob uma perspectiva idealista. A cultura, os códigos étnicos, a religião também são formas de apropriação de um determinado espaço. Essa dimensão territorial tem “referências muito mais enfáticas a estes ‘poderes invisíveis’ que fazem parte do território”, tais como mitos e símbolos que podem “mesmo ser responsáveis pela própria definição do grupo como tal” (Haesbaert, 2009, p. 69).

Diante desse cenário, é fundamental que a comunidade quilombola São Joaquim, juntamente com entidades de defesa dos direitos quilombolas e movimentos sociais, reivindicam a reabertura da escola e exigem políticas públicas efetivas para a educação quilombola. Somente assim será possível garantir o direito das crianças e jovens a uma educação que respeite e valorize sua identidade, fortalecendo a luta pela permanência e pelo reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil.

Figura 10 - Distribuição da População do Tocantins em 1780 por Raça



Fonte: Apolinário (2002).

O gráfico apresenta a distribuição da população do antigo norte goiano em 1780, categorizada conforme a raça. Os dados revelam uma divisão racial significativa na população do Tocantins durante o século XVIII. Essa representação indica que a grande maioria da população comprovada é composta por pessoas negras (pretos e pardos somam 89%), evidenciando um contexto de predominância da população negra.

O contexto demográfico-histórico da região é fundamental para compreender a formação socio-territorial do norte goiano, atual Tocantins. Conforme evidenciado nos registros de 1780, a população era majoritariamente composta por pessoas negras, sendo 89% formada por pretos e pardos, o que demonstra a predominância desta população no

período colonial. Este perfil demográfico, apresentado no Gráfico 1, reflete diretamente a base escravista que sustentou a economia mineradora na região e ajuda a compreender as origens das comunidades quilombolas locais, como a São Joaquim.

A representação gráfica confirma não apenas a significativa presença negra na região, mas também a estrutura racial da sociedade setecentista, onde africanos e seus descendentes constituíam a força de trabalho essencial para a extração aurífera. Esta composição demográfica histórica explica em grande medida a formação dos territórios quilombolas na região, constituídos como espaços de resistência e autonomia frente ao sistema escravista.

É possível observar que a maioria da população era composta por indivíduos de origem africana, representados pela cor cinza. Isso indica a presença marcante da população escravizada na região, utilizada principalmente na atividade mineradora e em outras atividades econômicas. As seções que representam a população indígena e a população branca são consideravelmente menores em comparação com a população negra. Isso sugere uma concentração étnica significativa na população do Tocantins em 1780, com os africanos e seus descendentes sendo a maioria esmagadora.

A atividade mineradora provocou um afluxo de grandes contingentes populacionais para a região, estimulando o aparecimento de alguns núcleos urbanos. Arraiais surgiam a centenas de quilômetros uns dos outros, com precárias vias de comunicação. Porém, excetuando-se a região das minas, permaneceram despovoados todo o Vale do Araguaia e o extremo norte de Porto Nacional até o Estreito do Maranhão. Somente a partir do século XIX, em virtude do desenvolvimento da pecuária, a região passaria a receber novas frentes de ocupação (Palacín e Moraes, 1989).

Nas palavras de Palacín e Moraes (1989), a descoberta do ouro em Goiás impulsionou o povoamento de três zonas distintas, no seu imenso território, uma zona no centro-sul, com arraiais a caminho de São Paulo ou nas suas proximidades (Vila Boa); uma segunda zona na “região do Tocantins”, no alto Tocantins, considerada a região de maior densidade mineira; e, por fim, o verdadeiro norte da capitania (Estado do Tocantins), abrangendo uma extensa zona entre o rio Tocantins e o sertão da Bahia (Arraiais, São Félix, Cavalcante, Natividade e Porto Real).

Sobre o sentimento de pertencimento ao território, Santos (1999, p. 10) argumenta que “O território é o chão mais a identidade, a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o ajuntamento do trabalho, o lugar das residências, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Outro ponto relevante é o papel

da educação na conscientização e mobilização das comunidades frente aos impactos da mineração, mas infelizmente as escolas rurais no município de Almas e Porto Alegre do Tocantins nos quilombos foram extintas (Borges, 2023).

No próximo tópico, será apresentada uma análise detalhada sobre a exploração aurífera em Almas no século XX, com foco na atuação da Metais de Goiás (METAGO) e os impactos dessa atividade mineradora na região. Serão discutidos os aspectos históricos, sociais e econômicos relacionados a essa exploração, bem como as consequências para as comunidades locais e o meio ambiente.

3. A MINERAÇÃO EM ALMAS: HISTÓRIA, IMPACTOS E RESISTÊNCIA

A história da mineração em Almas remonta ao período colonial, quando a exploração do ouro impulsionou o desenvolvimento econômico da região. Desde o século XVIII, a busca por riquezas minerais atraiu migrantes e investidores, criando um cenário de intenso crescimento populacional e de novas redes comerciais. No entanto, esse progresso não ocorreu sem custos, especialmente para as comunidades tradicionais, como os quilombolas, que enfrentaram a expropriação de suas terras e a degradação ambiental. A exploração mineradora, frequentemente marcada por práticas predatórias, resultou em profundas desigualdades sociais, deixando um legado de conflitos territoriais e de resistência cultural.

Diante dos desafios impostos pela mineração, as comunidades de Almas, incluindo a quilombola de São Joaquim, têm se mobilizado em busca de seus direitos. A resistência à mineração se manifesta em diversas formas, desde a organização de protestos até a articulação política, visando garantir a proteção de seus territórios e modos de vida. Esses esforços refletem uma luta contínua por justiça social e ambiental, onde a preservação da cultura e a proteção do meio ambiente se tornam essenciais para a sobrevivência das comunidades. Assim, a história da mineração em Almas é também a história de um povo que se recusa a abrir mão de sua identidade e de seus direitos diante das pressões do capital extrativista.

3.1 A exploração aurífera em almas no século xx: o papel da empresa metais de goiás

A exploração de ouro em Almas, situada no estado do Tocantins, teve um papel crucial no crescimento econômico da região ao longo do século XX. No entanto, essa atividade não se deu sem implicações sociais e ambientais, principalmente para as comunidades quilombolas próximas, como a de São Joaquim, que ainda enfrentam os efeitos duradouros desse período de intensa extração mineral. A relação entre a mineração e as comunidades tradicionais é complexa; enquanto a busca por ouro prometia desenvolvimento econômico, também desmantelava práticas culturais e impactava diretamente a relação dessas populações com seu território e o meio ambiente (Marques e Morales, 2021).

A Metais de Goiás (METAGO) é uma empresa estatal de mineração, fundada em 1962, que se concentra na exploração de recursos minerais, especialmente ouro, na região de Goiás. Sua principal atuação ocorreu na Mina do Paiol, em Almas, onde buscou desenvolver a extração mineral. Segundo Carvalho (1988), a METAGO iniciou suas atividades em 1962 e recebeu

autorização federal para operar como empresa mineral pelo Decreto Federal n.º 1.275, tornando-se a primeira empresa estatal de mineração a atuar no país.

Durante a década de 1980, quando Almas fazia parte do Estado de Goiás, um marco importante foi o estabelecimento do Órgão Estadual METAGO e o início das operações de exploração na Mina do Paiol. Contudo, essa iniciativa foi abruptamente interrompida devido a um conflito territorial entre o Estado de Goiás e o proprietário da fazenda Mateus Lopes, Sr. Francisco Félix da Costa. Além disso, a modernização da mineração em Goiás impulsionou a indústria de exploração e transformação mineral por meio da captação de investimentos transnacionais (Mendonça, 2004).

Dessa forma, a mineração voltou a desempenhar um papel relevante na economia do Estado, que se destaca como um dos principais produtores de minérios do país. No entanto, isso também intensificou os conflitos sociais, especialmente aqueles relacionados à posse da terra e à expansão do agronegócio, resultando na expulsão dos povos do Cerrado de seus territórios, que foram construídos historicamente a partir de suas vivências (Mendonça, 2004).

Conforme relato de Valadares (2018), durante esse período de incertezas, o Estado de Goiás enviou policiais de Goiânia para Almas com o objetivo de garantir a segurança na mina. No entanto, esses policiais geraram transtornos na comunidade, especialmente entre as jovens frequentadoras da danceteria próxima à rodoviária, chegando a coagi-las a dançar contra a vontade. Com a criação do Estado do Tocantins em 1988 e a resolução da disputa de terras, a METAGO retirou-se de Almas, que passou a integrar o recém-formado estado.

E possível observar que o impacto da METAGO servirá como um exemplo emblemático das dinâmicas de exploração que moldaram a história da região e suas comunidades. No próximo tópico, será apresentada uma análise sobre a exploração aurífera em Almas no século XX, com foco na atuação da Vale do Rio Doce S.A., discutindo os impactos dessa atividade mineradora na região, as transformações econômicas que ela trouxe e as consequências para as comunidades locais e o meio ambiente.

3.2 A influência da empresa vale na mineração de ouro em almas no século xx

Fundada em 1942, a Companhia Vale do Rio Doce S.A. desempenhou um papel fundamental na mineração em diversas regiões do Brasil. Inicialmente focada na extração de minério de ferro, a empresa ampliou suas operações para incluir outros minerais, como o ouro. Em Almas, sua atuação se deu por meio de concessões de mineração e da introdução de técnicas mais avançadas de extração. No entanto, essa modernização não considerou as especificidades locais, gerando impactos negativos para as comunidades quilombolas. A mineração industrial frequentemente desconsidera os conhecimentos tradicionais e a conexão cultural dessas comunidades com a terra, acirrando conflitos entre interesses corporativos e direitos territoriais (Lopes, 2020).

A extração de ouro traz graves danos ambientais, como degradação do solo, contaminação de rios e redução da biodiversidade, afetando diretamente a subsistência das comunidades quilombolas, que dependem da agricultura e da pesca. A destruição de florestas e a poluição por mercúrio – comum nesse tipo de atividade – comprometem não apenas o meio ambiente, mas também o futuro dessas populações. Pesquisas mostram que as alterações no ecossistema modificam profundamente a relação dos quilombolas com seu território, impondo mudanças em seus modos de vida e práticas culturais (Silveira, 2023).

Nesse cenário, a regularização fundiária e a proteção dos territórios quilombolas tornam-se urgentes. A expansão da mineração intensificou os conflitos por terra, já que áreas tradicionalmente ocupadas por essas comunidades muitas vezes coincidem com regiões concedidas a mineradoras. Esses embates evidenciam uma histórica desigualdade na distribuição e no reconhecimento de direitos territoriais, deixando os quilombolas em situação de vulnerabilidade. A ausência de políticas públicas eficazes para garantir a proteção dessas terras agrava o problema, expondo as comunidades a pressões externas e limitando sua capacidade de defender seus direitos (Santos, 2022).

Além disso, a exploração aurífera trouxe mudanças significativas na organização social das comunidades. A introdução de novas dinâmicas econômicas e sociais, juntamente com a chegada de trabalhadores de outras regiões, resultou em processos de aculturação e, em muitos casos, na desintegração comunitária. As comunidades quilombolas, que historicamente mantinham práticas coletivas de uso da terra e de produção, enfrentaram a individualização e a fragmentação de suas práticas sociais. Esse

fenômeno alterou profundamente as relações internas da comunidade, desafiando a continuidade de suas tradições e valores culturais (Pires, 2021).

Do ponto de vista econômico, a mineração trouxe benefícios limitados e de curto prazo para as comunidades quilombolas. Embora tenha gerado empregos e oferecido algumas oportunidades econômicas, a maior parte da riqueza produzida foi apropriada por empresas mineradoras e setores externos à região. As comunidades locais frequentemente não receberam os investimentos necessários para um desenvolvimento sustentável, como infraestrutura, educação e saúde. Essa dinâmica de exploração e exclusão perpétua o ciclo de pobreza e marginalização das comunidades quilombolas, dificultando a superação das desigualdades históricas que enfrentam (Nascimento, 2023). O poema Lira Itabirana, do poeta Carlos Drummond de Andrade, como aponta Ferreira (2020, p. [s.p.]), o poema denuncia as mazelas da mineração, ao falar que:

O Rio? É doce./A Vale? Amarga./Ai, antes fosse/Mais leve a carga./II/Entre estatais/E multinacionais./Quantos ais!/III/A dívida interna./A dívida externa./A dívida eterna./IV/Quantas toneladas exportamo/De ferro?/Quantas lágrimas disfarçamos/Sem berro?

Embora pareça prever os desafios vindouros, o poema reafirma temas recorrentes na obra do poeta mineiro: uma crítica social e política entrelaçada com uma evocação nostálgica de uma Minas Gerais que já não existe. Lira Itabirana é apenas um dos muitos exemplos em que Drummond contempla, com melancolia e alarme, os impactos da mineração em seu Estado natal. Qualquer um desses poemas poderia ser recordado hoje com igual pertinência e inquietação. Diante do poder destrutivo da mineração.

Nesse contexto, o renomado escritor e crítico literário José Miguel Wisnik, em sua obra *Maquinação do Mundo*, aborda incisivamente a interconexão entre a poesia de Carlos Drummond de Andrade e a crítica à exploração mineral, particularmente aquela conduzida pela empresa *Vale S.A.*

Em sua análise crítica, Wisnik (2018) demonstra de maneira contundente como a poesia de Carlos Drummond de Andrade antecipou, com notável sensibilidade, um dos debates mais urgentes da contemporaneidade: os profundos impactos ambientais e sociais decorrentes da mineração irresponsável. O estudioso estabelece conexões pertinentes entre a obra do poeta e tragédias recentes como o desastre de Mariana, além de processos históricos de degradação em regiões mineradoras, onde não apenas ecossistemas foram destruídos, mas também patrimônios culturais e paisagísticos insubstituíveis - caso emblemático da serra do Curral em Belo Horizonte, transformada radicalmente pela

atividade extrativista.

Wisnik (2018) revela com precisão como a questão mineral sempre ocupou lugar central nas preocupações do renomado poeta modernista. Através de suas contundentes crônicas publicadas em diversos periódicos, Drummond manifestava veemente oposição à exploração predatória incentivada pelos governos estaduais, que sob o discurso enganoso da modernização e do progresso, sistematicamente negligenciaram a justa distribuição dos benefícios econômicos para as comunidades locais, particularmente em sua Itabira natal. A aparente melancolia lírica que permeia sua produção poética escondia, na verdade, um profundo compromisso social e um zelo ativo pelo bem-estar coletivo, constituindo-se em poderosa denúncia contra um modelo de desenvolvimento que, longe de promover melhorias concretas para as populações mais vulneráveis, acabava por intensificar mecanismos históricos de espoliação e exclusão social.

Paralelamente a essa crítica literária, é fundamental contextualizar historicamente a atuação da Companhia Vale do Rio Doce S.A. Ao longo do século XX, a empresa consolidou sua posição hegemônica no setor mineral brasileiro, com operações concentradas principalmente na extração de minério de ferro em larga escala. Contudo, é crucial destacar que seu espectro de atuação não se limitou a esse mineral, estendendo-se eventualmente para outras frentes extrativas.

A atividade mineradora, em sua dimensão mais ampla, gera um cenário de profunda inospitalidade ambiental através de múltiplos vetores de impacto: a poluição atmosférica decorrente da emissão de particulados metálicos e fuligem siderúrgica; a poluição sonora constante gerada pelo funcionamento ininterrupto de maquinário pesado e operações de escavação; o intenso tráfego de veículos pesados que sobrecarrega a malha viária local; e, sobretudo, os danos socioculturais irreversíveis, manifestos na ruptura do tecido social comunitário e na erosão acelerada de modos de vida tradicionais (Milanez, 2019; Muñoz-Duque, Osorno e Vargas, 2020).

No início do século XX, a mineração em Almas era realizada de forma artesanal, com pequenos garimpos dispersos pela região, onde os trabalhadores utilizavam técnicas tradicionais como a bateia e o almocafre para extrair ouro dos rios e leitos de cascalho. Essa atividade, embora rudimentar, atraía um fluxo constante de migrantes em busca de oportunidades, mantendo-se fortemente vinculada ao conhecimento local e às práticas transmitidas entre gerações (Lopes, 2020). A partir da década de 1930, no entanto, o cenário começou a mudar com a chegada de empresários e equipamentos mais avançados, introduzindo uma nova organização do trabalho que separava claramente os garimpeiros

locais dos administradores externos. Essa transição marcou o início de uma exploração mais intensiva, com impactos crescentes sobre as comunidades tradicionais, incluindo os quilombolas (Silveira, 2023).

A fundação da Companhia Vale do Rio Doce S.A. em 1942 representou um marco na mineração brasileira. Embora inicialmente focada no minério de ferro, a empresa expandiu suas operações para outros minerais, incluindo o ouro, impulsionada pela demanda internacional e pelo desenvolvimento de novas tecnologias. Em Almas, sua presença tornou-se mais expressiva a partir dos anos 1950, quando passou a controlar áreas estratégicas para a extração aurífera (Pires, 2021). Nas décadas seguintes, sob o regime militar (1964-1985), a mineração foi priorizada como setor estratégico para o "desenvolvimento nacional", e a Vale, então estatal, recebeu amplos incentivos para ampliar suas atividades. A introdução de maquinário pesado e técnicas de larga escala transformou radicalmente a paisagem, acelerando a degradação ambiental e afetando diretamente as comunidades quilombolas, que dependiam da terra para sua subsistência (Santos, 2022).

Os anos 1980 trouxeram mudanças significativas. A crise econômica reduziu os investimentos em mineração, levando ao fechamento de algumas operações, enquanto os movimentos sociais ganhavam força, especialmente entre as comunidades tradicionais. A Constituição de 1988 representou uma vitória importante ao reconhecer os direitos territoriais quilombolas, embora esses direitos frequentemente entrassem em conflito com as áreas de exploração mineral (Nascimento, 2023). Apesar da redemocratização, os desafios permaneceram. A privatização da Vale em 1997 não diminuiu sua influência no setor, e os conflitos fundiários em Almas se intensificaram, com as mineradoras frequentemente sobrepondo suas concessões aos territórios quilombolas (Borges, 2023).

No século XXI, a alta nos preços do ouro renovou o interesse na região, levando a novos projetos de larga escala, incluindo infraestrutura logística para escoamento da produção. Esses empreendimentos, embora gerassem crescimento econômico, aprofundaram os impactos socioambientais, pressionando ainda mais as comunidades locais (Miranda et al., 2022). Em resposta, os quilombolas fortaleceram sua organização, usando ferramentas como mídias sociais para ampliar sua visibilidade e denunciar violações de direitos. A luta por justiça ambiental e reconhecimento territorial tornou-se central, evidenciando a tensão permanente entre o modelo extrativista e a sobrevivência cultural dessas populações (Pires, 2021).

Ao longo do século XX, a mineração em Almas trouxe transformações profundas,

prometendo desenvolvimento, mas deixando um legado de degradação e conflitos. Enquanto empresas como a Vale consolidavam seu poder econômico, as comunidades quilombolas enfrentavam a perda de seus territórios, a contaminação de seus recursos e a desestruturação de seu modo de vida. Sua resistência, no entanto, permanece como um contraponto essencial a um modelo que frequentemente trata pessoas e naturezas como meros recursos a serem explorados.

3.3 A atuação da aura minerals inc. na mineração de ouro em almas no século xxi

A exploração econômica dos recursos naturais na América Latina está profundamente enraizada em um histórico de desigualdades estruturais e violações sistemáticas dos direitos das populações locais. Desde os tempos coloniais, o continente foi transformado em uma fonte de riquezas para as potências estrangeiras, que enxergavam seus territórios apenas como reservas de metais preciosos, produtos agrícolas e matérias-primas a serem extraídas.

Conforme pontua Gonçalves (2016), uma das características que evidenciam a influência avassaladora do capital na apropriação dos recursos minerais na América Latina é a atuação das empresas mineradoras transnacionais. Entre as principais transnacionais envolvidas na produção mineral nesta vasta região, várias estão presentes no Brasil, como a BHP Billiton, Glencore Xtrata, Anglo American, Rio Tinto, Vale S.A, Newmont Gold Corporation, Barrick Gold Corporation e AngloGold Ashanti. Essas empresas operam em diversas partes do mundo, incluindo países da África, como Moçambique, gerando lucros privados em nome da mercantilização da natureza e do trabalho.

Esse modelo extrativista, longe de ser um fenômeno do passado, perpetuou-se ao longo dos séculos, gerando riqueza concentrada para uma minoria enquanto aprofundava a miséria, a exclusão e a degradação ambiental para as comunidades que habitam essas regiões. Mais do que a simples extração de recursos, esse processo representou uma verdadeira espoliação, deixando marcas indeléveis não apenas no meio ambiente, mas também na organização social, nas culturas tradicionais e na dignidade dos povos originários e comunidades tradicionais. Contudo, é fundamental compreender que essa realidade não é natural ou inevitável – ela é o resultado direto de um sistema econômico global que privilegia o lucro corporativo acima do bem-estar das populações e da sustentabilidade dos territórios (Galeano, 2013; Gonçalves, 2016).

Como analisa Galeano (2013) em sua obra fundamental, *Veias abertas da América*

Latina, a crescente demanda internacional por *commodities* latino-americanas continua gerando consequências devastadoras para os povos da região, que arcam com os custos humanos e ambientais dessa exploração. O autor desmonta o mito de que a pobreza e o subdesenvolvimento seriam frutos do acaso ou de uma suposta "falta de progresso", demonstrando como são, na verdade, resultados concretos de relações históricas de dominação econômica e apropriação desigual dos recursos. Essa crítica permanece atualíssima, como demonstra o recente caso do projeto de mineração de ouro em Almas, no Tocantins.

Em dezembro de 2021, foi anunciado oficialmente o início das operações do novo empreendimento de mineração aurífera no município de Almas, sob responsabilidade da empresa canadense Aura Minerals Inc. O projeto, que representa um investimento declarado de R\$ 375 milhões, está licenciado para operar a apenas 15 quilômetros do núcleo urbano da cidade, concentrando em um único complexo todas as etapas da cadeia produtiva – desde a extração até o beneficiamento do minério. Entre as promessas apresentadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) está a construção de uma central de processamento que alegadamente reutilizaria 100% da água empregada nas operações, buscando atender às exigências legais de sustentabilidade hídrica. O plano de mineração prevê uma vida útil de 16 anos para a jazida – período após o qual os depósitos economicamente viáveis estarão esgotados –, com uma produção total estimada entre 45 mil e 52 mil onças *troy* de ouro (Brasil Mineral, 2023).

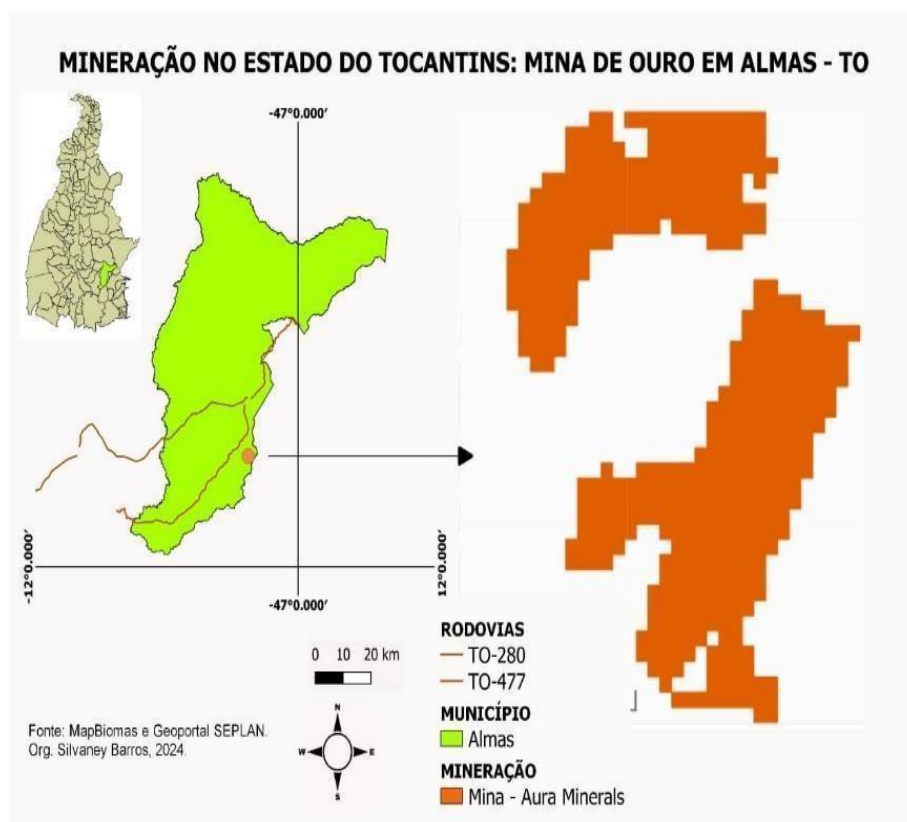
Em termos de impactos socioeconômicos, a Aura Minerals projeta a geração de aproximadamente 400 empregos diretos e mais 1.200 indiretos durante o pico das operações. No entanto, os documentos disponíveis ao público não detalham aspectos cruciais como as condições concretas de trabalho, os níveis de exposição a riscos ocupacionais (incluindo o contato com substâncias perigosas como cianeto e mercúrio), ou os planos de proteção à saúde dos trabalhadores. Do ponto de vista fiscal, as projeções oficiais estimam que, através da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e do Imposto Sobre Serviços (ISS), o município de Almas poderá arrecadar cerca de R\$ 80,3 milhões ao longo dos 16 anos de operação, enquanto o governo estadual receberia aproximadamente R\$ 30,3 milhões em royalties e compensações minerárias (Brasil Mineral, 2023).

Esses números, no entanto, mascaram uma série de questões críticas: qual será o custo real em termos de degradação ambiental permanente? Como ficarão as comunidades locais após o esgotamento da jazida? Os empregos gerados serão suficientes para

compensar os impactos de longo prazo? A história da mineração na América Latina – e particularmente no Tocantins – sugere que os benefícios econômicos tendem a ser temporários e mal distribuídos, enquanto os danos socioambientais permanecem como herança para as futuras gerações. O caso de Almas parece seguir o mesmo roteiro de tantos outros empreendimentos extrativistas na região: grandes promessas de desenvolvimento, mas poucas garantias concretas de justiça social e ambiental.

A Figura 9 - Localização do município de Almas-TO. Mina de ouro em Almas-TO espacializa geograficamente esta intervenção, permitindo visualizar a proximidade entre a mina, a sede municipal e, conseqüentemente, as comunidades do entorno, como a quilombola São Joaquim. Esta representação cartográfica é fundamental para compreender a escala territorial do empreendimento e seus potenciais impactos socioambientais, que são analisados criticamente na sequência, confrontando as promessas oficiais de desenvolvimento com os históricos de injustiça ambiental associados à mineração na América Latina."

Figura 9 - Localização do município de Almas-TO. Mina de ouro em Almas-TO



Fonte: Barros(2024).

A *Aura Minerals Inc* é uma mineradora de origem canadense com operações no

Brasil, Honduras, México e EUA. Além dos projetos em Almas e Matupá no Brasil, a empresa possui minas de ouro em *San Andres (Honduras)*, Ernesto/Pau-a-Pique (Brasil), *Aranzazu (México)* e *Gold Road (EUA)*. A empresa também cuida da mina em São Francisco (Mato Grosso, Brasil). Na Figura 10 - Visão aérea do local do projeto Aura Minerals Inc. em Almas, TO abaixo, é possível observar a visão aérea do local do projeto da *Aura Minerals Inc.* em Almas, TO (Brasil Mineral, 2023).

Figura 10 - Visão aérea do local do projeto *Aura Minerals Inc.* em Almas, TO



Fonte: Google imagens (2022).

Conforme relatório técnico disponibilizado no site da empresa, o primeiro local a ser explorado será a área de Paiol, seguida por Vira Saia e Cata Funda. A empresa também está reavaliando o projeto visando reduzir os gastos e aumentar a margem de lucro. Para isso, reduzirá os custos operacionais com os parceiros operacionais e adotará uma abordagem mais seletiva na mineração, seguindo uma “filosofia de gastos de capital enxutos, mas racionais”. No entanto, a empresa não forneceu informações sobre como isso afetará as vagas de trabalho prometidas, nem como isso influenciará as condições de trabalho nas três áreas e na central de processamento.

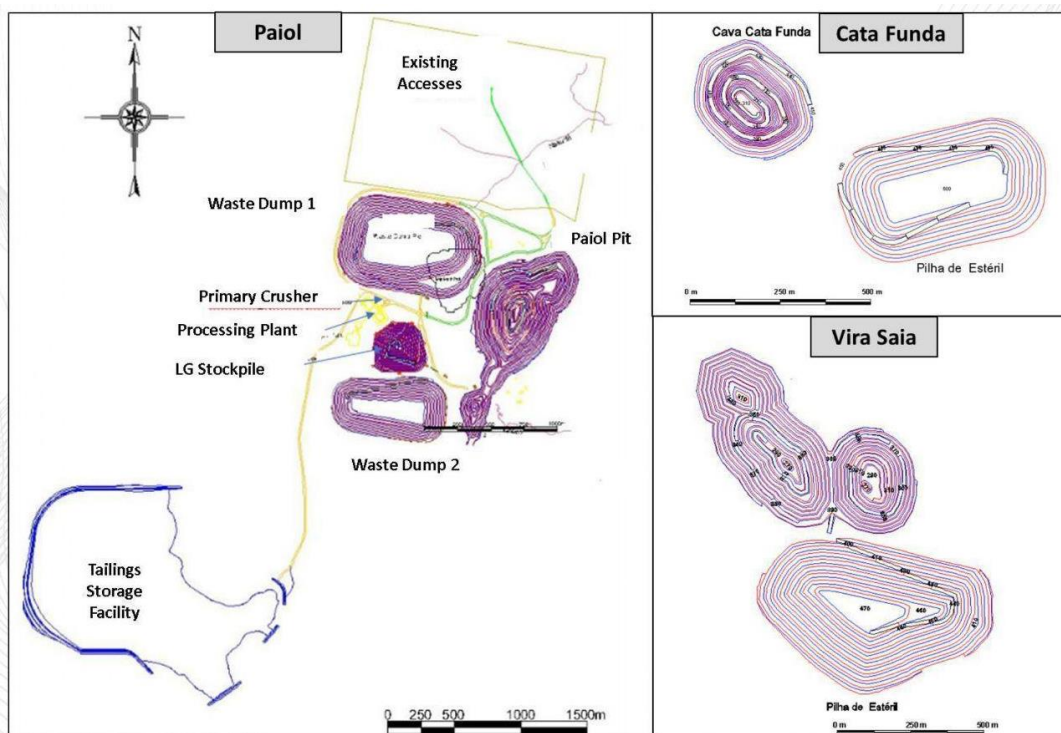
A mineração, muitas vezes celebrada como um motor de crescimento econômico, tem gerado graves consequências socioambientais. Em nome do progresso e da modernização, grandes empresas mineradoras exploram os recursos naturais de forma predatória, devastando ecossistemas inteiros e prejudicando as comunidades locais. O solo, rico em minerais, é extraído e exportado, deixando para trás paisagens devastadas, águas contaminadas e populações deslocadas. Esse modelo extrativista, voltado para atender demandas internacionais, ignora frequentemente as necessidades locais, transformando

terras férteis em desertos industriais. Podemos perguntar então:

Exportamos produtos ou exportamos solos e subsolos? Salva-vidas de chumbos: em nome da modernização e do progresso, os bosques industriais, as explorações mineiras e as plantações gigantescas arrasam os bosques naturais, envenenam a terra, esgotam a água e aniquilam pequenos plantios e as hortas familiares. Essas empresas todo- poderosas, altamente modernizadas, prometem mil empregos, mas ocupam bem poucos braços. Talvez elas bendigam as agências de publicidade e os meios de comunicação que difundem suas mentiras, mas amaldiçoam os camponeses pobres. Os expulsos da terra vegetam nos subúrbios das grandes cidades, tentando consumir o que antes produziam. [...] Terras que podiam abastecer as necessidades essenciais do mercado interno são destinadas a um só produto, a serviço da demanda estrangeira. Cresço para fora, para dentro me esqueço. Quando cai o preço internacional desse único produto, alimento ou matéria-prima, junto com os preços caem os países que de tal produto dependem. E quando a cotação subitamente vai às nuvens, no louco sobe e desce do mercado mundial, ocorre um trágico paradoxo: o aumento dos preços dos alimentos, por exemplo, enche os bolsos dos gigantes do comércio agrícola e, ao mesmo tempo, multiplicam a fome das multidões que não podem pagar seu encarecido pão de cada dia (Galeano, 2013, p. 6 a 7).

Como é possível ver na Figura 11 - Localizadas das três áreas de exploração da mineradora Aura Minerals Inc. em Almas, TO a seguir, a retirada do relatório técnico, onde estão localizadas as três áreas de exploração: Paiol, Cata Funda e Vira Saia. Essa representação é fundamental para compreender a distribuição geográfica dos projetos minerários da *Aura Minerals Inc.* em Almas, permitindo uma análise mais detalhada dos impactos potenciais sobre as comunidades locais e o meio ambiente. A visualização dessas áreas também ressalta a necessidade de monitoramento e gestão responsável das atividades mineradoras para minimizar os efeitos adversos na região.

Figura 11 - Localizadas das três áreas de exploração da mineradora *Aura Minerals Inc.* em Almas, TO



Fonte: Aura Minerals (2020).

Não obstante, na mineração a céu aberto, grandes volumes de material rochoso são deslocados, triturados e submetidos a diversos processos físico-químicos de lixiviação. Nesses processos, as rochas são moídas e tratadas com quantidades significativas de água, combinadas com diferentes produtos químicos contendo metais pesados e poluentes. Isso é feito para provocar reações químicas e obter a separação dos minerais.

Conforme analisa Aráoz (2020), um dos aspectos mais problemáticos da atividade mineradora diz respeito à localização geográfica dos empreendimentos. Frequentemente, as jazidas mineralógicas são encontradas em áreas ambientalmente sensíveis, particularmente próximas a nascentes e cabeceiras de rios, o que transforma a exploração mineral em um vetor de modificação radical e destruição dos ciclos hidrológicos naturais. No caso específico de Almas, a proximidade do projeto de mineração - situado a menos de 20 quilômetros do núcleo urbano - representa uma ameaça direta aos sistemas hídricos que sustentam toda a região. Os riscos de contaminação dos aquíferos subterrâneos são particularmente alarmantes, pois comprometeriam não apenas o abastecimento de água da população urbana, mas também a viabilidade das atividades agrícolas e a sobrevivência das comunidades quilombolas que mantêm uma relação ancestral com essas terras, dependendo delas para sua subsistência física e cultural.

Contudo, como demonstram os estudos de Santos (2022), Almas possui uma formação histórica intrinsecamente ligada à economia mineral, tendo sido originalmente constituída como território através da mineração escravocrata no período colonial. O atual retorno da mineração como eixo econômico principal representa, portanto, a reatualização de um modelo desenvolvimentista profundamente enraizado na lógica da colonialidade. Esse novo ciclo extrativista, contudo, apresenta características qualitativamente distintas e mais agressivas: operando em escala industrial e com tecnologias de alto impacto, justificando sua expansão através do discurso da modernidade e do progresso econômico, enquanto reproduz estruturas históricas de dominação e espoliação territorial.

A paisagem resultante desse modelo de desenvolvimento pode ser descrita como um “território fraturado”, nos termos de Gonçalves (2016; 2019). Milhões de hectares transformados em monoculturas ou convertidos em pastagens degradadas; solos dilacerados pela mineração subterrânea ou esventrados pelas crateras das minas a céu aberto; vales fluviais inteiros submersos sob as águas de represas construídas para geração de energia hidrelétrica, projetos de irrigação em larga escala ou, mais recentemente, para servir como depósitos de rejeitos tóxicos - todas essas intervenções compõem um mosaico de paisagens radicalmente transformadas, onde os ecossistemas originais foram substituídos por espaços funcionais ao capital, marcados por cicatrizes ecológicas profundas e frequentemente irreversíveis. Nessa perspectiva:

[...]outro aspecto crítico consiste na “drenagem ácida da mina”, sobre a qual tem origem no “processamento de minerais e nos rejeitos que permanecem por 80 centenas de anos em forma de tanques de rejeitos de barragens, que geralmente contêm elevadas concentrações de sulfatos, metais e não metais tóxicos, componentes radioativos, químicos e compostos orgânicos” (Aráoz, 2020 *apud* Moran, 2001, p.66).

Na Figura 12 - Barragem de Rejeito e Contenção de Água da Mineradora Aura Minerals Inc. em Almas, Tocantins a seguir, observa-se a barragem de disposição de rejeito de mineração e contenção de água da mineradora *Aura Minerals Inc.*, localizada em Almas, Tocantins. Esta estrutura é crucial para a gestão ambiental das operações mineradoras, ao desempenhar um papel vital na contenção dos rejeitos e na proteção dos recursos hídricos da região. A adequada construção e manutenção da barragem são essenciais para garantir a segurança ambiental e minimizar os riscos associados à mineração, refletindo a responsabilidade da empresa em relação ao seu impacto na comunidade e no meio ambiente.

Figura 12 - Barragem de Rejeito e Contenção de Água da Mineradora Aura Minerals Inc. em Almas, Tocantins



Fonte: Atitude Tocantins (2023).

Conforme destacam Milanez *et al.* (2016), os rejeitos minerais representam um dos aspectos mais críticos da cadeia produtiva extrativista, constituindo-se como subprodutos inevitáveis dos processos de beneficiamento mineral. A geração desses resíduos apresenta uma curva ascendente contínua, impulsionada por três fatores interrelacionados: a expansão exponencial dos volumes de extração, o esgotamento progressivo tanto em quantidade quanto em qualidade das reservas minerais economicamente viáveis, e as flutuações cíclicas dos preços internacionais de commodities que desincentivam investimentos em tecnologias para o aproveitamento de rejeitos ultrafinos.

A disposição final desses materiais (que frequentemente assumem a forma de uma polpa aquosa contendo partículas de solo e resíduos químicos) demanda a criação de vastas estruturas de contenção, particularmente as barragens de rejeitos, que se transformam em marcas permanentes na paisagem e em fontes de risco ambiental permanente. A análise dos impactos da mineração, contudo, não pode se restringir aos limites físicos das jazidas ou das unidades de processamento (Milanez *et al.*, 2016).

Como alertam os especialistas, é fundamental considerar toda a rede de infraestrutura complementar que sustenta a cadeia produtiva mineral e que gera impactos cumulativos nos ecossistemas. Esta rede inclui um complexo sistema de suporte energético, redes de dutos para transporte de água, gás e minérios, sistemas de captação de

água subterrânea, além de uma extensa malha de transporte pesado projetada para viabilizar o escoamento massivo de commodities para os mercados globais. Cada um desses elementos, embora frequentemente invisibilizados nos discursos oficiais, contribui para a fragmentação ecológica e a transformação radical dos territórios (Milanez *et al.*, 2016).

Conforme Santos (2022) apresenta uma abordagem multidimensional dos impactos territoriais da mineração, que deve incorporar tanto variáveis físico-ambientais quanto socioculturais. No plano ecológico, destaca-se: alterações irreversíveis nos fluxos hidrológicos subterrâneos; poluição multisensorial; contaminação difusa de corpos hídricos, solos e atmosfera; perturbações severas à biodiversidade; alterações nos padrões de drenagem natural; depleção qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos; processos acelerados de assoreamento e erosão. Estas transformações configuram um quadro de dilapidação sistemática dos biomas, que se desenvolve paralelamente à expansão geográfica das fronteiras extrativas.

O aspecto mais dramático desta equação, como bem compreendeu o economista equatoriano Acosta (2016) em suas análises, revela-se no plano humano: à medida que as fronteiras minerárias se expandem, multiplicam-se os conflitos com comunidades tradicionais e povos originários, cujos territórios são progressivamente engolidos pelos grandes empreendimentos. Este processo ocorre frequentemente acompanhado de violações sistemáticas de direitos humanos fundamentais, reproduzindo padrões históricos de colonialismo interno e espoliação. A perspectiva crítica de Acosta revela-se, portanto, não apenas academicamente rigorosa, mas moralmente necessária para desvelar as contradições do modelo extrativista contemporâneo. Na análise crítica do economista equatoriano Alberto Acosta, sua perspectiva se revela profundamente acertada, ao afirmar que:

A economia extrativista deteriora grave e irreversivelmente o meio ambiente. O estudo da atividade mineradora ou petrolífera ao redor do planeta evidência inúmeros danos e destruições múltiplas e irreversíveis à Natureza. Além disso, são incontáveis as tragédias humanas e a destruição de potencialidades culturais dos povos. No âmbito econômico, a situação não é melhor. Os países cujas exportações dependem fundamentalmente de recursos minerais ou petrolíferos são economicamente atrasados, e seus problemas ambientais crescem no ritmo em que se expande o extrativismo (Acosta, 2016, p. 61 a 62).

Neste contexto, é considerado pertinente resgatar um poema de Carlos Drummond de Andrade. Este poema, ao unir percepção estética e uma apreensão crítica da realidade, conhecida intimamente pelo autor itabirano, encapsula a tragédia constante que afeta e

ressoa em todos nós, conforme Drummond (2014) *apud* Pereira Junior (2023, p.29), apresenta o poema intitulado Infatigável: “O progresso não recua./Já transformou esta rua em buraco. /E o progresso continua. /Vai abrir neste buraco outra rua./Afinal, da nova rua, o progresso vai compor outro buraco”.

O poema de Carlos Drummond de Andrade dialoga profundamente com a geografia ao retratar as marcas deixadas pelo desenvolvimento urbano e pelas intervenções humanas no espaço. Ao descrever o ciclo de transformação das ruas em buracos e dos buracos em novas ruas, o poeta ilustra o impacto da expansão urbana sobre a paisagem, abordando o conceito de uso e modificação do espaço geográfico.

Esse processo, impulsionado pelo “progresso” sem limites, revela uma geografia marcada pela degradação e pela exploração dos territórios, onde o avanço das cidades ignora frequentemente o equilíbrio ambiental e as necessidades da comunidade. Drummond, assim, expõe as consequências geográficas de um progresso que, ao invés de construir, destrói e reconfigura o espaço de maneira repetitiva e incessante.

No breve poema, a repetição da tríade “progresso, rua e buraco” ao longo das três estrofes realça o caráter ciclicamente destrutivo de processos que, sob a égide de sonoros e belos bordões como “progresso”, “desenvolvimento” e “crescimento econômico”, só resultam em impactos negativos para o meio ambiente e a grande maioria da população.

Certamente, não é essa exatamente a dinâmica à qual a sociedade tem sido submetida pela influência das grandes redes corporativas do setor de mineração nos últimos anos?. Conforme a perspectiva expressa por Drummond e à luz dos desastres ocorridos, seria altamente pertinente resgatar e repensar a concepção de “progresso” delineada pelo filósofo alemão Walter Benjamin (1995, p. 174), segundo o qual: “Deve-se fundar o conceito de progresso na ideia da catástrofe”. Que tudo “continue assim”, isto é a catástrofe. “Ela não é o sempre iminente, mas sim o sempre dado”.

Nesse contexto, os megaprojetos de mineração em nome do “progresso” se expandem no interior do Brasil. De acordo com o noticiado recentemente no site Brasil Mineral (2023), a *Aura Mineral Inc.* alcançou um marco importante ao produzir a primeira barra de ouro na mina de Almas em 10 de agosto de 2023. Desde o início da operação da planta, em 23 de abril, a empresa já processou aproximadamente 152 mil toneladas de minério na cava Paiol, com 46 mil toneladas em junho e 106 mil toneladas em julho, aproximando-se da capacidade nominal de 114 mil toneladas mensais da planta.

O processo de *ramp up* de Almas está superando as expectativas, e a produção comercial está programada para iniciar ainda em agosto. Com base nesses resultados, a

Aura Minerals Inc. confirma a projeção de alcançar o guidante de 23 a 28 mil onças em 2023. O presidente Rodrigo Barbosa da *Aura Minerals Inc.* expressou seu orgulho por essa conquista, ressaltando que Almas é o primeiro projeto *greenfield* da empresa entregue dentro do prazo e orçamento previstos (Brasil Mineral, 2023).

No entanto, em meio à comemoração, é preciso reconhecer que a comunidade quilombola São Joaquim, situada nas proximidades da Mina, será significativamente impactada. Todavia, conforme estudos conduzidos por Santos (2022), Almas é um município historicamente constituído através da mineração escravista, e agora retoma a mineração como um dos eixos de sua economia. Esse retorno à mineração ocorre em prol de um projeto desenvolvimentista baseado na colonialidade e adquire novas características mais expansivas e agressivas, em nome da modernidade e do poder econômico.

A inevitabilidade da mineração e a ideia e a lógica do progresso é suficiente para ignorar e invisibilizar as comunidades do território, tendo suas economias desvalorizadas e menosprezadas, sempre colocadas como inferiores perante o ritmo extrativista, ao passo que o extrativismo e seus impactos socioambientais são determinantes para exacerbar as crises das economias locais, facilitando que outros atores de “desenvolvimento” ocupado e se apropriem dos territórios (Svampa, 2019).

3.4 A resistência das comunidades quilombolas do cerrado contra a mineração em Almas, to

A tensão territorial entre as comunidades quilombolas do Cerrado tocantinense e os interesses do capital mineral no município de Almas configura um conflito estrutural e multidimensional, que revela as contradições entre a preservação de modos de vida tradicionais e a lógica expansionista da mineração industrial. A comunidade quilombola de São Joaquim, cuja existência está profundamente enraizada em uma relação simbiótica com seu território ancestral, vê-se confrontada com a exploração predatória de suas terras por grandes corporações mineradoras. Estas empresas, orientadas por uma racionalidade economicista, sistematicamente subordinam os direitos coletivos e a integridade cultural local aos imperativos da acumulação de capital e da extração de recursos naturais em larga escala.

Para a comunidade de São Joaquim, a batalha pelo reconhecimento jurídico de seu território transcende a mera questão fundiária, constituindo-se em uma luta existencial pela

reprodução física e cultural de seu povo. Essa luta engloba tanto a garantia formal da posse da terra quanto a proteção efetiva do meio ambiente do Cerrado - bioma fundamental para suas práticas tradicionais de agricultura, coleta e manejo sustentável dos recursos naturais. Os quilombolas percebem com clareza como suas formas de organização social, seus saberes ancestrais e sua própria identidade coletiva estão sendo progressivamente ameaçados pela pressão expansionista da atividade minerária. Desta forma, sua resistência se manifesta não apenas como oposição à expropriação territorial, mas como um ato político de afirmação de direitos constitucionais e como defesa intransigente de um modo de vida que compreende o território como espaço vivo de memória, cultura e relação harmoniosa com a biodiversidade do Cerrado.

A Imagem 16, que será analisada a seguir, oferece uma representação visual eloquente desta realidade ao retratar uma residência típica na Comunidade Quilombola Poço D'Antas, localizada no município de Almas. Esta imagem documental não apenas registra os elementos arquitetônicos característicos das moradias quilombolas - que sintetizam saberes construtivos tradicionais adaptados às condições ecológicas do Cerrado -, mas também serve como testemunho material do modo de vida comunitário e da profunda conexão cultural que estes grupos mantêm com seu território ancestral. Cada detalhe da construção - desde os materiais utilizados até sua disposição espacial - comunica uma história de resistência e adaptação, funcionando como metáfora visual da luta mais ampla das comunidades quilombolas pela preservação de sua identidade frente às pressões do desenvolvimento extrativista.

Figura 13 - Residência na Comunidade Quilombola Poço D'Antas, Almas, TO



Fonte: Autora (2024).

A chegada dos colonizadores europeus ao continente sul-americano marcou o início de uma profunda transformação nos territórios e nas populações originárias. Motivados pela exploração de recursos naturais e pela expansão de seus domínios, os colonizadores trouxeram consigo práticas que resultaram na degradação ambiental e na imposição de novos valores culturais. Nesse cenário, a relação entre homem e natureza foi significativamente alterada, refletindo uma visão utilitarista dos recursos naturais que continua a influenciar as dinâmicas econômicas e sociais da região. Essa perspectiva ficou evidente desde os primeiros contatos, como exemplificado no episódio descrito por Brannstrom (1996, p. 59):

Um dos primeiros atos dos marinheiros portugueses que, a 22 de abril de 1500, alcançaram a costa sobrecarregada de floresta do continente sul-americano nos 17 graus de latitude sul, foi derrubar uma árvore. Do tronco desse sacrifício ao machado de aço, confeccionaram uma cruz rústica – para eles, o símbolo da salvação da humanidade.

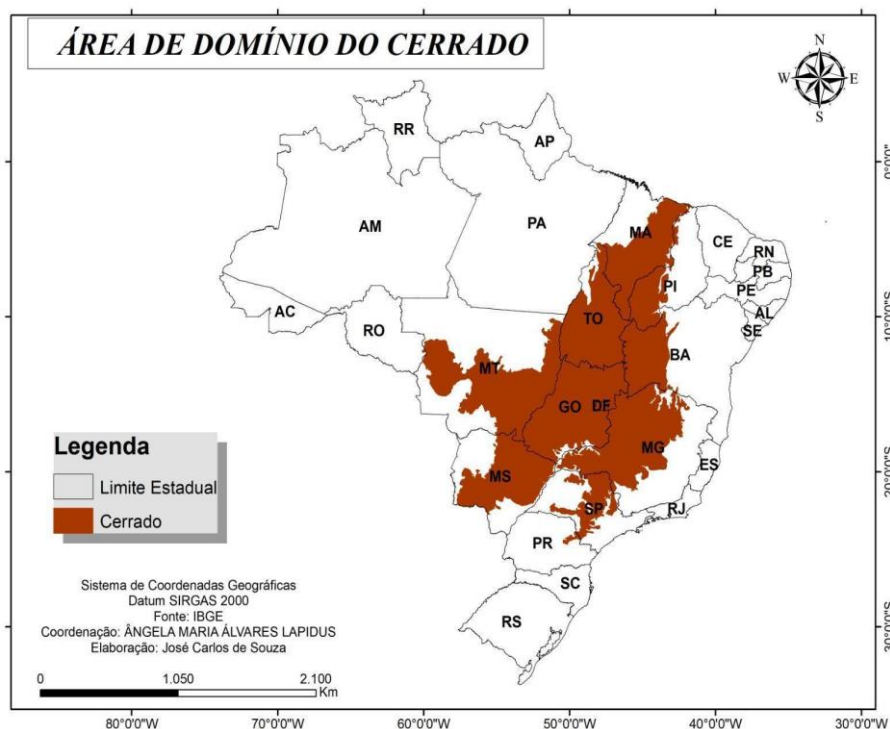
Essa ação simbólica, de converter uma árvore em cruz, representa a primeira relação dos colonizadores com a terra brasileira: uma perspectiva de dominação e alteração da natureza em benefício de seus princípios e objetivos. Essa mentalidade extrativista, que teve início nas florestas costeiras, rapidamente se estendeu para outros ecossistemas, modificando ambientes e culturas através dos séculos.

No Cerrado, o processo foi semelhante. Considerado a savana com maior diversidade biológica do globo, esse bioma foi paulatinamente incorporado à dinâmica de uso econômico, principalmente com o avanço da agropecuária, dos cultivos únicos e da atividade mineral. Assim como nos primórdios da colonização, os efeitos sobre o Cerrado causam não só danos ecológicos, mas também a desorganização dos povos tradicionais que ali residem e mantêm relação de dependência com seus recursos.

Segundo Franco e Gonçalves (2020), o Cerrado, identificado como um dos ecossistemas mais ricos em variedade biológica mundial, sempre foi uma área de intenso interesse para diversos ramos econômicos por conta da profusão de bens naturais. Com sua imensa área e reservas minerais, o Cerrado tornou-se alvo do setor de mineração, estimulado pela demanda internacional crescente por insumos básicos. Entretanto, essa extração não ocorre sem impactos: a mineração no Cerrado configura uma grave ameaça ao equilíbrio ecológico e aos grupos humanos que utilizam esses recursos naturais para seu sustento e manutenção cultural.

Como ressaltam Franco e Gonçalves (2020), a região do Cerrado se define por sua pluralidade, expressa na diversidade socioambiental e nos conhecimentos tradicionais de comunidades indígenas e agricultoras. Os estudiosos sublinham que essa variedade inclui lembranças de conflitos, celebrações, labuta e a conexão com o solo, as águas, as florestas e os bens naturais, mostrando uma formação histórica, ecológica, comunitária, cultural e política que reúne diversos aspectos do Cerrado.

A compreensão dessa rica tessitura socioambiental do Cerrado, destacada por Franco e Gonçalves (2020) em sua pluralidade de saberes, conflitos e celebrações, ganha dimensão espacial concreta quando visualizamos a abrangência nacional deste bioma. A Figura 14 - Mapa da distribuição do bioma Cerrado no Brasil permite contextualizar geograficamente a região estudada, mostrando que a área de influência da mineração em Almas e Porto Alegre do Tocantins está inserida neste ecossistema de importância vital. Esta representação cartográfica é fundamental para dimensionar a escala do bioma ameaçado pelas atividades extrativas e para compreender por que a defesa deste território significa, simultaneamente, a preservação da diversidade cultural nele enraizada, conforme apontam os autores.

Figura 14 - Mapa da distribuição do bioma Cerrado no Brasil

Fonte: Souza (2023).

As atividades de mineração impõem uma transformação intensa do território, que afeta diretamente a flora, a fauna, e a qualidade dos recursos hídricos, essenciais para o equilíbrio ecológico e para a subsistência das comunidades locais. Entre os mais impactados, destacam-se as comunidades tradicionais, como os quilombolas, que habitam e protegem o Cerrado há gerações. Estes grupos enfrentam um cenário de conflito e disputa territorial, na medida em que o avanço da mineração, impulsionado pelo capital financeiro e pelo Estado, frequentemente resulta em violações de direitos e em ameaças ao modo de vida dessas populações. Segundo Raffestin, no seu livro *Por uma Geografia do Poder*, apresenta que:

O modo de produção capitalista procura assegurar a fluidez dos elementos que utiliza, manipula e combina. Ora, a trama aldeã foi, durante um longo tempo, uma unidade indivisível, dotada de uma grande coesão, que podia fazer malograr o sistema comercial nacional e, sobretudo, internacional. Sua destruição não é, portanto, mais que uma questão de tempo. Já começou e vai se acelerar, sem sombra de dúvida (Raffestin, 1980, p. 181).

A lógica do capital impõe uma necessidade constante de expansão e integração de novas áreas e recursos ao mercado, e isso se aplica diretamente aos territórios das comunidades tradicionais, como as aldeias e quilombos. Essas comunidades, com seus modos de vida coletivos e baseados na subsistência, representam uma resistência estrutural ao avanço do

capitalismo, pois operam em uma lógica oposta à da exploração comercial e da acumulação de capital.

No entanto, o sistema capitalista, em sua busca incessante por lucro e eficiência, vê na integração desses territórios um meio de garantir o acesso aos recursos naturais e a flexibilização da mão de obra. Essa pressão contribui para a fragmentação e descaracterização das tramas sociais locais, minando, pouco a pouco, a autonomia das comunidades e substituindo sua coesão tradicional por uma economia de mercado voltada exclusivamente à maximização dos lucros.

Conforme observa Santos (2006), no Tocantins, a atividade mineral afeta profundamente os territórios das comunidades quilombolas e tradicionais. A expansão dos empreendimentos de mineração ocorre com ações de espoliação, que resultam em amputação dos territórios que são terra e abrigo para as comunidades tradicionais. No Cerrado, as áreas que passam pelo processo de territorialização do capital apresentam uma grande capacidade de adaptação às dinâmicas de reprodução capitalista. “Essa é uma lei implacável, num mundo sequioso de produtividade e onde o lucro é uma resposta ao exercício da produtividade” (Santos, 2006, p. 203).

Nesse cenário de avanço do capital sobre o Cerrado, as comunidades quilombolas e tradicionais se vêem forçadas a resistir e a lutar pela preservação de seus territórios e modos de vida. A espoliação de suas terras representa não apenas uma perda material, mas também uma ruptura cultural e identitária, pois o território é essencial para a manutenção de suas práticas, saberes e relações sociais.

No entanto, essas comunidades enfrentam o desafio de resistir a um processo de exploração que é legitimado e incentivado por políticas governamentais e pelo poder econômico de grandes empresas mineradoras. Assim, a resistência das comunidades quilombolas e tradicionais no Tocantins reflete uma luta mais ampla pela autonomia, pela justiça socioambiental e pela proteção de um bioma único e vital, que tem sido continuamente devastado em prol da expansão capitalista. Para Porto-Gonçalves (2006, p. 5), o território é: um espaço apropriado, espaço feito para uma coisa própria, enfim, território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por este meio. Assim, há sempre território e territorialidade, ou seja, processos sociais em territorialização. Em um mesmo território há sempre múltiplas territorialidades.

A mineração no Cerrado impõe uma nova dinâmica de territorialidade sobre os espaços das comunidades quilombolas e tradicionais, que há gerações utilizam esses territórios como fonte de sustento, cultura e identidade. Como afirma Porto-Gonçalves (2006), o território é

instituído pelos sujeitos e grupos sociais que o habitam, configurando múltiplas territorialidades que coexistem e se sobrepõem. No entanto, a entrada do capital minerário impõe uma territorialidade baseada na apropriação e exploração dos recursos naturais, desconsiderando o vínculo profundo que essas comunidades possuem com suas terras.

Esse processo de territorialização capitalista altera profundamente as práticas de uso e de significado do espaço, substituindo uma relação de coexistência e respeito com o Cerrado por uma lógica de expropriação e lucro. Para as comunidades quilombolas, essa transformação representa uma ameaça direta à sua sobrevivência física e cultural, pois a degradação ambiental e a perda de território inviabilizam modos de vida tradicionais e enfraquecem laços comunitários e identitários (Porto-Gonçalves, 2006).

Conforme é possível observar nos argumentos explicitados por Gonçalves,

A mineração é intrínseca ao capitalismo contemporâneo. A financeirização dos recursos naturais como terra, água e minérios está no centro das novas fronteiras de acumulação global. Ademais, os minerais são essenciais às tecnologias da Quarta Revolução Industrial. Chips, naves espaciais, carros elétricos, celulares, computadores, arranha-céus, gasodutos, plataformas de petróleo, turbinas de aviões, armas, navios e todas as mercadorias que circulam nas redes globais de produção contêm minérios (Gonçalves, 2022 p.11).

Observa-se uma possível atuação do setor mineral, em diversos contextos, tem sido marcada por desafios significativos no que se refere ao respeito a direitos fundamentais e à adoção de processos transparentes. A carência de mecanismos efetivos de diálogo com as populações impactadas tende a aprofundar assimetrias históricas na relação com o território. Essa dinâmica contribui para a manutenção de um cenário de incertezas que coloca em risco a herança cultural e os modos de vida tradicionais de comunidades quilombolas, que seguem mobilizando estratégias de resistência em defesa de seus territórios.

Como destaca Santos (1987), o território transcende a simples configuração de elementos funcionais vinculados ao trabalho, circulação ou habitação, possuindo igualmente uma dimensão intangível e simbólica. A linguagem regional, por exemplo, faz parte desse universo de significados e colabora para a constituição de um laço fundamental para a compreensão da territorialidade. Essa ligação não se origina meramente da ocupação física de um espaço, mas da relação de interdependência e afeto cultivada com ele.

Dessa perspectiva, o território quilombola representa muito mais do que uma demarcação geográfica; constitui-se como espaço de memória ancestral e resistência cultural, onde se entrelaçam narrativas históricas, conhecimentos tradicionais e modos de existência que preservam a identidade coletiva de seus moradores. Para a comunidade de São Joaquim, o

território encarna um símbolo de pertencimento, síntese de valores, costumes e significados que materializam a conexão espiritual com a terra. É essa relação que fundamenta e valida a territorialidade quilombola, servindo simultaneamente como campo de batalha contra agentes externos, como a indústria extrativa mineral, que ameaçam romper com práticas seculares da comunidade.

A territorialidade quilombola se define por um padrão singular de uso e ocupação do espaço, cujos limites são reconhecidos tanto internamente pelo grupo quanto pelas comunidades circunvizinhas. Nesses territórios prevalecem formas coletivas de gestão da terra, fundamentadas em laços de parentesco e vizinhança construídos ao longo das gerações (ABA, 1994). A interação desses grupos com o meio ambiente segue uma lógica distinta, alinhada às suas particularidades culturais, onde os recursos naturais também se inserem em uma dinâmica de uso comunitário (Almeida, 2004).

Conforme Komarcheski (2019) ressalta que a racionalidade subjacente à implantação e operação de empreendimentos neoextrativistas colide frontalmente com os sistemas tradicionais de ocupação e uso do território mantidos há séculos pelas comunidades quilombolas. Essa contradição se manifesta especialmente na forma como tais empreendimentos impõem a noção de propriedade privada sobre a terra e seus recursos, implementando processos de cercamento e mercantilização da natureza. Em contrapartida, as comunidades quilombolas mantêm sistemas consuetudinários de gestão coletiva dos bens naturais. Desse modo, as dinâmicas capitalistas de desenvolvimento se impõem sobre as dinâmicas comunitárias tradicionais, ameaçando sua territorialidade e seus modos de vida ancestrais.

Neste cenário, a sobreposição das lógicas capitalistas sobre os sistemas tradicionais quilombolas gera uma série de conflitos que ultrapassam a mera disputa por terras. Esses embates atingem diretamente a sustentabilidade cultural, social e econômica das comunidades, desarticulando redes de apoio mútuo e sistemas de manejo sustentável desenvolvidos ao longo de séculos. Ademais, a imposição de modelos desenvolvimentistas baseados na exploração intensiva de recursos naturais desconsidera os saberes locais e as formas de coexistência equilibrada com o ambiente, intensificando os impactos negativos tanto para as populações quilombolas quanto para a biodiversidade dos territórios que habitam. Como bem sintetiza Santos (2018, p. 47):

Nosso povo foi trazido de África para cá. Diferentemente dos nossos amigos indígenas, que foram atacados em seu território podendo falar suas línguas, cultivar suas sementes, dialogar com seu ambiente. Nós fomos tirados dos nossos territórios para sermos atacados no território dos indígenas. E aí nós precisávamos e precisamos

– e temos conseguido – ser muito generosos. Porque mesmo tendo sido trazidos para o território dos indígenas, nós não disputamos o território com eles. Nós disputamos com o colonialista o território que eles tiraram dos indígenas, e isso nos dói.

Enquanto quilombola possa afirmar que a generosidade permanece viva na relação entre os quilombolas e os povos indígenas, reforçando uma luta compartilhada por justiça e pertencimento. A história dessas comunidades é marcada por uma resistência que transcende a disputa por território; é uma luta pela preservação de suas identidades, pela proteção dos saberes ancestrais e pela reconexão com a terra como fonte de vida e dignidade. Essa batalha não é direcionada aos povos indígenas, mas às estruturas de opressão que insistem em fragmentar o que historicamente pertencem, reafirmando que essa aliança é também um ato de resistência do que foi rompido pela colonização.

Conforme demonstra Gonçalves (2022), as comunidades tradicionais e povos originários que lutam pela defesa de seus territórios possuem uma compreensão holística da importância do Cerrado, reconhecendo que sua preservação está intrinsecamente ligada à manutenção dos recursos hídricos - elemento vital para sua existência física e cultural. Essas populações identificam na atividade minerária uma ameaça existencial aos seus modos de vida e sistemas de conhecimento tradicionais, pois o paradigma extrativista, fundamentado no consumo massivo de água e na transformação radical das paisagens para suprir mercados externos, representa uma antítese completa de sua cosmovisão e práticas de interação com o meio natural.

A mineração, não apenas coloca em risco a soberania hídrica das comunidades, como também mina as bases materiais que sustentam suas expressões culturais e sua capacidade de reprodução social no bioma. O modelo extrativo, ao alterar drasticamente os ciclos hidrológicos e contaminar fontes de água como exemplo Rio Manoel Alves que passa pela comunidade São Joaquim, na imagem a seguir, compromete atividades essenciais como a agricultura tradicional, a coleta de plantas medicinais e as práticas rituais vinculadas aos corpos d'água.

A relação intrínseca entre as comunidades quilombolas e os recursos hídricos do Cerrado manifesta-se de forma concreta no cotidiano da Comunidade São Joaquim, onde o Rio Manoel Alves constitui elemento vital para a agricultura tradicional e as práticas culturais. Esta interdependência é documentada na Figura 15 – Rio Manoel Alves e Roça de Toco no quintal de D. Joana, Comunidade Quilombola São Joaquim, que registra visualmente a proximidade entre o curso d'água e os sistemas agrícolas tradicionais mantidos pela comunidade. A imagem ilustra não apenas a importância do rio para a subsistência, através da roça de toco cultivada no quintal de D. Joana, mas também representa a profunda conexão cultural que une o modo de

vida quilombola a este específico território hidrográfico, atualmente ameaçado pelos impactos da mineração a montante.

Figura 15 –Rio Manoel Alves e Roça de Toco no quintal de D. Joana, Comunidade Quilombola São Joaquim



Fonte: Autora (2024).

A atividade minerária mantém-se como um dos principais eixos de concentração de riqueza na contemporaneidade, operando por meio da conversão da natureza - bem comum, natural e finito - em mercadoria mineral para interesses privados. Nesse complexo processo econômico-capitalista em escala global, observa-se uma "mundialização da exploração da natureza com benefícios e externalidades distribuídos de forma assimétrica" (Porto-Gonçalves, 2012, p.25).

Neste cenário de apropriação desigual, as comunidades quilombolas confrontam não apenas a expropriação territorial, mas também impactos profundos em seus modos de existência e sistemas culturais. A indústria extrativa, ao canalizar seus lucros para o mercado e o capital privado, marginaliza as populações tradicionais cuja sobrevivência está intrinsecamente vinculada à terra e aos recursos naturais. A distribuição desigual dos custos ambientais e o desrespeito sistemático aos direitos dessas comunidades aprofundam um histórico secular de exclusão, intensificando a resistência quilombola pela preservação de seus territórios frente à destruição e apropriação promovidas pelo Estado.

Desta forma, o conflito pelo Cerrado entre o capital mineral e as comunidades tradicionais configura-se como uma disputa complexa e desequilibrada, que evidencia a necessidade premente de um paradigma de desenvolvimento que harmonize os direitos dos povos originários com a conservação ecológica. Nesta luta desigual, a resistência das

comunidades quilombolas e tradicionais no Cerrado transcende a mera oposição à perda territorial, emergindo como reafirmação de suas territorialidades específicas e modos próprios de existência.

Conforme Raffestin (1980) demonstra, esses grupos defendem ativamente suas territorialidades, opondo-se à expansão de um modelo econômico que ignora suas conexões culturais e espirituais com a terra. Esta resistência materializa a construção de alternativas de desenvolvimento que privilegiam a diversidade sociocultural e o equilíbrio ecológico, em contraponto à exploração predatória dos recursos naturais pelo capital mineral. Para essas comunidades, a preservação do Cerrado representa a salvaguarda de um legado ancestral, assegurando que futuras gerações possam manter seus saberes e práticas tradicionais. Este conflito, portanto, explicita as contradições entre projetos territoriais antagônicos: um orientado pela acumulação de capital e outro fundamentado no respeito à terra, às culturas e aos ecossistemas. Como afirma Raffestin (1980, p. 121):

O território pode ser considerado a matriz da vida social, econômica e política das comunidades/sociedades. Os territórios da América Latina e da África estão mais suscetíveis à atuação e à exploração de empresas e empreendimento minerários, pois conjugam uma política pública mineral capturada pelo interesse corporativo das multinacionais e do mercado financeiro nacional e internacional, que mantêm o extrativismo enraizado nos países, como base da dependência econômica.

O território da comunidade São Joaquim, não escapa dessa lógica de exploração. Situada no bioma Cerrado, reconhecido por sua biodiversidade e importância ambiental, a comunidade enfrenta o avanço da mineração que ameaça sua relação histórica e cultural com a terra. Para além da degradação ambiental, os impactos da mineração afetam diretamente os modos de vida tradicionais, comprometendo a autonomia territorial e perpetuando as desigualdades sociais enfrentadas pela comunidade. Nesse cenário, emerge uma luta pela preservação do território, que se torna também uma luta pela existência e resistência enquanto quilombolas. Sobre esse tema, Chaveiro (2017, p. 45) apresenta:

As reflexões em torno dos sujeitos sociais, de populações tradicionais, etnia, identidades, diversidade sociocultural, cultura ecológica, mesmo que feitas sob diferentes perspectivas teóricas e ideológicas, colocam em cena um problema de ordem concreta: a precarização do viver. A ordem filosófica pode ser problematizada: “como viver neste mundo?”. Esta pergunta, estamos certos, envolve a reflexão do território, de seus sentidos, de seus atravessamentos, de seus conflitos – e de suas possibilidades. Envolve diretamente isso: a consecução da vida

E possível compreender que Chaveiro (2017), convida a uma reflexão sobre a complexidade das relações humanas com o território e a vida em sociedade, especialmente no contexto das populações tradicionais e da diversidade sociocultural. Ao questionar “como viver neste mundo?”, abre-se espaço para considerar as dinâmicas de poder, os conflitos ambientais e as desigualdades sociais que permeiam esses espaços. Essas questões evidenciam a urgência de práticas sustentáveis e de políticas públicas que garantam a dignidade e a preservação dos modos de vida, reconhecendo o território não apenas como recurso, mas como espaço de significados, memórias e possibilidades. E, sobre o território o ativista negro Nascimento (2002, p. 269) destaca que:

Não é possível pensar o território sem pensar o corpo que o habita, o espírito que o guia e a coletividade que o sustenta. O território quilombola não é só chão, é um organismo vivo que pulsa ancestralidade, que resiste às violências e reconstitui formas de viver. Destruir esse território é tentar apagar uma história, um saber, um modo de existência que desafia as lógicas predatórias do capital.

Inspirado nas análises anticoloniais de Santos (2022), podemos identificar como o colonialismo, em sua versão contemporânea, continua atuando na exploração predatória de territórios quilombolas como São Joaquim. O saber científico, frequentemente cooptado por interesses econômicos, serve para legitimar práticas extrativistas que reproduzem a lógica colonial de expropriação, tratando terra e recursos como simples mercadorias e negligenciando as dimensões culturais e espirituais que esses espaços representam para comunidades negras.

Como argumenta Nóbrega (2017), a conexão com o território transcende a esfera econômica: configura-se como espaço de memória ancestral, convivência comunitária e resistência histórica. Ao devastar o Cerrado e violar os modos de vida quilombolas, o colonialismo capitalista não se limita a destruir a biodiversidade - ele também corrompe sistemas de conhecimento tradicionais e rompe elos ancestrais. De acordo com Leroy (2011, p. 6):

Humanizar o território significa reconectar esse território, a produção, a vida, a população com a sua base material e natural na sua imensa diversidade socioambiental. É assim que a práxis da justiça ambiental, enquanto luta de populações para que sejam respeitados e/ou restabelecidos o seu laço e a sua integração com o seu meio ambiente, contribui para que sejam construídos outros projetos de futuro, numa outra relação do ser humano com a natureza.

Conforme analisa Antonino (2019), as corporações mineradoras desenvolvem estratégias discursivas sofisticadas para construir legitimidade social e política, utilizando um vocabulário sedutor que inclui termos como "progresso", "desenvolvimento" e "soberania nacional". Esses discursos, cuidadosamente elaborados, apresentam a mineração como

atividade essencial para a modernização do país, criando uma narrativa aparentemente irrefutável que acaba sendo assimilada e reproduzida pela população.

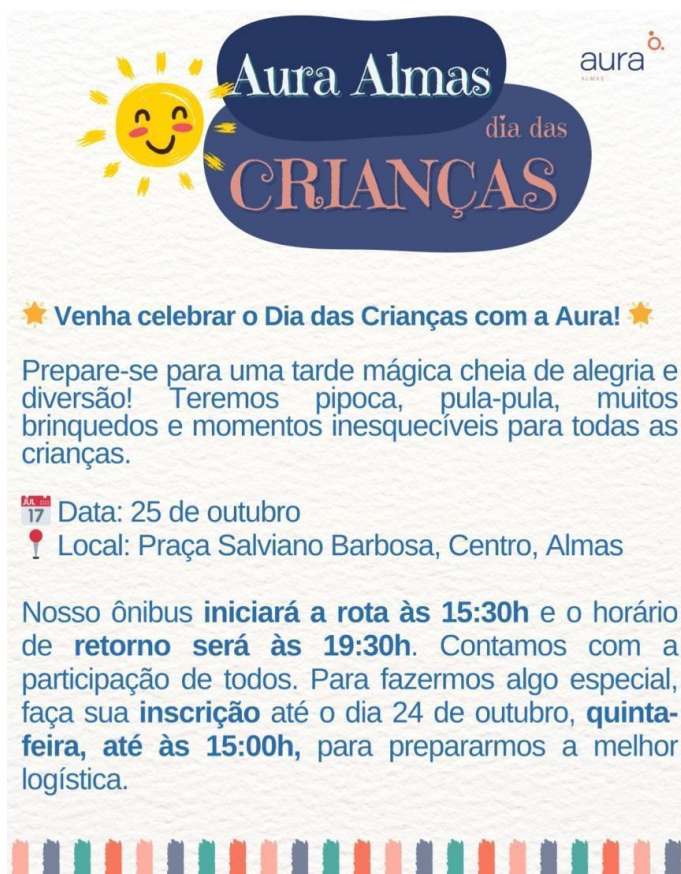
O estudo revela um paradoxo preocupante: mesmo comunidades diretamente impactadas pelos conflitos socioambientais da mineração podem manifestar apoio às empresas extrativas. Essa aparente contradição deriva de múltiplos fatores estruturais: (1) a dependência econômica gerada pela ausência de alternativas de emprego em regiões dominadas pelo setor mineral; (2) as condições precárias de vida que tornem as promessas das mineradoras atraentes; (3) a disseminação sistemática de informações parciais ou enganosas; e (4) o desconhecimento generalizado sobre direitos fundamentais e mecanismos de proteção ambiental.

De acordo com Antonino (2019) esse processo resulta na fragmentação do tecido social, criando divisões internas nas comunidades afetadas. A retórica corporativa, ao associar a mineração a valores nacionais e desenvolvimento tecnológico, consegue obscurecer seus reais impactos, transformando uma atividade econômica particular em causa supostamente coletiva. Essa estratégia de marketing territorial e social revela-se particularmente eficaz em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, onde a população, pressionada pela necessidade imediata de sobrevivência, acaba por internalizar e defender interesses que, em última análise, ameaçam seus próprios territórios e modos de vida.

Esse processo de convencimento evidencia o poder das narrativas corporativas, que conseguem penetrar profundamente no imaginário social, criando uma percepção de que a mineração é indispensável para o progresso e o bem-estar coletivo. No entanto, tal discurso muitas vezes mascara os impactos socioambientais negativos que essas atividades geram, como a degradação dos ecossistemas, a precarização das condições de vida das comunidades afetadas e a perpetuação de desigualdades sociais.

A retórica sedutora, ao romantizar o desenvolvimento a qualquer custo, ofusca debates mais críticos sobre modelos alternativos de desenvolvimento sustentável que possam garantir justiça social e preservação ambiental. No intuito de convencer a população e mascarar os problemas ambientais, sociais e econômicos promove eventos e patrocina várias festas. Na Figura 16 - Convite para comemoração do Dia das Crianças, divulgado pela mineradora Aura via WhatsApp em Almas, TO a seguir, será apresentado um convite divulgado pela mineradora Aura via *Status* do WhatsApp para a comemoração do Dia das Crianças no ano de 2024 em Almas, TO.

Figura 16 - Convite para comemoração do Dia das Crianças, divulgado pela mineradora Aura via WhatsApp em Almas, TO



Fonte: Aura Minerals(2020).

A festa promovida pela mineradora Aura, como a comemoração do Dia das Crianças, pode ser entendida como uma estratégia de marketing social que busca criar uma imagem positiva da empresa perante a comunidade. Ao oferecer eventos e benefícios aparentemente altruístas, a empresa pode desviar a atenção dos impactos ambientais e sociais gerados pela mineração, como a degradação do solo, a contaminação da água e a perda de territórios tradicionais. Essas ações, embora pareçam benéficas em um primeiro momento, podem contribuir para a desmobilização da comunidade em relação às críticas e reivindicações, uma vez que criam uma relação de dependência e gratidão. Dessa forma, a festa pode servir como um mecanismo de neutralização de conflitos, amenizando a percepção dos problemas reais e fortalecendo a aceitação da atividade mineradora na região.

Empresas de mineração frequentemente operam em territórios ricos em recursos naturais, muitas vezes com impactos ambientais significativos, como desmatamento, poluição de rios e degradação do solo. No entanto, para suavizar sua imagem, essas empresas costumam realizar eventos comunitários ou programas de responsabilidade social corporativa que servem como “compensação simbólica”. Esse tipo de estratégia pode ser visto como uma forma de

mascarar os impactos negativos e conquistar apoio da comunidade local, facilitando sua operação e expansão.

Promover eventos culturais, recreativos ou sociais é uma estratégia comum para ganhar a confiança da população local. Isso pode ser interpretado como uma tentativa de desviar a atenção dos impactos ambientais (como desmatamento, poluição hídrica e perda de biodiversidade) e sociais (deslocamento de comunidades, precarização do trabalho). Ao envolver crianças e famílias, a empresa visa estabelecer uma relação emocional, diminuindo as críticas à sua atuação.

A discussão desenvolvida neste trabalho corrobora as análises de Santos (2005, p.46), que afirma: "a dialética espacial no Terceiro Mundo se estabelece precisamente entre o Estado-Nação e as atividades modernizantes, especialmente as corporações transnacionais e os oligopólios". A atividade mineradora personifica essa relação dialética, articulando múltiplos níveis de poder em um processo espacial monopolista e paradoxal, caracterizado por transformações permanentes e embates entre agentes sociais, políticos, econômicos e culturais.

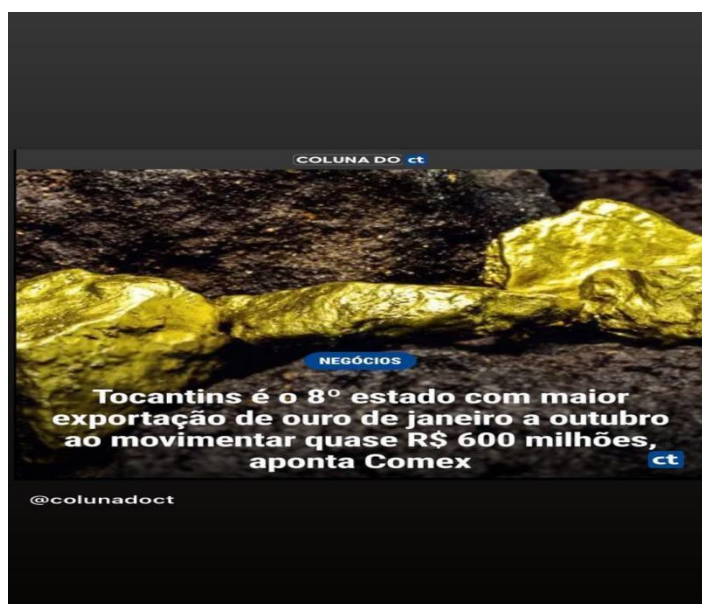
Esta realidade demonstra a intrincada tessitura territorial da globalização, onde tais interações reconfiguram profundamente o cotidiano das populações. Como complementa Santos (2007), o Estado mantém uma função central na expansão da reprodução capitalista, ao adequar o território para essas atividades econômicas. Desta forma, as resistências populares frente aos territórios de exploração mineral necessariamente colocam em xeque as contradições inerentes às estruturas estatais. Neste contexto, Antonino (2019, p.289) salienta que:

Vive-se, atualmente sobre a égide em que a demanda capitalista subordina todo o resto da sociedade. Não se pensa uma economia na reutilização dos minérios ou dos rejeitos gerados, pelo contrário, no Brasil e na América Latina houve uma grande intensificação da mineração nos últimos vinte anos, tudo isso correlacionado a uma globalização perversa de um sistema-mundo de usos e descartes de materiais provenientes de minerais. Uma sociedade do consumo exacerbado, que jamais pensaria uma sociedade e sua economia valorizando os minérios e os patrimônios geológicos preservados na natureza, cujas trajetórias de bilhões de anos para ser formar e no qual são, também, responsáveis, pela biodiversidade do planeta, pela questão climática e pela preservação de povos no campo e de comunidades tradicionais mundo afora.

Na Figura 17 - Reportagem sobre a exportação de ouro no Tocantins e seus impactos socioambientais, a seguir apresentaremos uma reportagem que destaca o Tocantins como o 8º estado brasileiro em exportação de ouro, com uma movimentação de quase R\$600 milhões entre janeiro e outubro de 2024. Embora esses números possam sugerir progresso econômico, a reportagem também chama atenção para os impactos socioambientais associados à atividade mineradora, especialmente em áreas rurais e comunidades tradicionais, como quilombolas e

camponeses. A exploração de ouro, embora lucrativa, frequentemente gera conflitos territoriais, degradação ambiental e ameaças aos modos de vida dessas populações, levantando questionamentos sobre o custo real desse “progresso”.

Figura 17 - Reportagem sobre a exportação de ouro no Tocantins e seus impactos socioambientais



Fonte: Toledo (2025).

O crescimento da mineração, embora economicamente relevante, traz uma série de problemas para as populações locais. Comunidades quilombolas, camponesas e indígenas frequentemente enfrentam a perda de territórios, poluição dos recursos hídricos, degradação ambiental e a destruição de seus modos de vida. Essas atividades não só desestruturam o equilíbrio ecológico como também desrespeitam os direitos territoriais e culturais dessas populações. De acordo com Svampa (2013), o modelo neoextrativista revela uma faceta prejudicial em sua aplicação local, gerando impactos expressivos tanto nos territórios que abrigam seus empreendimentos quanto nas comunidades que ali vivem. O autor aponta que

El neoextractivismo instala una dinámica vertical que irrumpe en los territorios y a su paso va desestructurando economías regionales, destruyendo biodiversidad y profundizando de modo peligroso el proceso de acaparamiento de tierras, al expulsar o desplazar a comunidades rurales, campesinas o indígenas, y violentando procesos de decisión ciudadana (Svampa, 2013, p. 34).

A disputa pelo Cerrado, exemplificada pela resistência da comunidade quilombola de São Joaquim, evidencia a necessidade urgente de repensar os modelos de desenvolvimento

impostos pelo capital minerário. Essa luta vai além da preservação ambiental, representando a defesa de uma forma de vida que integra território, cultura e identidade. As práticas tradicionais dessa comunidade reafirmam a conexão profunda entre os povos e o Cerrado, seja na formação de suas casas, em suas festas religiosas ou em suas plantações, resistindo às forças que tentam fragmentar e mercantilizar o que é coletivo e ancestral.

4. A COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO JOAQUIM EM PORTO ALEGRE DO TOCANTINS: AMEAÇAS DA MINERAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo analisar os efeitos da mineração na comunidade quilombola São Joaquim, destacando suas características socioculturais e ambientais. Inicialmente, é apresentado o perfil da comunidade, abordando suas tradições, como danças e festejos, e suas práticas produtivas locais, que refletem uma relação harmoniosa com o território. Além disso, será explorada a conexão da comunidade com o cerrado, enfatizando sua importância cultural e os esforços para sua preservação.

Em seguida, a pesquisa deste capítulo analisa as ameaças impostas pela mineração, que colocam em risco não apenas o meio ambiente, mas também o modo de vida tradicional da comunidade. Por fim, são interpretadas as possíveis estratégias de resistência que os quilombolas podem adotar para enfrentar os impactos negativos da atividade mineradora, garantindo a proteção de seus direitos e de seu território.

4.1 A comunidade são joaquim

Para compreendermos melhor sobre a comunidade alvo da pesquisa, é analisado a quantidade de habitantes e o perfil demográfico, que destaca a diversidade e as características da população local. Em seguida, é analisado os tipos de produção local, explorando as práticas agrícolas, tanto as roças de antigamente quanto as atuais, o que permite uma comparação entre os métodos tradicionais e contemporâneos. Além disso, são discutidas as atividades culturais, incluindo festas, danças e tradições que permeiam o cotidiano da comunidade. Por fim, é examinado a relação dos moradores com o Cerrado, enfatizando os saberes e fazeres locais, bem como a importância ecológica desse bioma para a vida e a identidade da comunidade São Joaquim.

A Comunidade São Joaquim no ano de 2024 era composta por 40 famílias remanescentes de escravos, algumas das quais migraram de Natividade e Almas, trazidas por Bernardo Homem, um dos primeiros habitantes da região. Este grupo representa uma mistura de bandeirantes e proprietários de escravos de minas, refletindo uma rica história cultural e social (Valadares *et al.*, 2024). No ano de 2025, conforme informação dos moradores já chegaram a 42 famílias.

Um aspecto importante a ser destacado é a falta de informações sobre o perfil demográfico da Comunidade Quilombola São Joaquim. Essa carência de dados se torna evidente ao tentarmos acessar portais como a Fundação Cultural Palmares e o IBGE, onde as informações são escassas ou difíceis de encontrar. Essa lacuna pode gerar sérias dificuldades na análise do impacto da mineração na comunidade, pois sem um entendimento claro sobre a composição demográfica, como idade, gênero e ocupação, torna-se complicado avaliar como esses fatores influenciam a vulnerabilidade social e os efeitos das atividades mineradoras.

A ausência de dados também dificulta a formulação de políticas públicas adequadas que atendam às necessidades específicas da comunidade, comprometendo a preservação de sua identidade cultural e territorial. Portanto, é fundamental que se busquem alternativas para coletar e sistematizar essas informações, a fim de promover estudos mais aprofundados e embasados sobre a realidade vivida pelos moradores.

O território é um elemento essencial na construção da identidade étnica, sendo um aspecto central da estrutura social. A permanência na terra não é regulada por categorias formais de propriedade, mas sim pelo próprio grupo, que estabelece, por meio do “direito costumeiro”, as regras que orientam todos os aspectos da vida social. As formas de acesso à terra incorporam dimensões simbólicas e relações sociais. A conexão profunda do grupo com a terra revela uma relação social complexa e indica a terra como um verdadeiro território (Ribeiro Neto e Lira, 2017).

Os modos de produção na Comunidade Quilombola São Joaquim refletem uma relação profunda com o território, sua agricultura desempenhou um papel central na vida da comunidade, moldando suas práticas sociais e econômicas. A produção era baseada em sistemas tradicionais que valorizavam a diversidade de culturas e a sustentabilidade, priorizando a segurança alimentar e o fortalecimento da identidade coletiva. Nesse contexto, as roças se tornaram não apenas um meio de subsistência, mas também um espaço de interação social e preservação de saberes ancestrais.

Ao analisar o modo de produção da comunidade São Joaquim, é possível observar a adoção do sistema de roças, com uma forte ênfase na agricultura de subsistência. Anteriormente a comunidade cultivava arroz, milho, feijão, mandioca e fava em roças de toco, destinando esses produtos exclusivamente para consumo próprio. Com a criação de uma associação e o apoio do Governo Federal e Estadual, os moradores começaram a comercializar seus produtos localmente. A colheita ocorre de acordo com o ciclo de plantio; por exemplo, se a plantação é realizada em novembro, a colheita acontece em fevereiro (Valadares *et al.*, 2024).

De acordo com Lima (2022), a roça de toco consiste na derrubada e queima de uma pequena parte da vegetação, permitindo o plantio nessa área por um período de dois a três anos. Durante esse processo, toda a vegetação removida, incluindo árvores, folhas e frutos, é aproveitada ao máximo. Por exemplo, a madeira é utilizada na construção de casas, como lenha ou carvão, enquanto a folhagem e as raízes servem como adubo. Após o ciclo de plantação e colheita, a área é preservada, permitindo que a vegetação se regenere naturalmente.

Os modos de produção agrícola da comunidade passaram por transformações significativas ao longo dos anos. No passado, as práticas agrícolas eram centradas nas roças de toco, onde a comunidade cultivava manualmente uma diversidade de culturas, como arroz, milho, feijão e mandioca. Essas roças representavam não apenas uma fonte de alimento, mas também um espaço de convivência e transmissão de saberes tradicionais. A agricultura de subsistência garantia que as famílias tivessem o que comer, promovendo a autossuficiência e a conexão com a terra.

Com o passar do tempo e a introdução de novas tecnologias, as práticas agrícolas na comunidade mudaram. Atualmente (no ano de 2025), a agricultura mecanizada se tornou uma realidade, com o uso de tratores e equipamentos modernos, facilitando o cultivo e aumentando a eficiência da produção. No entanto, essa mudança também levanta questões sobre a preservação das práticas tradicionais e a identidade cultural da comunidade.

Figura 18 - Cultivo Manual: A Conexão entre Práticas Tradicionais e o Crescimento Sustentável



Fonte: Autora(2024).

Em ambas as áreas de cultivo foram cuidadas manualmente, a primeira imagem da Figura 18 - Cultivo Manual: A Conexão entre Práticas Tradicionais e o Crescimento Sustentável, que apresenta um canteiro pequeno com plantas em crescimento, indica um cultivo artesanal, onde cada planta foi plantada de forma manual. Já a segunda imagem, mostrando plantas no chão ou em vasos ao lado do canteiro, complementa essa abordagem, revelando técnicas que priorizam a diversidade e a adaptação ao espaço disponível. É possível observar que para a comunidade existe uma importância do trabalho manual e a conexão da comunidade com suas práticas agrícolas, ressaltando uma combinação de tradição e cuidado na produção local e ancestral.

Figura 19 - Diversidade de Cultivos: Cebolinhas e Mandioca em Harmonia



Fonte: Autora (2024).

Na Figura 19 - Diversidade de Cultivos: Cebolinhas e Mandioca em Harmonia na imagem a direita, os vasos com cebolinhas; já à esquerda, é possível ver diversos pés de mandioca. Ambas as fotos ilustram como a comunidade equilibra a produção eficiente com a preservação de suas raízes culturais, integrando inovação e saberes ancestrais. De acordo com Lima (2022), as Comunidades Quilombolas do Tocantins desempenham um papel crucial na conservação do Cerrado, vivendo nessa região há gerações e contribuindo para a mitigação dos impactos ambientais e das mudanças climáticas.

Elas representam formas alternativas de organização comunitária e livre, sustentando-se principalmente por meio da agricultura familiar e do extrativismo. Os saberes e práticas herdados ao longo dos anos são compartilhados entre os membros, promovendo a conservação dos ecossistemas através do cuidado com a biodiversidade, a manutenção dos ciclos naturais e a redução das emissões de carbono. As boas práticas se manifestam na forma como cuidam das

águas, das sementes, do solo, na maneira como cultivam e criam seus animais, e na sua relação harmoniosa com o meio ambiente, essencial para a manutenção da vida (Lima, 2022).

Figura 20 - Riqueza de Sabores: Taioba e Banana na Agricultura Quilombola



Fonte: Autora (2024).

À esquerda e à direita da Figura 20 - Riqueza de Sabores: Taioba e Banana na Agricultura Quilombola, amostram a riqueza de cultivos da comunidade, um pé de taioba e um pé de banana, respectivamente. A taioba, uma folhosa nutritiva, simboliza a alimentação local, enquanto o pé de banana representa uma fonte importante de sustento e sabor. Juntas, essas plantas ressaltam a diversidade agrícola da comunidade, refletindo práticas que priorizam a alimentação saudável e a conexão com a terra, além de evidenciar a sabedoria ancestral que sustenta essas culturas.

A comparação entre as roças de antigamente e as atuais revela um contraste entre a diversidade e a autossuficiência das práticas tradicionais e a eficiência e a escala da agricultura contemporânea. Enquanto as roças antigas promoviam uma relação mais íntima com a terra e a biodiversidade, as novas práticas podem levar a uma homogeneização das culturas e à dependência de insumos externos. Portanto, a comunidade enfrenta o desafio de equilibrar a modernização da agricultura com a preservação de suas raízes culturais, buscando um modelo que respeite tanto a tradição quanto a inovação.

Outro aspecto relevante da Comunidade São Joaquim são suas práticas culturais e religiosas. Os moradores preservam rituais de cultos religiosos, com destaque para os Festejos de Santos Reis, comemorados anualmente no dia 6 de janeiro. Durante essa festividade, a comunidade se reúne para preparar bolos assados em forno de barro, além de oferecer vinho de jenipapo e cachaça da terra, como documentado na Figura 21 - Festejos de Santos Reis. Essas manifestações culturais são fundamentais para a construção da identidade territorial da comunidade, pois preservam a religiosidade, um elemento cultural significativo em comunidades negras rurais (Valadares *et al.*, 2024)

Figura 21 - Festejos de Santos Reis



Fonte: Autora, 2024).

As estruturas físicas presentes no quilombo refletem a rica herança cultural e a organização social da comunidade. Essas construções, que incluem residências, espaços de convivência, áreas de cultivo e locais de prática religiosa, são fundamentais para a manutenção das tradições e do modo de vida quilombola. Cada espaço é cuidadosamente planejado para atender às necessidades da comunidade, promovendo a interação social e o fortalecimento dos laços comunitários. A seguir, apresentaremos algumas imagens que ilustram essas importantes estruturas, evidenciando a relação entre o ambiente construído e a identidade cultural dos quilombolas.

A primeira imagem da Figura 22 - estruturas habitacionais no quilombo que apresentaremos destaca, à direita, uma casa de adobe na comunidade, simbolizando a tradição e a conexão com os recursos naturais locais. Construída com materiais disponíveis na região,

essa estrutura reflete as técnicas ancestrais dos quilombolas, que priorizam a sustentabilidade e a harmonia com o meio ambiente. À esquerda, encontramos uma casa de alvenaria, que representa a adaptação do quilombo às influências modernas e às exigências contemporâneas. Essa diversidade arquitetônica não apenas exemplifica a evolução do espaço habitacional, mas também ilustra a coexistência de práticas tradicionais e novas abordagens, mostrando como a comunidade se adapta ao longo do tempo, preservando sua identidade cultural enquanto incorpora inovações. A comparação entre essas duas estruturas revela a riqueza da história e das vivências dos quilombolas, refletindo suas escolhas e desafios na construção de um lar.

Figura 22 - estruturas habitacionais no quilombo



Fonte: (Autora, 2024).

Outro elemento identitário e cultural é o Casarão de D. Joana, na Figura 23 - Casarão de D. Joana no quilombola São Joaquim está um marco histórico da comunidade, a arquitetura tradicional da região, que carrega consigo memórias e histórias de resistência e ancestralidade. O casarão simboliza a conexão da comunidade com suas raízes e a preservação de sua identidade cultural, mesmo diante dos desafios impostos pela modernização e pela expansão das atividades mineradoras nas proximidades.

Figura 23 - Casarão de D. Joana no quilombola São Joaquim



Fonte: Autora (2024).

Já na Figura 24 - Forno caseiro de barro e placa de identificação da Comunidade Quilombola São Joaquim a seguir, é possível observar dois e que expressam o lugar de afetividade da Comunidade Quilombola São Joaquim. À esquerda, o forno de barro muito utilizado, o trabalho coletivo e as tradições que alimentam não só o corpo, mas também a identidade cultural. À direita, a placa de identificação representa a luta e a vitória pelo reconhecimento do território, um marco de resistência e pertencimento.

Figura 24 - Forno caseiro de barro e placa de identificação da Comunidade Quilombola São Joaquim



Fonte: Autora (2024).

Os quintais da comunidade são expressões significativas do território, frequentemente rodeados por árvores frutíferas, como pés de manga, além de outras plantas nativas do cerrado. Esses espaços não apenas embelezam a paisagem, mas também desempenham um papel crucial na sustentabilidade local, fornecendo alimentos e ervas que sustentam as famílias. A presença de fornos caseiros de barro, como na Figura 24, e comuns em muitos quintais, ressalta a relação

íntima entre a comunidade e seu território, onde práticas culinárias tradicionais se entrelaçam com a utilização dos recursos naturais disponíveis.

Figura 25- Exemplo de quintal presente na comunidade



Fonte: Autora (2025).

Além disso, os quintais frequentemente abrigam pequenas casinhas feitas de madeira e palha, que servem como depósitos para guardar diversos utensílios e materiais. Essas construções, com telhados de palha bem estalados, são representativas da arquitetura vernacular da região e refletem a adaptação dos moradores às condições do território. A seguir, apresentaremos a Figura 26 - Casas de adobe, palha e madeira, que ilustram tanto os quintais com suas árvores e fornos de barro quanto as casinhas que compõem este cenário geográfico e cultural tão emblemático da comunidade.

Figura 26 - Casas de adobe, palha e madeira



Fonte: Autora (2024).

Consta na memória dos habitantes mais velhos da comunidade que os primeiros moradores são povos oriundos de Pilão Arcado na Bahia, e que foram trazidos pelo bandeirante Bernardo Homem para trabalharem como escravos nas minas de ouro da região. Nessa época existia o capitão do mato que antes trabalhava como bandeirante, e logo depois passou a ser um mandado pelos seus para capturar os negros que fugiam das “senzalas”, como aponta Dona Domingas (Valadares, 2012).

Inicialmente, a comunidade de São Joaquim era composta por poucas famílias, que viviam da agricultura de subsistência, pesca e do extrativismo vegetal. Esses primeiros habitantes enfrentaram inúmeros desafios, incluindo a falta de acesso a terras legalizadas, perseguições de fazendeiros e autoridades locais, e o isolamento geográfico. Contudo, a união e a forte identidade cultural auxiliaram na sobrevivência e crescimento da comunidade (Xavier, 2019).

Como uma forma de compreendermos de forma mais profunda sobre os aspectos identitários e religiosos foi realizado uma entrevista com uma moradora da Comunidade Quilombola São Joaquim, uma mulher de 50 anos, com ensino fundamental incompleto. Ela informou que a festa de Santo Reis, um evento repleto de significado e tradição, é celebrada na comunidade há mais de cem anos. Iniciada pelo Sr. Alexandre, essa celebração foi mantida por Dona Eva Barbosa Furtado dos Santos, que assumiu a responsabilidade de preservar a devoção após a morte do patriarca. A entrevistada destacou a importância espiritual e comunitária desse festejo, que se tornou um pilar de fé e esperança para os moradores, especialmente em momentos difíceis.

A entrevistada relatou que, após a doença do Senhor Alexandre, a festa foi interrompida e, coincidentemente, a comunidade enfrentou uma série de perdas: "Toda vez que chegava perto do dia seis de janeiro, morria uma pessoa da família." Essa conexão entre a celebração e os eventos trágicos levou Dona Eva a fazer uma promessa, e desde que retomaram os festejos, a entrevistada observou: "A partir do dia que retomou a festa, não aconteceu mais nenhum desando na família."

Os festejos incluem a levantada do mastro, o terço, as folias e o forró, criando um ambiente de união e alegria. A entrevistada explicou que "os foliões percorrem a região à noite e, a partir do dia primeiro de janeiro, chega na casa do imperador no dia seis de janeiro." Ela também reafirmou o desejo da comunidade de preservar suas tradições: "Nóis quer muito permanecer no nosso território e continuar com a tradição dos nossos ancestrais." Essa determinação evidencia o valor da memória e da cultura na vida da Comunidade São Joaquim,

por esse motivo e também para compreendermos melhor suas visões religiosas optamos por trazer um trecho de um canto de Santos Reis, popularmente cantada pela comunidade:

Canto de Santos Reis: Boa noite, boa noite. Alegre cheguei cantando / É uma despedida de festa e entrada do novo ano / Abre a porta e acende a luz / Menino vem ver quem é / São os cantadores de reis / E quem mandou foi São José / Graças a Deus estamos cantando / Na casa de um folião / Ele é devoto de Senhor Santo Reis / E está com ele hoje nas mãos.

A Comunidade São Joaquim é um grupo étnico-cultural que possui características afrodescendentes peculiares. Os moradores buscam preservar seus aspectos históricos em um processo contínuo de afirmação de identidade. Com uma rica história e conhecimentos raros, a comunidade merece atenção especial de Secretarias Municipais, Universidades, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Institutos de Pesquisa. É essencial observar, analisar e conservar os patrimônios culturais para as gerações futuras, garantindo que as histórias de comunidades tradicionais, como a de São Joaquim, não se percam no tempo. Portanto, o resgate de estudos sobre essas comunidades representa a história do modo de vida de parte do povo brasileiro (Valadares *et al.*, 2024).

É pertinente ressaltar que as escolas quilombolas desempenham um papel fundamental na formação de uma consciência crítica, promovendo o resgate das identidades culturais e o fortalecimento da territorialidade. O ensino voltado à realidade local busca capacitar as novas gerações para enfrentar os desafios impostos pelas atividades mineradoras e pelo desrespeito aos direitos territoriais das comunidades quilombolas (Borges, 2023). A Figura 11 apresenta a Escola Municipal São Joaquim, localizada no município de Porto Alegre do Tocantins. A imagem da Figura 26 - Foto da Escola Municipal São Joaquim no município de Porto Alegre do Tocantins, simboliza a importância da educação como ferramenta de resistência e fortalecimento da identidade quilombola.

Figura 27 - Foto da Escola Municipal São Joaquim no município de Porto Alegre do Tocantins



Fonte: Autora (2024).

A escola extinta na comunidade quilombola São Joaquim representa um retrocesso para os direitos da comunidade e representa o descaso do poder público com a educação quilombola. A educação em territórios quilombolas é um direito garantido pela Constituição e por normativas específicas, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. No entanto, a realidade mostra que esses direitos são frequentemente negligenciados, deixando comunidades como São Joaquim desprovidas de uma instituição de ensino que valorize e respeite sua cultura e história.

A escola não era apenas um espaço de aprendizado formal, mas também um lugar de preservação da identidade cultural e fortalecimento da comunidade. Com seu fechamento, as crianças e jovens da comunidade são obrigados a percorrer longas distâncias até escolas em outras localidades, enfrentando dificuldades de deslocamento, falta de infraestrutura adequada e, muitas vezes, um ambiente escolar que não contempla sua identidade quilombola. Isso gera um impacto direto na permanência dos alunos na escola e no seu rendimento acadêmico.

A decisão de extinguir a escola reflete uma política de invisibilização das comunidades quilombolas, ignorando sua autonomia e o direito a uma educação que respeite suas especificidades históricas e culturais. Além disso, essa ação se soma às diversas formas de violência institucional que os quilombolas enfrentam cotidianamente, desde a negação de direitos territoriais até a falta de acesso a serviços públicos básicos.

A extinção da escola de São Joaquim não é um caso isolado. Em todo o Brasil, diversas escolas quilombolas são fechadas sob justificativas burocráticas, como o número reduzido de alunos. No entanto, essa é uma lógica que desconsidera a necessidade de adaptação do ensino

para as realidades dessas comunidades. Ao invés de fortalecer a educação quilombola, o Estado tem contribuído para o seu apagamento, contrariando princípios constitucionais e normativas internacionais de direitos humanos.

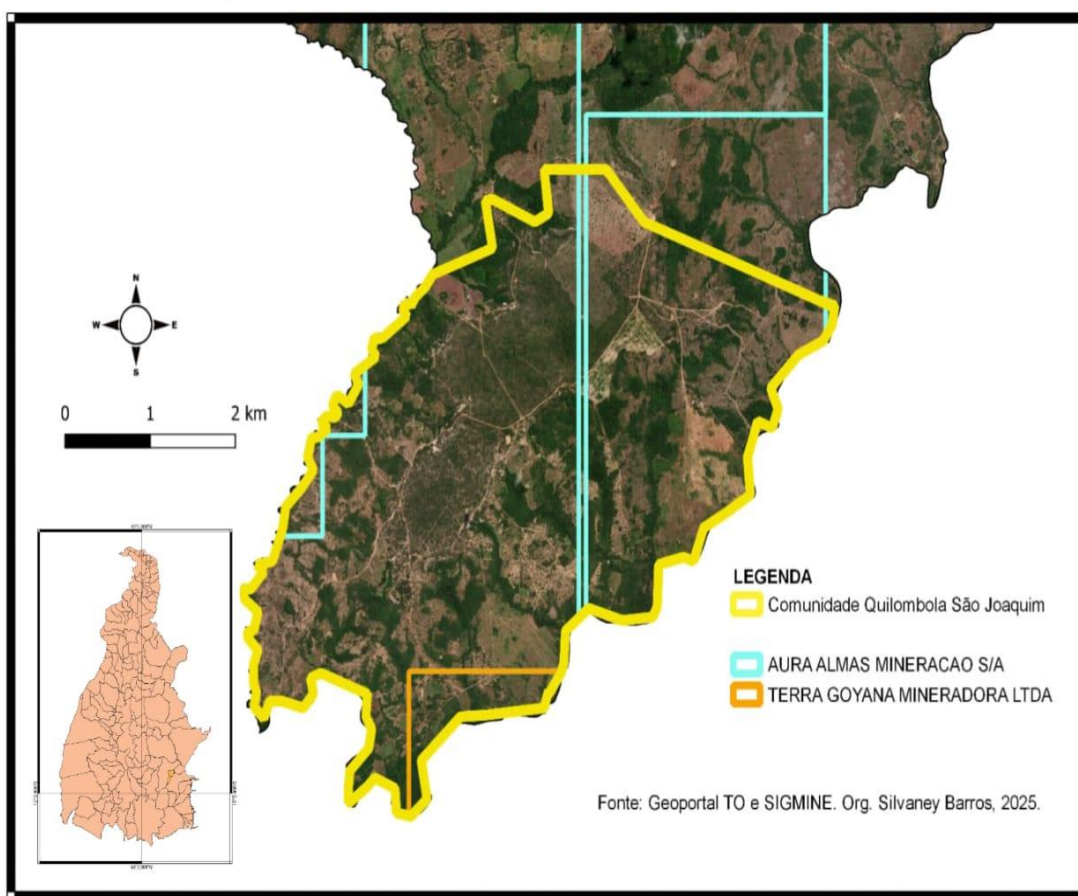
4.2 A Ameaça da Mineração

A mineração, embora frequentemente apresentada como um motor de desenvolvimento econômico, impõe ameaças significativas e multifacetadas à Comunidade Quilombola São Joaquim. As operações mineradoras não só comprometem a integridade ambiental, com a contaminação de recursos hídricos e a degradação do Cerrado, mas também desestruturam o tecido sociocultural da comunidade, impactando diretamente o modo de vida tradicional e gerando profundas divisões internas. A exploração mineral representa um risco existencial para a comunidade, que vê seu território, sua cultura e sua subsistência ameaçados pela expansão dessa atividade.

Para que possamos compreender como a mineradora se relaciona com o território quilombola, será necessário olharmos e analisarmos os mapas da Figura 28 - Área de mineração da comunidade quilombola São Joaquim de Porto Alegre do Tocantins é crucial para compreender as dinâmicas econômicas da região e a extensão da atividade mineradora. Esses mapas, ao delinear as áreas de autorização de pesquisa, concessão de lavra, licenciamento, requerimento de lavra garimpeira e requerimento de pesquisa, oferecem uma representação clara da intensificação da exploração mineral na área. Essa sobreposição de interesses econômicos e a expansão das atividades mineradoras no território circundante à Comunidade Quilombola São Joaquim evidenciam a pressão crescente sobre os recursos naturais e o modo de vida das populações tradicionais, ilustrando a complexidade dos desafios enfrentados pela comunidade.

Figura 28 - Área de mineração da comunidade quilombola São Joaquim de Porto Alegre do Tocantins

ÁREA DE MINERAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO JOAQUIM - PORTO ALEGRE/TO



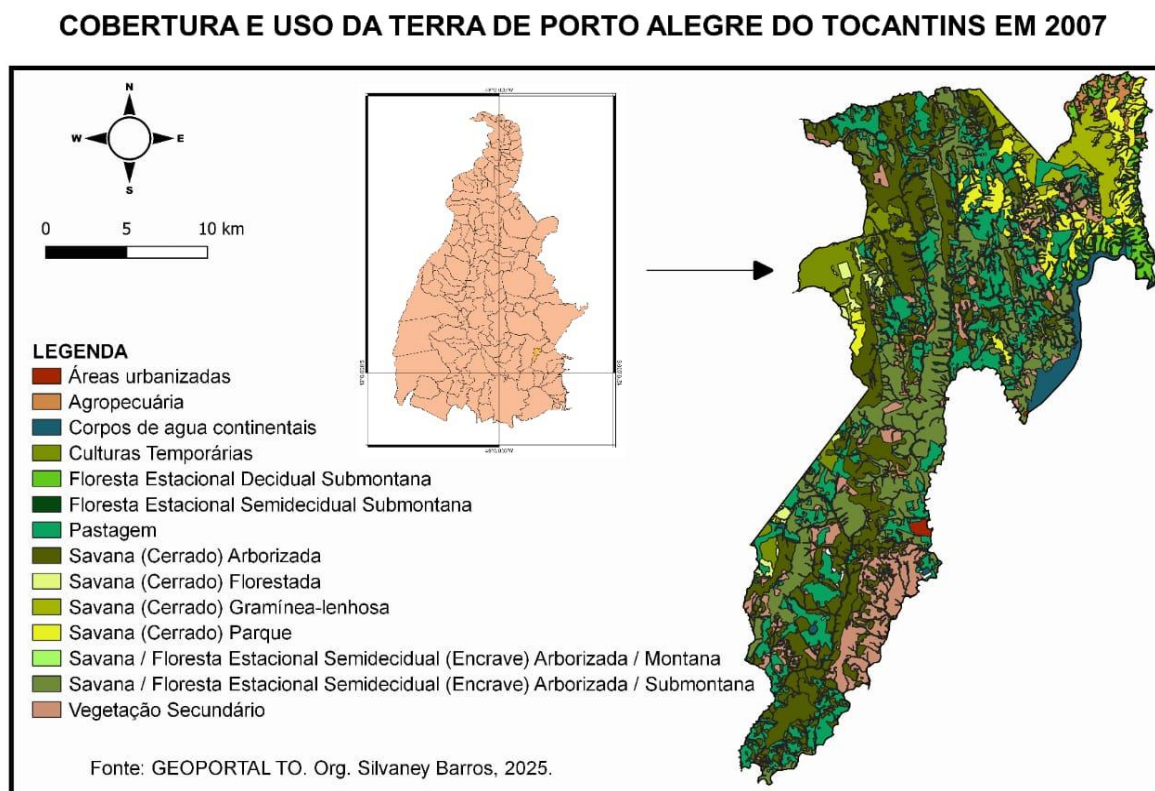
Fonte: (Barros, 2025).

Ao analisarmos o mapa acima, constata-se a iminente ameaça territorial que paira sobre a Comunidade Quilombola São Joaquim. A representação visual das áreas de concessão da Aura Almas Mineração S/A e da Terra Goyana Mineradora LTDA em estreita proximidade, e até mesmo em sobreposição, com os limites da comunidade quilombola, sublinha a vulnerabilidade do território tradicional. Este cenário cartográfico não apenas ilustra a invasão potencial do espaço físico, mas também prefigura as "fraturas territoriais e sociais" (Gonçalves, 2016) discutidas ao longo deste estudo, evidenciando como a atividade mineradora se insere diretamente no cotidiano e na subsistência da comunidade, pondo em risco não apenas o meio ambiente, mas o modo de vida tradicional e a própria identidade cultural quilombola.

Figura 29 - Ocorrências minerais nos municípios de Almas e Porto Alegre do Tocantins

Fonte: Barros (2025).

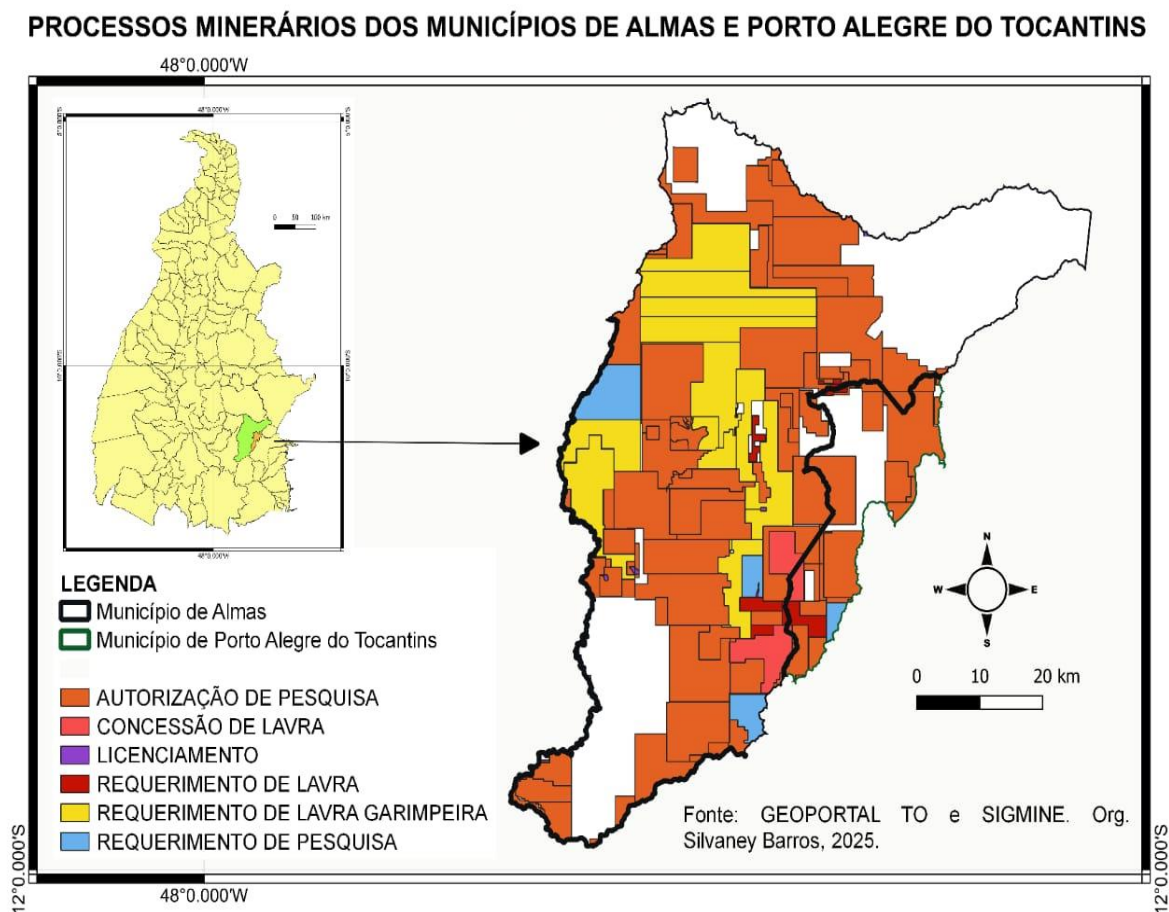
O mapa acima na Figura 29 - Ocorrências minerais nos municípios de Almas e Porto Alegre do Tocantins representa a riqueza geológica da região e o motivo do foco da exploração em diferentes tipos de minério na região. No município de Almas, destaca-se uma jazida de diamante, um mineral de alto valor. Adicionalmente, são identificadas duas jazidas de granito, uma em Almas e outra em Porto Alegre do Tocantins. Quanto ao ouro, um recurso de grande interesse, o mapa aponta a presença de três jazidas no município de Porto Alegre do Tocantins e seis jazidas no município de Almas, indicando uma concentração significativa desse minério na área. Essa distribuição das ocorrências minerais ilustra a base geológica que impulsiona a atividade mineradora na região e, conseqüentemente, as pressões sobre os territórios locais, incluindo a Comunidade Quilombola São Joaquim.

Figura 30 - Cobertura e uso da terra em Porto Alegre do Tocantins no ano de 2007

Fonte: Barros(2025).

No ano de 2007, o mapa exhibe diferentes categorias de uso e cobertura da terra, destacando-se a expressiva predominância da Savana (Cerrado em suas diferentes formas, como arborizada, florestada e gramíneo-lenhosa. Além disso, outras categorias como Floresta Estacional Decidual e Semidecidual Submontana, Pastagem, Áreas Urbanizadas, Agropecuária e Corpos de Água Continentais também são representadas. A vasta extensão do Cerrado indica a importância ecológica do bioma para a região, especialmente para comunidades como a São Joaquim, que possuem uma relação intrínseca com esse ecossistema. A visualização desses dados de uso da terra serve como um ponto de referência para compreender as transformações ambientais que podem ter ocorrido com o avanço das atividades mineradoras.

Figura 31- Processos Minerários dos municípios de Almas e Porto Alegre do Tocantins



Fonte: Barros (2025).

Em Almas, a atividade mineradora é bastante diversificada, englobando autorização de pesquisa, concessão de lavra, requerimento de lavra, requerimento de lavra garimpeira e requerimento de pesquisa. Já em Porto Alegre do Tocantins, o cenário inclui autorização de pesquisa, concessão de lavra, requerimento de lavra e requerimento de pesquisa. Essa distinção nas categorias de processos minerários entre os dois municípios reflete diferentes estágios e intensidades da exploração, mas em ambos os casos, a presença de múltiplos tipos de processos demonstra a abrangência das operações.

4.3 Análise das Perspectivas sobre a mineração na Comunidade Quilombola São Joaquim

A partir daqui será apresentada uma análise das entrevistas realizadas com os quatro membros da comunidade quilombola São Joaquim, destacando os discursos a favor e contra a mineração. Essa análise permitirá entender as diferentes perspectivas sobre a atividade mineradora, revelando tanto os potenciais benefícios econômicos percebidos por alguns

entrevistados quanto as sérias preocupações relacionadas aos impactos ambientais e sociais que afetam diretamente a vida e a cultura da comunidade. Através dessas vozes, buscamos explorar a complexidade do debate sobre a mineração e suas implicações para o futuro da comunidade.

O primeiro entrevistado que trazemos, um carpinteiro de 69 anos, que chamaremos de entrevistado 1 compartilha suas experiências e preocupações relacionadas à sua vida e ao impacto da mineração em sua comunidade. Desde a infância, ele se dedicou à fabricação de artesanato, utilizando madeira e tala de buriti retiradas das palmeiras do cerrado. Ele menciona que o ofício é uma tradição familiar, herdada de seu pai, e inclui a confecção de itens como carro de boi, colher de pau, gamela, banco, tapiti e quibane.

Atualmente, o entrevistado 1 enfrenta desafios significativos em sua pequena propriedade. A escassez de buritis, essenciais para seu trabalho artesanal, é uma preocupação. Ele observa que os poucos pés de buriti que ainda existem na área não permitem a coleta das talas. A situação de insegurança territorial na comunidade quilombola São Joaquim se agrava com a iminente perda de terras, gerando um forte sentimento de angústia entre os moradores. A luta pela manutenção de suas propriedades é crucial para a sobrevivência, especialmente em um contexto onde a agricultura familiar é a base do sustento.

Além disso, a proximidade da mineração traz preocupações adicionais, como o impacto ambiental e os riscos estruturais nas residências, que começam a apresentar fissuras devido às explosões frequentes. Essa realidade evidencia a necessidade urgente de defesa dos direitos territoriais e da busca por alternativas sustentáveis. Trazer a fala do entrevistado 1, e de suma importância para que compreendemos o impacto que a mineração causa nas famílias da comunidade:

Agora nós estamos com uma disputa por nossa área na Defensoria porque essas terras era de meu sogro e agora estão querendo deixar nós só com dois alqueires de terra, não tem condição, com é que nós vai plantar aonde nosso arroz, nossas abroba, nosso milho, nossas banana e criar nosso gadinho para meus netinho beber o leite. Outra preocupação é porque nossas casas tá rachando tudo porque nós tá muito perto da mineradora a menos de um quilômetro se eu não arruma vai cair em cima de nós esse povo explode muita bomba e anoite tem dia que nós não dorme com tanto barulho poque eles trabalha noite e dia(Entrevistado 1, 2024).

Outro aspecto alarmante que ele destaca é a deterioração das casas devido à proximidade da mineradora, que se encontra a menos de um quilômetro da comunidade. O entrevistado 1, relata que as explosões operações mineradoras têm causado problemas nas estruturas de sua casa e privam a família de um sono tranquilo, gerando insegurança e desconforto em seu dia a dia.

O depoimento do entrevistado 1, nos apresenta de maneira contundente os desafios que a comunidade quilombola São Joaquim enfrenta devido à mineração. Sua história, marcada pela

tradição de fabricação de artesanato com madeira e tala de buriti, revela uma conexão profunda com o Cerrado, que está sendo ameaçada pela exploração mineral. A escassez de buritis, essenciais para seu ofício, reflete a deterioração dos recursos naturais locais, enquanto a iminente perda de terras gera angústia e incerteza sobre o futuro da agricultura familiar.

Além disso, a proximidade da mineradora não apenas compromete a integridade das residências, mas também afeta a qualidade de vida dos moradores, que são constantemente afetados pelo barulho e pelas explosões. O relato do entrevistado 1 destaca a urgência de defender os direitos territoriais e busca alternativas sustentáveis, sublinhando a necessidade de uma resposta coletiva para preservar a identidade cultural e o modo de vida da comunidade. Já opinião da entrevistada 2, uma jovem de 22 anos com ensino médio completo, oferece uma perspectiva distinta sobre os impactos da mineração na comunidade. Ela enfatiza os benefícios que a atividade mineradora trouxe, afirmando que:

A mineradora trouxe muito desenvolvimento gerou emprego, eles promove festas, doa cestas básicas, faz o dia das crianças, faz a doação de brinquedos, a única coisa que eu acho muito ruim é o preço dos aluguéis porque depois da mineradora ficou muito caro, mas o restante é só coisa boa (Entrevistada 2, 2024).

Essa visão otimista, embora válida, carece uma análise crítica. A ênfase nos benefícios imediatos, como a geração de empregos e ações sociais, pode obscurecer os impactos a longo prazo da mineração na comunidade e no ambiente. O aumento dos aluguéis é um exemplo clássico dos efeitos colaterais do desenvolvimento econômico descontrolado, onde a valorização imobiliária pode excluir residentes de longa data, dificultando o acesso à moradia.

Essa mesma lógica de destacar os benefícios imediatos para obter aceitação social é observada nas estratégias de marketing territorial empregadas pela mineradora, como a promoção de festas comunitárias e a distribuição de brinquedos, conforme ilustrado na Figura 16. Tais ações, amplamente divulgadas, atuam como um contraponto discursivo às críticas, criando uma narrativa de 'empresa cidadã' e 'boa vizinhança' que pode silenciar questionamentos sobre os reais custos socioambientais do empreendimento. Dessa forma, as doações e eventos festivos correm o risco de funcionar como um mecanismo de compensação simbólica, que, ao atender a necessidades pontuais, busca minar a percepção coletiva sobre os impactos estruturais e duradouros, como a inflação imobiliária e a pressão sobre os recursos hídricos, já sentidos pela comunidade.

Dentro da comunidade jovem do quilombo, existem divergências significativas em relação à mineração. Enquanto a entrevistada 2 destaca os benefícios trazidos pela mineradora,

como geração de empregos e ações sociais, o entrevistado 3, um jovem de 18 anos com ensino médio completo, apresenta uma visão divergente e preocupada. Ele afirma:

A mineradora joga veneno demais nas barragens e mata os peixes, as plantas, contamina o nosso solo, o cerrado e causa muito perigo para nós que estamos próximos. Depois da mineração, abriu muita estrada e passa muito carro, e nós temos muito medo de acidentes, além do barulho, porque eles trabalham dia e noite e dificulta o nosso descanso (Entrevistado 3, 2024).

Essa diferença de pensamento entre dois jovens da mesma comunidade, com idades próximas, ressalta as complexidades do debate sobre a mineração e suas implicações profundas. Enquanto a entrevistada 2 foca nos benefícios imediatos que a mineradora trouxe, como geração de empregos e ações sociais, o entrevistado 3 evidencia os riscos ambientais e sociais que acompanham essa atividade. Essa dicotomia reflete não apenas as experiências individuais, mas também as diferentes prioridades e preocupações geradas pelo impacto da mineração.

Enquanto um vê oportunidades de desenvolvimento, o outro está atento às ameaças que a exploração mineral representa para a saúde ambiental e o bem-estar da comunidade. Essa divergência de opiniões pode criar fraturas territoriais e sociais, gerando divisões entre os moradores que apoiam a mineração e aqueles que a rejeitam. Assim, a percepção do progresso torna-se um campo de conflito, onde a coesão social da comunidade pode ser ameaçada, refletindo uma luta interna sobre a definição de desenvolvimento e seus custos. Outra moradora, a entrevistada 4, expressa preocupações profundas em relação aos impactos da mineração em sua comunidade, ela relatada que:

Com o impacto das bombas que são explodidas na mina a nossa casa está rachando, estamos com muito medo da casa cair em cima de nós, são muitas dinamites que eles explode. Além das bombas, uma das coisas que é muito perigoso para nós é o veneno que já causou muitos danos desde a época da Vale do Rio Doce (Entrevistada 4, 2024).

Sua fala destaca os riscos tangíveis que a comunidade enfrenta, com a sensação de insegurança exacerbada pelas explosões constantes e a contaminação da água. A entrevistada 4 também menciona os efeitos históricos da mineração na saúde de sua família, revelando um legado de sofrimento ligado ao vazamento de cianeto que, segundo ela, afetou a saúde de sua mãe. A preocupação com a contaminação das águas do Riacho D'ouro, onde as minas do Paiol e do Mateus Lopes desagüam, é central em seu discurso, refletindo um temor coletivo sobre a segurança hídrica e a saúde ambiental.

A entrevistada 4 ainda enfatiza o aumento do tráfego de veículos na região, que gera medo de acidentes, aprofundando a sensação de vulnerabilidade. Além disso, a entrevistada destaca a importância da preservação de seu território e cultura, mencionando a tradição de

rezar o terço de Nossa Senhora Santana, uma prática que une gerações e que simboliza a resistência e a fé da comunidade frente às adversidades impostas pela mineração. Nessa perspectiva, ao analisarmos as falas da entrevistada 4 e do entrevistado 1 revelam um paralelo significativo nas preocupações enfrentadas pela comunidade quilombola em relação à mineração.

Ambos expressam um profundo temor pela segurança de suas residências, com o entrevistado 1 mencionando as fissuras em sua casa causadas pelas explosões, enquanto a entrevistada 4 relata o medo de que sua casa desabe devido ao impacto das dinamites. Além disso, ambos destacam a contaminação ambiental como um tema central: o entrevistado 1 fala sobre a escassez de recursos naturais essenciais, como o buriti, enquanto a entrevistada 4 menciona o veneno que afeta a água e a saúde de sua família. Essa convergência de experiências ilustra como a mineração não apenas ameaça a integridade física das casas, mas também coloca em risco a saúde e a cultura das famílias, revelando uma luta comum pela preservação de suas vidas e tradições em meio à exploração mineral.

Existe formas de resistência na comunidade, a noção de "contraespaços" emerge como uma categoria fundamental para compreender as estratégias de resistência desenvolvidas pelas comunidades tradicionais frente à expansão do capital extrativista. No contexto da mineração em Almas (TO), a construção de contraespaços pelos quilombolas de São Joaquim manifesta-se tanto na defesa material do território quanto na reafirmação simbólica de sua identidade cultural, criando zonas de autonomia que desafiam a lógica homogeneizante do desenvolvimento hegemônico.

Para a comunidade quilombola, como a de São Joaquim, a mineração representa uma ameaça concreta ao território e à sobrevivência dos modos de vida tradicionais. Ao transformar a terra em objeto de acumulação e lucro, a exploração mineral desconsidera a relação simbólica e vital que essa solidariedade mantém com o solo. O avanço da mineração no Tocantins, impulsionado pela crescente demanda global por minerais, impõe impactos socioambientais profundos, comprometendo recursos naturais essenciais e fragmentando territórios que representam, para as comunidades quilombolas, não apenas um espaço físico, mas também um legado de resistência.

Podemos apresentar como contra espaços dois pontos fundamentais, em primeiro temos a figura a baixo, a seguir, apresenta a sede da Associação da Comunidade Quilombola São Joaquim, um espaço que simboliza a organização, a resistência e a luta pela preservação do território e dos modos de vida tradicionais. Em meio ao avanço da mineração no Tocantins, que ameaça a integridade do Cerrado e os laços comunitários, a sede da associação emerge como

um ponto de referência para a mobilização e a defesa dos direitos quilombolas. Essa imagem ilustra não apenas a estrutura física, mas também a força coletiva de uma comunidade que busca manter viva sua história, cultura e conexão com a terra, diante de um cenário de pressões econômicas e ambientais.

Figura32 – Sede da Associação da Comunidade Quilombola São Joaquim em Porto Alegre do Tocantins



Fonte: Autora (2024).

Outro ponto de fundamental importância é a balsa artesanal construída na Figura 33– Balsa artesanal construída pela comunidade quilombola São Joaquim, pelos moradores da comunidade quilombola São Joaquim, representando um exemplo concreto das práticas tradicionais e do uso coletivo dos recursos naturais que caracterizam o modo de vida dessas comunidades. De acordo com Lima (2022), conhecido como o “berço das águas”, a preservação do bioma Cerrado é essencial para o equilíbrio ambiental. As comunidades quilombolas, que fazem parte desse ecossistema, detêm conhecimentos tradicionais sobre sua biodiversidade, fundamentais para a conservação. Essas comunidades coletam frutos nativos, castanhas e óleos, além de praticarem a caça consciente, respeitando sempre o ecossistema ao seu redor.

Conforme Lima (2022), os extrativistas quilombolas mantêm um conjunto de saberes que favorece a conservação das águas e da biodiversidade, permitindo uma convivência harmônica com o bioma. Utilizando os recursos naturais de maneira consciente, essas comunidades ajudam a reduzir o desmatamento e as queimadas, preservando o ciclo hidrológico e diminuindo a dependência de agrotóxicos. Dessa forma, a defesa do Cerrado não é apenas uma questão ambiental, mas também um reconhecimento e valorização das práticas

sustentáveis que essas populações implementam ao longo do tempo, assegurando a riqueza natural para as futuras gerações.

Essa balsa, feita com técnicas transmitidas ao longo de gerações, simboliza a relação harmoniosa e sustentável que os quilombolas mantêm com o território, em contraste com a lógica de exploração e mercantilização imposta pelos empreendimentos neoextrativistas. Enquanto estes promovem a privatização e a fragmentação do espaço, a balsa artesanal reflete a resistência e a adaptação de uma comunidade que busca preservar sua cultura, sua autonomia e seu vínculo com a terra, mesmo diante de pressões externas que ameaçam sua territorialidade e seus modos de vida tradicionais.

Figura 33– Balsa artesanal construída pela comunidade quilombola São Joaquim



Fonte: Autora (2024).

Originalmente considerado um espaço sagrado e coletivo, o território das comunidades negras adquiriu um novo sentido: a batalha para preservá-lo, seguindo o exemplo de seus antepassados. Hoje, essas diversas comunidades apresentam uma configuração bastante variada no que diz respeito às questões territoriais, abrangendo distintos usos e regimes de propriedade, que oscilam entre o individual e o coletivo. A composição populacional também é marcada pela diversidade, com misturas étnicas, laços familiares e sistemas de herança influenciados por contextos históricos, traços identitários singulares, além de critérios políticos, organizacionais e econômicos que definem suas práticas e representações culturais únicas (Ribeiro Neto e Lira, 2017).

O quilombo São Joaquim reflete muitos dos aspectos destacados por Ribeiro Neto e Lira (2017). Originalmente, seu território era visto como um espaço sagrado e coletivo, e hoje a comunidade luta para preservá-lo, seguindo o legado de seus antepassados. Assim como outras comunidades, São Joaquim apresenta uma configuração diversificada em relação às questões territoriais, com diferentes usos e regimes de propriedade que variam entre o individual e o coletivo. A composição da população é igualmente marcada pela diversidade étnica, laços familiares e sistemas de herança, todos moldados por contextos históricos. Isso contribui para a formação de uma identidade única, influenciada por critérios políticos, organizacionais e econômicos que definem suas práticas culturais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa visou analisar os impactos socioambientais da mineração na comunidade quilombola São Joaquim em Porto Alegre do Tocantins. A pesquisa investigou como a atividade mineradora afeta esse território quilombola, bem como seus modos de vida e a organização socio-cultural. Com isso foi observado que a mineração brasileira, desde seu início no período colonial, moldou dinâmicas socio-econômicas do país. A criação do estado do Tocantins em 1988 trouxe novos desafios para todo o país, especialmente para as comunidades tradicionais, que frequentemente se veem ameaçadas pela exploração mineral. A legislação, iniciada com a Constituição de 1988, buscou equilibrar a exploração econômica com a proteção dos direitos das comunidades, mas na prática, muitas vezes prioriza o lucro em detrimento da justiça social.

A comunidade que foi formada por descendentes de africanos escravizados que buscavam liberdade após a abolição da escravidão em 1888, a comunidade simboliza um legado de resistência e luta por direitos. Os primeiros habitantes uniram-se em torno de valores de solidariedade e coletividade, buscando preservar suas tradições em um contexto de exclusão e marginalização.

Desde o início, a comunidade se baseou na agricultura de subsistência, na pesca e no extrativismo, práticas que eram fundamentais para sua sobrevivência e que permitiam uma relação harmônica com a terra e os recursos naturais. Com o passar das décadas, São Joaquim se consolidou como um espaço de resistência cultural, onde as tradições africanas eram mantidas e celebradas por meio de diversas manifestações artísticas e sociais, fortalecendo a identidade quilombola.

As comunidades quilombolas, como a de São Joaquim, enfrentam a difícil realidade de defender seus direitos em um contexto onde as mineradoras, apoiadas por interesses econômicos poderosos, frequentemente ignoram as vozes locais. Essa luta não é apenas por território, mas também pela preservação de sua identidade, cultura e modos de vida intrinsecamente ligados à terra.

Nessa perspectiva temos como perfil identitário da comunidade composta por um grupo de famílias remanescentes de escravos que buscam preservar suas tradições e modos de vida. O território é primordial para a identidade quilombola, e a luta pela terra é uma constante na história da comunidade. Além disso, práticas culturais e religiosas, como a festa de Santos Reis, fortalecem a coesão social e a identidade.

Além disso, práticas culturais e religiosas, como a festa de Santos Reis, fortalecem a coesão social e a identidade. Auxiliando na permanência de suas práticas culturais, essas celebrações proporcionam um espaço de união entre a comunidade. Permitindo oportunidades para a transmissão de saberes ancestrais, reforçando os laços e promovendo um senso de pertencimento coletivo. As festividades não somente celebram a fé e as tradições, mas também servem como um importante mecanismo de resistência cultural, permitindo que a comunidade reafirme e preserve sua identidade em face das pressões externas provocadas pela mineração e outras atividades econômicas. Assim, a preservação dessas práticas culturais torna-se fundamental para a luta pela autonomia e pelos direitos territoriais da comunidade quilombola São Joaquim.

A identidade da Comunidade Quilombola São Joaquim é profundamente entrelaçada com suas práticas religiosas e culturais, que refletem um legado de resistência e resiliência. Na questão dos plantios, além das práticas agrícolas, as roças funcionam como espaços de convivência e transmissão cultural. A agricultura, portanto, não é apenas um meio de subsistência, mas uma forma de reafirmação da cultura quilombola, onde cada planta cultivada representa um elo com a ancestralidade e a história do povo, além de auxiliar na subsistência familiar.

A luta pela terra sempre ocupou um lugar central na história da comunidade. Ao longo do século XX, os moradores enfrentaram tentativas de expulsão por fazendeiros e grileiros, mas resistiram utilizando estratégias de mobilização e articulação política. O reconhecimento oficial da comunidade como quilombola no final dos anos 1990 foi um marco importante, garantindo o direito à posse coletiva das terras e à continuidade de sua cultura e modos de vida.

Atualmente, a comunidade enfrenta novos desafios, especialmente com a expansão da mineração nas proximidades, que ameaça não apenas seu território, mas também a identidade cultural que construíram ao longo de gerações. A história de São Joaquim é, portanto, uma narrativa de resistência e luta, onde a preservação de seus modos de vida e a afirmação de seus direitos são essenciais para a construção de um futuro sustentável em um mundo em constante transformação.

A proximidade de projetos mineradores causa preocupação com a segurança das residências e a saúde dos moradores; no entanto, nem todos compartilham essa perspectiva. Alguns residentes acreditam que a mineração pode trazer benefícios econômicos, como a geração de empregos e melhorias na infraestrutura local. Essa divisão de opiniões reflete as complexidades do debate sobre a mineração, onde interesses financeiros muitas vezes colidem com a preservação do meio ambiente e a proteção da saúde comunitária. Portanto, é essencial

promover um diálogo aberto que considere tanto as preocupações legítimas quanto as expectativas de desenvolvimento, buscando alternativas que respeitem os direitos e necessidades da comunidade.

Essa divisão de opiniões dentro da comunidade evidencia a necessidade de uma abordagem mais inclusiva nas discussões sobre a mineração. Enquanto alguns moradores veem oportunidades de desenvolvimento econômico, outros estão mais preocupados com os riscos associados, como a degradação ambiental e os impactos na saúde pública. Essa situação ressalta a importância de envolver todos os segmentos da comunidade nas decisões relacionadas à exploração mineral, garantindo que as vozes mais vulneráveis sejam ouvidas e levadas em consideração.

Além disso, a falta de informações claras e acessíveis sobre os projetos mineradores pode intensificar as preocupações e desconfianças entre os moradores. A transparência nas operações e a comunicação eficaz por parte das mineradoras são cruciais para construir confiança e fomentar um entendimento mútuo. Promover reuniões comunitárias e consultas públicas apropriadas pode ajudar a esclarecer dúvidas, esclarecer os benefícios e os riscos, e permitir que a comunidade participe ativamente do processo de tomada de decisão.

Com base na discussão apresentada durante o texto, bem como com as entrevistas dos moradores da comunidade é possível compreender que a mineração representa uma ameaça significativa à integridade ambiental e ao modo de vida da Comunidade Quilombola São Joaquim em Porto Alegre do Tocantins. As operações mineradoras resultam em degradação do Cerrado mediante desmatamentos, contaminação de recursos hídricos e desestruturação social, como a perda da estabilidade das estruturas físicas de suas casas, ponto levantado por mais que um entrevistado.

Vale destacar que os mapas apresentados no decorrer da pesquisa desempenham um papel crucial na compreensão dos impactos da mineração, permitindo uma visualização clara das áreas afetadas e das dinâmicas territoriais em jogo. Ao delinear as concessões minerárias e suas sobreposições com os territórios das comunidades, os mapas permitem identificar quais áreas estão sob ameaça e como essas atividades interferem na vida dos moradores locais.

Além das preocupações ambientais, a mineração também afeta diretamente a saúde e o bem-estar dos moradores da comunidade. A contaminação dos recursos hídricos por produtos químicos utilizados nas operações mineradoras gera riscos à saúde pública, conforme relatado por diversos entrevistados. A insegurança em relação à qualidade da água e dos alimentos cultivados na região é uma fonte constante de preocupação, afetando não apenas a alimentação, mas também a saúde geral da população. Essa situação evidencia a necessidade urgente de

medidas de proteção e monitoramento ambiental que garantam a segurança dos recursos naturais essenciais para a subsistência da comunidade.

Além disso, as práticas culturais e a identidade da comunidade estão em risco devido à pressão exercida pela mineração. A relação intrínseca que os moradores mantêm com a terra, moldada por suas tradições e saberes ancestrais, é ameaçada pela degradação ambiental e pela transformação do território em um espaço de exploração econômica. A perda de áreas de cultivo e de espaços identitários representam não somente uma perda material, mas também uma ruptura na transmissão cultural e na continuidade das práticas comunitárias.

A preservação da cultura quilombola é, portanto, um aspecto essencial a ser considerado nas discussões sobre os impactos da mineração. Os entrevistados destacaram como suas práticas culturais estão intimamente ligadas ao território que habitam. Por exemplo, um morador mencionou a importância da festa de Santos Reis, que não só celebra suas tradições, mas também fortalece a coesão social da comunidade. Quando áreas de cultivo e espaços sagrados são ameaçados pela mineração, a continuidade dessas tradições é comprometida. Vários entrevistados expressaram preocupação com a contaminação das águas e a degradação do meio ambiente, que prejudicam tanto a saúde da comunidade quanto a transmissão de saberes ancestrais.

Diante desse cenário, torna-se urgente a necessidade de políticas públicas que não apenas reconheçam, mas também protejam os direitos das comunidades tradicionais frente à expansão da mineração. É fundamental promover a participação da Comunidade Quilombola São Joaquim nas decisões que afetam seu território e seu modo de vida, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. A construção de um futuro sustentável requer um compromisso coletivo com a justiça social e ambiental, onde a preservação da identidade cultural e a proteção dos recursos naturais sejam priorizadas em detrimento de interesses econômicos temporários.

Desse modo, é possível concluir que os impactos da mineração na Comunidade Quilombola São Joaquim são profundos e multifacetados, afetando a integridade ambiental e o modo de vida dos moradores. As entrevistas realizadas revelaram preocupações significativas relacionadas à degradação do Cerrado, à contaminação de recursos hídricos e à instabilidade das estruturas físicas das casas. Vários entrevistados relataram que as explosões e as operações mineradoras têm causado fissuras em suas residências, enquanto outros expressaram temor quanto à qualidade da água que consomem, evidenciando a urgência de abordar essas questões para garantir a saúde e o bem-estar da comunidade.

Além disso, ainda há uma lacuna significativa de dados sobre a comunidade, o que dificulta uma compreensão completa dos efeitos da mineração e das necessidades dos moradores. A falta de informações detalhadas sobre o perfil demográfico, as práticas culturais e as condições socioeconômicas da Comunidade São Joaquim destaca a importância de pesquisas mais aprofundadas. Investigações futuras são essenciais para coletar dados que possam fundamentar políticas públicas eficazes e promover a defesa dos direitos da comunidade, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas em um contexto de crescente exploração mineral.

Além disso, essa lacuna de dados também impede que a comunidade participe ativamente das discussões e decisões que afetam seu território. Sem informações precisas sobre suas necessidades e realidades, é difícil para os moradores reivindicarem seus direitos de forma efetiva. Os depoimentos coletados nas entrevistas revelaram que muitos habitantes se sentem desamparados e sem representação nas esferas de decisão, o que reforça a urgência de pesquisas que não só documentem suas condições, mas que também incluam a comunidade no processo de coleta de dados. Esse envolvimento pode fortalecer a capacidade da comunidade de articular suas demandas e buscar soluções que respeitem sua cultura e modos de vida, garantindo uma resposta mais justa às ameaças impostas pela mineração.

REFERÊNCIAS

- ABA. **Documento do Grupo de Trabalho sobre comunidades negras rurais**. Instituto Socio ambiental. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/documento-do-grupo-de-trabalho-sobre-comunidades-negras-rurais>>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. *In*: DILGER, G. *et al* (Org.). **Descolonizar o Imaginário**. São Paulo: Elefante, 2016.
- ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- AMINERALS, Aura. Aura Minerals. Disponível em: <<https://auraminerals.com/pt-br/operations/growth-pt-br/almas/>>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- AMINERALS, Aura. Dia das Crianças - Aura Almas.
- ANTONINO, L. Z. **Territórios extrativo-mineral na Bahia : violações de direitos e conflitos nos territórios terra-abrigo**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de GeoCiências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31703>>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- APOLINÁRIO, J. R. Vivências Escravista no Norte de Goiás. *In*: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2002, p. 138–167.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em Arraias, 1739-1800**. [s.l.: s.n.], 2007.
- ARÁOZ, H. M. **Mineração, Genealogia do Desastre: o Extrativismo na América Como Origem da Modernidade**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- BARBOSA, Al S. **Geografia: Goiás / Tocantins**. 2. ed. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2005.
- BITTENCOURT, C. Mudança no marco legal da mineração no Brasil Tensão entre regulamentação e desregulamentação. **Brot für die Welt**, 2014.
- BORGES, G. P. C. **Educação escolar quilombola e o ensino de Geografia nas escolas públicas de Araguatins-TO: proposta curricular, legalidade e realidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/6034>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRANNSTROM, C. A Ferro e Fogo, história ambiental e a Geografia brasileira: um diálogo por inventar. **Revista brasileira de geografia**, v. 61, n. 1, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21579/issn.2526-0375_2016_n1_art_6>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL, Mineral. **Aura inicia operação da mina de Almas, em Tocantins**. brasilmineral.com.br. Disponível em: <<https://www.brasilmineral.com.br/noticias/aura-inicia-operacao-da-mina-de-almas-em-tocantins#:~:text=A%20Aura%20Minerals%20anuncia%20o,j%C3%A1%20em%20julho%20de%202023.>>. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRITO, E. P. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3500/5/Tese%20-%20Denis%20Castilho%20-%20202014.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

BRITO, E. P. Vivências escravistas no norte de Goiás do século XVIII. In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (Trans.) Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2002, p. 137–170.

CARVALHO, W. T. **Política mineral goiana (1960-1986)**. Tese (Mestrando em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1364/o/PDF_Plano_Estadual_de_Minera%C3%A7%C3%A3o_1991_rotated_compressed.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CHAVEIRO, F. E. TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E REPRESENTAÇÕES LOCAIS: vidas atravessadas. **Revista de Geografia da UEG**, p. 44–56, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/350589233_TERRITORIOS_TRADICIONAIS_E_REPRESENTACOES_LOCAIS_vidas_atravesadas/stats>. Acesso em: 22 mar. 2025.

FERREIRA, N. **Poema de Drummond publicado em 1984, no jornal O Cometa Itabirano, soa como uma profecia**. Vila utopia. Disponível em: <<https://viladeutopia.com.br/poema-de-drummond-publicado-em-1984-em-jornal-soa-como-uma-profecia/>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

FIGUEIRÔA, S. F. M. Mineração no Brasil: aspectos técnicos e científicos de sua história na colônia e no império (séculos XVIII-XIX). **America Latina en la historia economica: boletín de fuentes**, v. 1, n. 01, p. 41–55, 1994. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18232/alhe.v1i01.143>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

FRANCO, E. F.; GONÇALVES, R. A. A territorialização do agronegócio e a inserção desigual do Cerrado goiano às redes globais extrativas. **Revista da ANPEGE**, v. 19, n. 40, 2024. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5418/ra2023.v19i40.17901>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GONÇALVES, R. J. A. F. Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 15, n. 29, p. 38–55, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.133593>>.

GONÇALVES, R. J. A. F. Mineração e o cercamento das águas do Cerrado. **Campanhacerrado**, 2022. Disponível em: <https://www.campanhacerrado.org.br/noticias/369-mineracao-e-cercamento-das-aguas>. Acesso em: 22 mar. 2025.

GONÇALVES, R. J. A. F. MINERAÇÃO EM GRANDE ESCALA, DISPUTAS PELO SUBSOLO E O ESPAÇO AGRÁRIO FRATURADO EM GOIÁS, BRASIL. **Revista de Geografia**, v. 36, n. 2, p. 1, 2019.

GONÇALVES, Ricardo Junior de A. Mineração e fratura territorial do Cerrado em Goiás. *Élisée, Revista de Geografia da UEG*, Goiás, v. 9, n. 2, e922018, jul./dez. 2020

GONÇALVES, R. J. A. F. **No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás**. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/2bba0029-86f9-4d4c-a155-eaa03dbc6958>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
KOMARCHESKI, R. Expressões do (neo)extrativismo: uma leitura sobre a indústria da mineração em Adrianópolis (PR). **Guaju**, v. 5, n. 1, p. 235, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/62967>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

LEROY, J. P. Justiça Ambiental. **Gesta UFMG**, p. 1–6, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2YB9Oqs>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

LIMA, D. G. (Org.). **JORNAL DA AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA**. [s.l.]: CONAQ, 2022. Disponível em: <<https://ecam.org.br/categoria/publicacoes/>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

LOPES, R. C. D. Identidade e territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente – Tocantins. **Eduft**, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2424>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MARQUES; MAROLES, A. G. Verificação da relação com a natureza por parte de uma comunidade quilombola do Tocantins. **Patrimônio e memória**, v. 17, n. 1, p. 178–195, 2021. Disponível em: <<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/3049>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudoeste goiano**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e

Tecnologia, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/494459ac-11af-4498-909c-daeb3bb7fe8b>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MILANEZ, B. MINERAÇÃO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: As dores de um país mega-minerador. In: WEISS, J. S. (Org.). **Movimentos socioambientais: lutas: avanços: conquistas: retrocessos: esperanças**. Formosa: Xapuri Socioambiental, 2019, p. 376–417. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/poemas/wp-content/uploads/sites/513/2014/07/Milanez-2019-Minera%C3%A7%C3%A3o-e-impactos-socioambientais.pdf>>.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P.; MANSUR, M. S. A Firma e suas Estratégias Corporativas no Pós Boom das Commodities. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.). **Antes Fosse Mais Leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá: Editora iGuana, 2016, p. 51–86. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2016/11/Livro-Completo-com-capa.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MIRANDA, Sérgio Vinícius Cardoso de; OLIVEIRA, Pâmela Scarlatt Durães; JESUS, Denilson Barbosa de; *et al.* Os homens quilombolas e seu trabalho: uma cartografia da saúde desses trabalhadores. **Cadernos de saúde pública**, v. 38, n. 12, p. e00082521, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/hHrD4FRhn7Fnc83KxKXbPyG/?lang=pt>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MUÑOZ-DUQUE, L. A.; OSORNO, M. M. P.; VARGAS, A. B. Despojo, conflictos socioambientales y violación de derechos humanos. Implicaciones de la gran minería en América Latina. **Revista Udca Actualidad & Divulgacion Científica**, v. 23, n. 1, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.31910/rudca.v23.n1.2020.988>>.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. [s.l.: s.n.], 2019.

NASCIMENTO, J. E. **ETNODESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA PIQUI DA RAMPA, VARGEM GRANDE – MA**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022. Disponível em: <<http://repositorio.ufpi.br:8080/handle/123456789/2610>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

NASCIMENTO, R. V. **A toponímia das comunidades quilombolas do Tocantins: intersecções entre léxico, cultura e ensino na perspectiva de um projeto de letramento**. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Letras Ensino de Língua e Literatura, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5485>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

NÓBREGA, M. **Meus blogs**. Blogger.com. Disponível em: <<https://www.blogger.com/profile/18211053487781229519>>. Acesso em: 27 mar. 2025.

OLIVEIRA, M. F. Um Porto no Sertão: Cultura e Cotidiano em Porto Nacional. In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2002, p. 238–286.

PALACÍN, L. **Sociedade Colonial (1549-1599)**. Goiânia: Editora da UFG, 1980.

PALACIN, Luiz; MORAES, Maria Augusta Sant'anna. **História de Goiás (1722-1972)**. [s.l.: s.n.], 1975.

PARENTE, T. G. **Fundamentos históricos do Estado do Tocantins**. 3. ed. Goiânia: Editora UFG, 2007.

PEREIRA JUNIOR, A. **Palavra Carvão Memória Água**. Dissertação (Curso de Moda) - Udesc, Santa Catarina, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.udesc.br/handle/UDESC/18050>>. Acesso em: 27 mar. 2025.

PIRES, B. R. C. **A perspectiva comunicacional da oralidade e a utilização das mídias digitais (redes sociais online) para a produção e a reprodução do conhecimento tradicional: estudo da comunidade tradicional quilombola de Lajeado (Dianópolis/TO)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Palmas, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2467>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

RIBEIRO NETO, Olegário B.; LIRA, Elizeu Ribeiro. O TERRITÓRIO E A IDENTIDADE QUILOMBOLA: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo – TO. **PRODUÇÃO ACADÊMICA**, v. 2, n. 2, p. 36–56, 2016. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/3121>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SANTOS, A. B. SOMOS DA TERRA. **PISEAGRAMA**, p. 44–51, 2018.

SANTOS, Maria de Jesus Pereira dos. **Os desafios da atuação docente na comunidade quilombola de Chapada da Natividade – TO: Colégio Fulgêncio Nunes (2012 -2019)**. Dissertação (Mestrado em História das Populações Amazônicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, Porto Nacional, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5456>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

SANTOS, L. M. **Novos projetos de mineração na nova configuração do poder global do século XXI: as novas características da mineração transnacional sobre o território do matopiba e a sua dominação ecológica**. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/6243>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Geographia**, Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13360/8560/52708>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Ed Nobel, 1987.

SANTOS, R. C.; SILVA, R. P.; COELHO, P. P. V. Reflexões sobre o turismo como estratégia de desenvolvimento: a comunidade Mumbuca(TO) e a possibilidade do etnodesenvolvimento. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 12, n. 4, p. 353–374, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6743/7003>>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SILVA, O. B. **História do Tocantins e de sua gente: uma luta secular**. Goiânia: Kelps, 2014.

SOUZA, J. C. Mapa do Cerrado.

SVAMPA, M. «Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva sociedad**, v. 244, p. 30–46, 2013. Disponível em: <<https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/6451>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

TOLEDO, C. **Tocantins é o 8^o estado com maior exportação de ouro de janeiro a outubro ao movimentar quase R\$ 600 milhões, aponta Comex**. Cleber Toledo - Coluna do CT. Disponível em: <<https://clebertoledo.com.br/negocios/tocantins-e-o-8o-estado-com-maior-exportacao-de-ouro-de-janeiro-e-outubro-ao-movimentar-quase-r-600-milhoes-aponta-comex/>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

WISNIK, Jose Miguel. **Maquinação Do Mundo: DRUMMOND E A MINERAÇÃO**. [s.l.: s.n.], 2018.